



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA

DÊNIS MATEUS DE PAIVA

RELAÇÕES DE INVESTIMENTOS E COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A CHINA
NO CONTEXTO DA RÁPIDA EXPANSÃO CHINESA E DA TRAJETÓRIA
RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA

SALVADOR

2014

DÊNIS MATEUS DE PAIVA

**RELAÇÕES DE INVESTIMENTOS E COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A CHINA
NO CONTEXTO DA RÁPIDA EXPANSÃO CHINESA E DA TRAJETÓRIA
RECENTE DA ECONOMIA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia do trabalho e da empresa

Orientador: Prof. Dr. Antonio Renildo Santana Souza.

SALVADOR

2014

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Paiva, Denis Mateus de
P149 Relações de investimentos e comércio entre o Brasil e a China no contexto da rápida expansão chinesa e da trajetória recente da economia brasileira. / Dênis Mateus de Paiva._ Salvador, 2014.
126f.: il.; fig.; tab.; graf.; quad.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia, 2014.
Orientador: Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza.

1. Indústrias. 2. Comércio – China - Brasil. I. Souza, Antônio Renildo Santana.
II. Título. III. Universidade Federal da Bahia.

CDD – 338.09



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia


TERMO DE APROVAÇÃO

DÊNIS MATEUS DE PAIVA

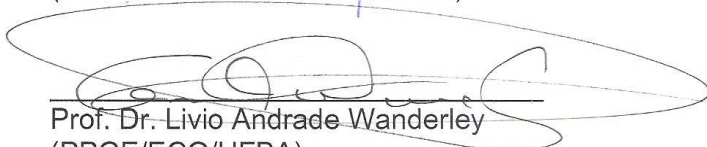
**“RELAÇÕES DE INVESTIMENTOS E COMÉRCIO ENTRE O
BRASIL E A CHINA NO CONTEXTO DA RÁPIDA
EXPANSÃO CHINESA E DA TRAJETÓRIA RECENTE DA
ECONOMIA BRASILEIRA”**

Aprovada em 15 de agosto de 2014.


Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Antônio Renildo Santana Souza
(Orientador - PPGE/ECO/UFBA)



Prof. Dr. Livio Andrade Wanderley
(PPGE/ECO/UFBA)



Prof. Dr. Eduardo Costa Pinto
(UFRJ)

Aos meus pais: Ana Célia e Raimundo de Paiva

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa mais uma vitória importante em minha vida. Por isso, gostaria de expressar minha imensa gratidão, primeiramente à Deus e a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho.

A três pessoas sou eternamente e especialmente grato, que são meus pais e meu irmão William. Agradeço meu pai Raimundo e minha mãe Ana Célia por ‘embarcarem’ nessa ideia, me incentivando e apoiando incessantemente em todos os momentos, até este desfecho. A força repassada por vocês transcende o inexplicável. Essa conquista também é de vocês. Ao meu irmão William, grande amigo e parceiro, que tem me apoiado desde sempre a seguir em frente, considerando minhas vitórias como suas também. Não tenha dúvidas que você é um grande cara! Vocês são meu “porto seguro”.

À todos os meus tios, tias, primos e primas pela torcida. Em especial à minha tia Maria Claret (*in memorian*), a ‘Cacá’, que por obra do destino infelizmente não pode acompanhar o desfecho dessa história.

À minha namorada Joyce Andrade que mesmo distante fez-se presente em todos os momentos desta jornada. Agradeço por se dispor a ouvir atentamente algumas das minhas dúvidas, inquietações, desânimos e sucessos, pela confiança e entusiasmo, fornecendo-me, deste modo, alento e subsídio para transpor os momentos de *Déjà Vu*.

Ao mestre, guia e orientador, professor Antonio Renildo Santana Souza, pelo exemplo profissional, atenção e dedicação destinados no decorrer desta pesquisa. As conversas e debates acerca do tema central foram de fundamental importância para conclusão deste trabalho de forma bem sucedida. Aos professores Lívio Wanderley e Eduardo Pinto por aceitarem compor esta banca e pelo tempo e atenção dispensados à melhoria da versão final deste trabalho. À todos os demais professores com quem tive a oportunidade de conviver e aprender no decorrer do curso, especialmente Hamilton Ferreira Jr pelos valorosos conhecimentos repassados. Aos funcionários da secretaria do mestrado, Ruy, Max, Maiana e Jaqueline, pela atenção e pronta disponibilidade em colaborar nos momentos em que lhes recorri.

À turma do *Mesteco 2012*. Estes foram: colegas de sala, companheiros de estudos e amigos de dia a dia. À Andressa Proque, Carolina Ribeiro, Daiana Dalla Vecchia, Daniel Alem, Dante Lowenthal, Elizabeth Oliveira, Erica Gonzales, Felipe Andrade, Gilmara Muniz, Jefferson Ramos, Jonas Sodre, Lucas Reis, Verônica Ferreira e Vinícius Silva pela ótima convivência ao longo do curso, pelos bons momentos extra sala e pelo apoio prestado nas mais variadas ocasiões. À Daniel e Gilmara, também, pelas ‘resenhas’ ao decorrer do curso. À Ramon Guabirola e Cícero Santos pelas muitas horas de conversa, debates e companheirismo. Essa galera é ‘mara’. Aos colegas de outras turmas, do mestrado e também da graduação, que sempre se prestaram a facilitar a adaptação a cidade e aos métodos aplicados no decorrer do curso.

Aos amigos de Salvador: Breno Coelho, Danilo Lima, Érica Imbirussú, Leandro Tavares, Lisiane Sacramento, Rodrigo Silva e Thobias Silva pelos momentos de companhia, cordialidade e convivência no ‘Parque Júlio César’ e na ‘Praça Piedade’. Aos amigos de Pouso Alegre, São João del-Rei e Tambaú por estarem sempre por perto apesar da distância.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo respaldo financeiro que tornou possível viabilizar este trabalho.

À cidade de Salvador pela acolhida.

E, finalmente, a todos que me ajudaram a chegar até aqui e que não pude colocar o nome nessa lista, pois a tornaria maior do que a própria dissertação.

Meu muito obrigado a todos!

*"Se meu canto não faz algo em mim primeiro
De que vale essa vontade de cantar
A nossa força está naquilo que vivemos
Deixe que a vida chegue junto pra cantar"*

Trecho de música "Em Mim Primeiro" composta por Maurinho Silveira e interpretada pela Banda Taus.

"E isso é tudo o que tenho a dizer sobre esse assunto"

Fala da personagem Forrest Gump no filme "Forrest Gump", 1994, inspirado no romance homônimo de Winston Groom, 1986.

RESUMO

As últimas décadas apresentaram grandes mudanças para o cenário político-econômico de China e Brasil. O processo de abertura política e econômica conduziu China a um vigoroso crescimento econômico, que há três décadas apresenta índices elevados, superando as taxas apresentadas por economias dos países desenvolvidos. Esse processo possibilitou o ressurgimento da China como potência global. O Brasil - após o período de abertura econômica, conduzido a partir do final dos anos 1980, e de estabilização monetária, regida a partir de meados dos anos 1990 - chegou aos anos 2000 sob os olhares internacionais, que guardavam expectativas quanto a realização de investimentos e relações de comércio com o país. O ano de 2001, marcado pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio, representou para Brasil e China uma mudança completa nas relações bilaterais entre as duas nações: o comércio entre eles apresentou um salto, efeito semelhante ocorrido com o fluxo de investimentos, onde cada vez mais empresas chinesas desembarcam no Brasil e empresas brasileiras pegam rota contrária. Em pouco mais de uma década a China se tornou o maior parceiro comercial brasileiro no mundo, sendo capaz até mesmo de influenciar diretamente na pauta exportadora do país. Neste ponto surge a questão da desindustrialização brasileira no contexto das vantagens econômicas e comerciais chinesas. As exportações chinesas de manufaturados exercem forte concorrência aos produtos brasileiros, seja no mercado interno do Brasil ou em terceiros mercados. A indústria brasileira tem passado por grandes dificuldades em face desses novos desafios lançados, entre outras razões, pela presença dos produtos chineses, produzidos em condições e padrões diferenciados que lhes conferem alta competitividade, nos marcos da nova divisão internacional do trabalho. Em virtude disso, e também para atender o colossal mercado interno chinês, de certo modo, os produtores brasileiros tem optado por produzir bens primários, que lhes tem conferido vantagens competitivas. A ameaça à indústria brasileira, representada pela expansão comercial e pelos investimentos chineses no mundo, serve de provocação para que o governo brasileiro busque estratégias capazes de defender a sua indústria nacional e também de permitir que esta evolua o necessário para poder competir em condições razoáveis com as firmas chinesas em nível global e também no próprio âmbito nacional.

Palavras-Chave: Brasil. China. Comércio. Investimentos. Desindustrialização.

ABSTRACT

In the last decades great changes took place in the political and economic scene of both Brazil and China. The political and economic open doors process led China to a vigorous economic growth for the past three decades with numbers superior to those of the developed countries. This process made possible the re-emergence of China as a global superpower. Brazil, - that after have opened its economy in the end of the 1980's, and the monetary stabilization achieved in the mid 1990's -, reached the 2000's observed with interest by the international community who had expectations about investing in the country and increasing the trade with it as well. The year of 2001, when China entered in the World Trade Organization, represented to both countries a complete shift in their bilateral relations: the commerce between them increased a lot and similar effect is observed on the investment flow with a bigger number of Chinese companies coming to Brazil and also their Brazilian counterpart going to China. In a bit more than a decade China's become Brazil's main commercial partner even being capable of influencing the country's exports basket. Thus comes the question on the Brazilian de-industrialization in the context of the commercial and economic chinese advantages over brazil. The Chinese exports of industrialized goods are strong competitors to their Brazilian equivalents not only domestically but abroad as well. The Brazilian industry has been through big difficulties brought by the new challenges, among other reasons, caused by the presence of the Chinese goods that are produced under differentiated conditions and standards that allow them to have high competitiveness considering the new international labour division. Because of that, and also because of their colossal Chinese domestic market, the Brazilians producers have opted to produce commodities, what have given to them competitive advantages. The menace to the Brazilian industry represented by the commercial expansion and the increase of the Chinese investment in the world serves as incentive to make the Brazilian government to seek strategies able to defend its national industry and also to allow it to evolve what it needs to be capable of competing minimally with the Chinese companies on a global scale and, of course, domestically as well..

Keywords: Brazil. China. Trade. Investments. Deindustrialization.

RESUMEN

Las últimas décadas han sido testigo de importantes cambios en el panorama político y económico de China y Brasil. El proceso de apertura política y económica de China ha llevado a un crecimiento económico vigoroso, que durante tres décadas tiene niveles altos, superando las tasas presentadas por las economías de los países desarrollados. Este proceso permitió el resurgimiento de China como potencia mundial. El Brasil - después de un período de apertura económica, llevada a cabo desde finales de 1980, y la estabilización monetaria, gobernó desde mediados de la década de 1990 - la década de 2000 fue objeto de las miradas internacionales, guardando las expectativas para las inversiones y las relaciones comerciales con el país. El año 2001, marcado por la entrada de China en la Organización Mundial del Comercio, Brasil y China representó un cambio completo en las relaciones bilaterales entre las dos naciones: el comercio entre ellas mostró un salto efecto similar ocurrió con el flujo de inversiones, donde cada vez más empresas chinas cayeron en Brasil y las empresas brasileñas toman el camino opuesto. En poco más de una década China se ha convertido en el mayor socio comercial de Brasil en el mundo, ni si quiera ser capaz de influir directamente en la canasta exportadora del país. En este punto se plantea la cuestión de la industrialización de Brasil en el contexto de ventajas económicas y comerciales chinas. Las exportaciones chinas de productos manufacturados tienen una fuerte competencia para los productos brasileños, ya sea a nivel nacional en Brasil o en terceros mercados. Industria brasileña ha experimentado grandes dificultades en la cara de estos nuevos retos que plantea, entre otras razones, por la presencia de productos chinos, producidos en diferentes modelos y condiciones que confieren una alta competitividad, en el marco de la nueva división internacional del trabajo. Como resultado de ello, y también para satisfacer el mercado interno chino colosal, en cierto modo, los productores brasileños han optado por la producción de bienes primarios, que les ha dado ventajas competitivas. La amenaza a la industria brasileña, representada por la expansión del comercio y la inversión por los chinos e nel mundo, sirve como un reclamo para el gobierno brasileño para buscar estrategias para defender su industria nacional y también le permiten evolucionar necesaria para competir en condiciones justas con las empresas chinas a nivel mundial y también en el propio ámbito nacional.

Palabras clave: Brasil. China. Comercio. Inversiones. La desindustrialización.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Definições e causas da desindustrialização	34
Gráfico 1 - Valor adicionado pela indústria (%) em relação ao PIB holandês (1970-90)	35
Quadro 2 - Círculo vicioso da doença holandesa	36
Gráfico 10 - Evolução do Fluxo de IDE globais (US\$ Bilhões de dólares - níveis correntes)	41
Gráfico 11 - Entrada de IDE – mundo, economias desenvolvidas, em desenvolvimento e em transição (US\$ bilhões)	42
Gráfico 12 - Distribuição regional do estoque de IDE realizado dos países em Desenvolvimento. Em % do total (1980 - 2010).	43
Figura 1 - Representação dos Ciclos do Produto	44
Gráfico 2 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (1985 - 1991)	62
Gráfico 3 - Queda no intercâmbio comercial Brasil - China (1985 - 1991)	63
Gráfico 4 - Evolução da Participação do Comércio chinês no comércio mundial (1984 - 2008)	69
Gráfico 5 - Exportações brasileiras para a China e para o restante do mundo na década de 2000 (US\$ bilhões)	70
Gráfico 6 - Déficit/Superávit comercial entre Brasil e China	74
Gráfico 7 - Participação chinesa nas exportações e importações brasileiras (1990-2013)	77
Gráfico 8 - Exportação brasileira por fator agregado - 1964 a 2012 (%)	79
Figura 2 - Importações brasileira da China (percentual por fator agregado)	79
Gráfico 9 - Participação dos cinco principais produtos na pauta exportadora brasileira % (2000-2010)	82
Gráfico 13 – Entradas líquidas de IED no Brasil (US\$ bilhões)	86
Gráfico 14 - Investimentos brasileiros no exterior (US\$ bilhões)	87
Gráfico 15 - Distribuição Setorial e Regional dos investimentos brasileiros. (Em % do valor total)	90
Gráfico 16 – Fluxo de IDE brasileiro para a China	91
Quadro 3- Empresas brasileiras atuantes na China	92
Gráfico 17 – Composição das empresas brasileiras presentes na China (% total)	93
Quadro 4- Presença de empresas brasileiras na China: dificuldades de acesso ao mercado chinês	94
Gráfico 18 - Entrada Líquida de IED na China (US\$ bi)	98
Gráfico 19 - Evolução dos fluxos de saída de IDE na China e no Mundo, 1990 - 2010(*)	99
Gráfico 20 - Distribuição Setorial e Regional dos Investimentos Chineses (Dados em %).	100
Gráfico 21 - Evolução dos projetos por estrutura de propriedade (2007 - 2012)	103

Quadro 5- Empresas chinesas operando no Brasil	105
Quadro 6- Estratégias de Enfrentamento disponíveis ao governo brasileiro para se sobressair nas relações bilaterais com a China	108
Quadro 7 - Cronologia das Relações Bilaterais	122
Quadro 8 - Cronologia Histórica Chinesa	124
Figura 3 - Ano de ingresso das principais empresas brasileiras na China	125
Quadro 9 - Principais restrições setoriais da política de IDE na China	126
Quadro 10 - Presença das empresas chinesas no Brasil*	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Vantagens Comparativas, Portugal X Inglaterra	26
Tabela 2 – Posição Geopolítica da China	47
Tabela 3 – Contribuição ao Produto Interno Bruto Global retirar linha superior	51
Tabela 4 – Taxas médias de crescimento para o Brasil (60-00)	56
Tabela 5 - Intercâmbio comercial brasileiro (BR) com a china continental (1953/1976) - US\$ 1000 F.O.B.	59
Tabela 6 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (1985 - 1991)	61
Tabela 7 - Queda no intercâmbio comercial Brasil – China (1985 - 1991)	63
Tabela 8 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China nos anos 90 (1990-1999)	65
Tabela 9 - Evolução do PIB chinês (1978 - 2013) ver norma para quebra de tabela. Coloca-se o cabeçalho na continuação	67
Tabela 10- Principais destinos de exportações brasileiras (US\$ bilhões)	71
Tabela 11- Principais destinos de importações brasileiras (US\$ bilhões)	72
Tabela 12- Intercâmbio comercial entre Brasil e China nos anos 2000 (2000-2013)	76
Tabela 13 - IDE brasileiro: principais destinos em participação total do capital empregado.	88
Tabela 14 - Brasil: Fluxo de IDE e de IDE chinês e participação percentual- 2001/2010 (US\$ milhões)	102
Tabela 15 - Investimentos Chineses no Brasil por região	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB - Banco Central do Brasil

BDC - Banco de Desenvolvimento da China

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CEBC - Conselho Empresarial Brasil – China

Central SOE - Central State-Owned Enterprises

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

ETN - Empresas Transnacionais

FAAP - Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FMI - Fundo Monetário Internacional

G7 - Grupo dos Sete

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

HSBC - Hong Kong and Shanghai Banking Corporation

IDE - Investimento Direto Externo

IED – Investimento Externo Direto

ISI - Industrialização por Substituição de Importações

JAC - Jianghuai Automobile Corporation Ltda

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MINUSTAH - Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti

MMX - Mineração e Metálicos S.A.

MOFTEC - Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OGX - Óleo e Gás Participações S.A

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PCCh - Partido Comunista Chinês

PIB - Produto Interno Bruto

PSI - Processo de Substituição de Importações

RPC - República Popular da China

SASAC - Stated-Owned Assets Supervision Commission

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior

SGCC - State Grid Corporation of China

SOE - State-Owned Enterprises

UNASUL - União das Nações Sul-Americanas

UNCTAD - United Nations Conference on Trade and Development

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

XCMG - Xuzhou Construction Machinery Group

ZEE - Zonas Especiais Econômicas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	UM ESBOÇO DE TEORIAS	25
2.1	VISÃO CLÁSSICA DE COMÉRCIO, A TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS DE RICARDO	25
2.1.1	Críticas à Teoria das Vantagens Comparativas	27
2.2	MODELO DE HECKSCHER-OHLIN	28
2.3	HIPÓTESE DA DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA, A TESE DE PREBISCH-SINGER	29
2.3.1	Críticas à Teoria de Deterioração dos Termos de Troca	31
2.4	PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DOENÇA HOLANDESA	32
2.4.1	Doença Holandesa (<i>dutch disease</i>)	34
2.5	FATORES DETERMINANTES PARA REALIZAÇÃO DE IDE'S	38
2.5.1	O Ciclo do Produto de Vernon	43
3	CENÁRIOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS	46
3.1	SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ECONOMIA DA CHINA	46
3.1.1	Processo de abertura econômica chinesa	49
3.2	BRASIL: O DESGASTE DO MODELO E O REDIRECIONAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO	52
3.2.1	Processo de abertura econômica brasileira	54
4	RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA: OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	58
4.1	HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA ENTRE O PERÍODO DE ABERTURA E ADESAO CHINESA À OMC (1979 - 2000)	58
4.2	ADESAO CHINESA À OMC E ACELERAÇÃO DO COMÉRCIO SINO-BRASILEIRO	66
4.3	RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA: OPORTUNIDADE OU AMEAÇA AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO?	77
5	RELAÇÕES DE INVESTIMENTOS ENTRE BRASIL E CHINA	84
5.1	ESTRATÉGIA DE IDE BRASILEIRA: O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS E OS INVESTIMENTOS DIRETOS	84
5.1.1	Fluxos de IDE brasileiro para a China e dificuldades de entrada no mercado chinês	90
5.2	ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES: O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS LOCAIS E OS IDE	95
5.2.1	Fluxos de IDE chineses para o Brasil	100
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	114

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário comercial global passou por profundas alterações, com a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Alguns grandes países passaram a desempenhar um novo papel no mercado mundial. Brasil e China são dois desses países que emergiram como novas economias potenciais para receber investimentos estrangeiros e também para ocupar posições de relevância no cenário mundial. Um longo caminho foi percorrido para que esse cenário se delineasse, e, traçando trajetórias distintas de desenvolvimento e consolidação de suas indústrias de base e comércio, Brasil e China hoje ocupam posições de destaque em suas regiões e no mundo, com ambos se tornando atores fundamentais para os cenários local e global, cada um em sua medida (BAUMANN *et al.*, 2010, p.79-81).

Até a década de 1950 não existia um nível relevante de relações bilaterais e comerciais entre Brasil e China, e estas aconteciam raramente e cessaram de vez nesta mesma década, com a troca revolucionária de poder na China. Seguindo um movimento traçado por diversos países ocidentais, dentre os quais os EUA, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o novo Estado chinês, e reconheceu Taiwan como legítimo representante internacional do povo chinês. Devido a isso, todas as relações, já escassas entre os dois países tornaram-se nulas.

A década de 1970 marcou o reinício das relações bilaterais entre os dois países. Após anos de isolamento, China e Brasil voltaram a se reunir para estreitar os laços econômicos e políticos entre os dois países. A reaproximação dos dois países começou a acontecer no ano de 1974, em meio à abertura comercial chinesa e também devido à reaproximação desta com os países ocidentais. No final desta mesma década, especificamente no ano de 1978, o processo de abertura chinesa acelerou o processo de inserção internacional do país, neste período, e ainda que de forma tímida, Brasil e China passaram a traçar metas para estreitar as relações bilaterais entre eles.

As décadas seguintes sinalizaram pequenos avanços nas relações bilaterais entre os países. A década de 1980 é conhecida no Brasil como a “década perdida” para a economia brasileira, devido à grande estagnação econômica pela qual o país passou. Paralelamente, a China dava prosseguimento ao processo de abertura comercial, implementando reformas políticas internas

e investindo pesado no desenvolvimento de sua indústria. Já a partir desta década, o país passou a obter um forte crescimento do seu Produto Interno Bruto (PIB).

O período que compreendeu o final da década de 1980 e princípio da década de 1990 marcou o processo de redemocratização brasileiro e o princípio da abertura econômica do país. Em um processo de guinada neoliberal, o país buscava se inserir no mercado internacional, modernizando sua economia. Nesta fase muitas empresas nacionais acabaram fechando por não conseguir acompanhar ou se adequar às novas condições econômicas gerais. A segunda metade desta década representou para o país a busca pela estabilização monetária, com a adoção de uma nova moeda, o Real. Adotou-se, sob as condições de abertura comercial e financeira, o aperto monetário e fiscal com vistas a superar os desafios impostos na busca pelo controle das taxas de inflação. Ao longo dos anos 1990, a China começou a notar os resultados dos investimentos feitos para modernização de sua estrutura industrial. Assim, os chineses perceberam que era o momento de dar um passo maior, consolidando as reformas econômicas e políticas, visando a conversão do país em economia de mercado. O maior esforço nesse sentido, deu-se no começo dos anos 2000.

A partir de 2001, com a adesão da China à Organização Mundial do Comércio (OMC), deu-se início a um processo mais acentuado de redução de impostos sobre operações de exportação. Tal fator, entre outras razões, contribuiu para impulsionar a indústria chinesa perante o mercado global, alçando a China em poucos anos ao papel de figura central no comércio internacional. O baixo custo unitário do produto, a rápida transformação na organização industrial, a enorme escala de produção e o extenso mercado interno fizeram com que a China se convertesse num dos principais destinos de multinacionais, que buscam esses atributos e características oferecidos pelo mercado chinês, a fim de montar e produzir bens manufaturados. Tal movimento faz da China a “nova oficina do mundo” (PINTO, 2011, p. 47).

Os altos investimentos chineses em inovação e tecnologia, aliados ao maior valor do conteúdo agregado, levaram a uma rápida evolução da indústria chinesa. Esta contou com forte incentivo estatal para desenvolver sua produção, e a partir de 2004 teve aprofundado o “direito para tomar as suas próprias decisões de investimento, ampliar os canais de financiamento a projetos de internacionalização, simplificar e regulamentar os procedimentos para o exame e aprovação dos projetos de investimento, etc.” (ACIOLY *et al.*, 2009, p. 11).

A internacionalização chinesa rapidamente alcançou diversas áreas do globo, impactando fortemente, de modos distintos, cada uma delas. A China contou ainda com crescente e diversificada integração regional, nos âmbitos produtivo e comercial, no Leste Asiático. A busca desenfreada por commodities para abastecer seu mercado interno em paralelo a procura de novos mercados para consolidar o processo de internacionalização de suas empresas fez com que a China expandisse seu foco para regiões mais pobres, como África e América Latina, além da sua forte penetração comercial nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Esta “expansão” deve-se não somente a fatores comerciais, mas também geopolíticos. Com o novo posicionamento da China na geografia global a busca por influência política aumentou consideravelmente. No caso africano formou-se uma ampla parceria onde o Estado chinês transfere conhecimento e realiza pesados investimentos em infraestrutura e importa robustas quantidades de bens primários, como petróleo e gás natural.

O Brasil, de modo semelhante, mas ainda em um processo mais lento, vem buscando a expansão de seus mercados externos e influência geopolítica. Este processo intensificou-se a partir da entrada dos anos 2000, podendo ser exemplificado pela ‘Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti’ (MINUSTAH), missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas - órgão onde o Brasil reivindica, estrategicamente, assento fixo - em abril de 2004 e pelo movimento de aproximação tanto com a África quanto com o Oriente Médio a partir de 2003, promovendo-se a intensificação dos encontros políticos e de comércio e investimentos bilaterais entre as partes.

Observando as últimas três décadas vê-se o efeito das políticas adotadas pelo governo chinês. A China vem obtendo índices de crescimento econômico acima das taxas mundiais desde o processo de abertura, e tal performance da economia chinesa tem superado todas as expectativas, colocando o país dentre as principais economias mundiais. O país possui o maior volume de comércio internacional mundial, e já no ano de 2009 a China ultrapassou a Alemanha no posto de maior exportador mundial, Em 2013, a China passou à frente dos Estados Unidos na soma das exportações e importações, atingindo US\$ 4,16 trilhões.

O panorama favorável tem levado os mais distintos países a negociar acordos comerciais com a China, visando os benefícios que poderiam ser obtidos através desta nova configuração. O Brasil está dentre esses, e vem buscando a cada dia ampliar as relações bilaterais para com a

economia chinesa. Tamanho é o otimismo com relação à economia chinesa que analistas do *International Monetary Fund* (FMI) apontam como provável data para que a China reocupe o posto de maior economia do mundo o ano de 2018. Há análises otimistas dizendo que tal fato poderia ocorrer já no fim do ano de 2014. Historicamente, grande parte do sucesso chinês atual tem suas origens nas reformas estruturais internas conduzidas por Mao Zedong, tais transformações alcançaram vários setores da economia e possibilitaram à China sair de uma condição semifeudal, agrária, extremamente atrasada, para uma categoria de potência industrial, uma das maiores do mundo atual.

A década de 2000 representou, de certo modo, a confirmação das expectativas dos governos brasileiro e chinês a despeito da aproximação entre os dois países. Desde o início do processo de reaproximação na década de 1970 e abertura política chinesa, os dois países têm alimentado grandes expectativas de parceria entre si. Contudo, por uma infinidade de fatores, que passam pela ‘década perdida’ brasileira e diferenças ideológicas entre os países, o intercâmbio entre os dois países nunca atingiu o nível esperado¹. Desde então, os dois países têm buscado elevar a parceria cada vez mais, promovendo Investimentos Diretos mútuos e Investimentos conjuntos, além da elevação das relações comerciais.

A grande demanda chinesa por commodities elevou o preço das mesmas frente aos produtos manufaturados, invertendo uma tendência histórica de que a dependência das exportações de produtos primários tende a tornar os países externamente vulneráveis. Se por um lado o ‘Efeito China’ contribuiu para que o Brasil angariasse grandes ganhos no decorrer da década de 2000, também levou ao enfraquecimento de alguns setores da economia brasileira. O setor manufatureiro chinês, mais eficiente que o brasileiro, colocou em “xeque” o espaço que algumas empresas brasileiras possuíam fora do país e até complicou a atuação destas até mesmo internamente. Enquanto o Brasil obtinha sucesso com as vendas de *commodities*, o país assistiu ao enfraquecimento do setor industrial, em efeito replicado em outras partes do mundo, também pelo fator China.

Como parte da estratégia de expansão de influência chinesa ao restante do mundo viu-se que o Brasil, dentre outros países sul-americanos, foi alvo de Investimentos Diretos de empresas chinesas e também atuou com parceiro em outros investimentos, especialmente em conjunto

¹ A Cronologia das relações bilaterais, entre 1974 e 2010 consta no ANEXO A.

com os demais BRICS², tal como o Banco dos BRICS entidade a ser criada ainda no decorrer do ano de 2014.

Grande é a expectativa brasileira quanto à cooperação com o país asiático, seja no que diz respeito a expansão comercial, de investimentos mútuos ou até mesmo no aspecto geopolítico. Contudo, há de se ressaltar que a aproximação que pode trazer grandes benefícios para a economia brasileira pode também representar um risco ao país. Alguns autores, como Salama (2012), começam a levantar a hipótese de que o Brasil esteja passando por um processo de desindustrialização precoce e acelerada, o que poderia trazer mais malefícios que benefícios ao país. O papel do Estado em conter o processo de desindustrialização é fundamental, para Salama (2012, p. 248) a “(...) desindustrialização precoce e industrialização dependem da maneira de realizar a abertura. Se as forças do mercado têm liberdade para fixar os preços e orientar os investimentos, a probabilidade de que um processo de desindustrialização precoce aconteça é alta.” Outrossim, a atuação rápida do Estado, com medidas protecionistas direcionadas pode assegurar a retomada do processo de industrialização no país.

No que diz respeito aos investimentos, o risco que se aponta é que territórios onde o Brasil vinha buscando levar sua influência ou mesmo já ocupava alguma posição de relevância, como África e demais países latino americanos, sejam tomados pelos chineses. A forte expansão econômica chinesa, a grande busca por novos parceiros e por abastecimento interno faz com que a China também busque se inserir nestes mesmos mercados, impondo mais um desafio ao Brasil e às empresas nacionais.

Objetivos

O objetivo principal desta dissertação é apresentar um estudo da evolução das relações bilaterais de comércio e de investimentos entre Brasil e China, observando os efeitos que o acelerado avanço da economia chinesa pode, eventualmente, causar ao mercado interno brasileiro, e à busca do Brasil em expandir seus mercados. O desenvolvimento da pesquisa dará enfoque especial ao período posterior à adesão chinesa à Organização Mundial do Comércio (OMC). Para tanto, são traçados os seguintes objetivos específicos: i) analisar quais têm sido os processos e as características principais das relações de comércio e investimentos

² BRICS é um acrônimo que se refere a cinco países que em conjunto compõem um grupo político de cooperação, são estes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

entre o Brasil e a China, sobretudo neste século XXI; ii) ponderar quais seriam os possíveis impactos causados pela relação comercial entre Brasil e China, e de que forma esta relação pode afetar ou não o desenvolvimento da indústria brasileira e a presença de produtos nacionais no mercado global; iii) observar em que medida tem ocorrido os investimentos chineses em território brasileiro e brasileiros em solo chinês, a disputa por influência externa entre os dois países, além de investimentos diretos (IDE) realizados por ambos.

Justificativa

O avanço da economia chinesa tem despertado grande interesse de estudo por parte de muitos pesquisadores. Surgiram novas abordagens sobre os termos de troca, cadeias de valor global, conteúdo tecnológico dos produtos e valor agregado das pautas comerciais. Industrialização, desindustrialização e reprimarização se tornaram temas frequentes nos debates acadêmicos. Desde 2009, a China é o maior parceiro comercial do Brasil. Hoje, a China é a segunda maior economia do mundo e tem a maior corrente de comércio global, à frente dos Estados Unidos e demais membros do antigo ‘Grupo dos Sete’, o G7.

O tema proposto para esta pesquisa visa contribuir para este debate que vem sendo recorrentemente ventilado nos ambientes acadêmicos. O evoluir das relações econômicas, comerciais e institucionais entre Brasil e China levanta a hipótese de que o mercado brasileiro possa eventualmente estar perdendo espaço no comércio internacional para os produtos manufaturados chineses, cuja produtividade é maior e o custo é mais baixo.

Houve um aumento significativo de importância da economia chinesa para o restante do mundo e a busca deste país, e também do Brasil, em expandir sua influência geopolítica, econômica e comercial para outras partes do mundo. Tudo converteu a China e o Brasil em potenciais investidores em território estrangeiro, além da interação econômica crescente entre os dois países. Esse direcionamento de recursos, visando ampliar a presença dos países em outras partes do mundo fez com que áreas até então “esquecidas” pelas grandes potências remanescentes do último século, fossem beneficiadas, sendo alvo de disputa de influência destas potências emergentes. A chegada chinesa em áreas onde o Brasil tenta se estabelecer, como América Latina e África, levanta o debate acerca da capacidade brasileira em fazer frente aos imensos recursos chineses, e não mais somente aos produtos manufaturados, mais baratos.

Metodologia

O presente trabalho será desenvolvido fazendo uso de teorias e de abordagens sobre desenvolvimento econômico e economia internacional destacando relações de comércio e investimentos. A ótica da Economia Política será empregada para investigação do papel do Estado e para a análise das decisões de política econômica, no que diz respeito a temática ora proposta para pesquisa. Será realizada uma revisão bibliográfica dos principais pesquisadores no que diz respeito ao estudo da Economia Política Internacional e das teorias relativas a Economia do Desenvolvimento.

No intuito de fornecer coesão à pesquisa será realizada uma análise de dados referentes às relações de comércio e investimentos entre Brasil e China, de forma a sondar se houve efeitos significativos na pauta comercial brasileira com a China, e de certo modo também com o restante do mundo, implicando ao Brasil um processo de desindustrialização precoce, além de ressaltar qual a representatividade dos investimentos chineses para o Brasil e vice-versa.

Os dados, as informações e as distintas análises foram obtidos em instituições e órgãos de pesquisas nacionais e internacionais, tais como: IPEA, universidades brasileiras, Fundação Alexandre Gusmão (Ministério das Relações Exteriores), IEDI, BNDES, Centro Celso Furtado, CEPAL, OMC, BID, OCDE, Banco Mundial, FMI, USPTO, organismos governamentais de comércio e investimentos do Brasil e da China, além do portal de periódicos da CAPES. A pesquisa foi lastreada nas contribuições de renomados autores que amplamente trataram ou tratam dos problemas em pauta, tais como: Raul Prebisch, Celso Furtado, Luiz Belluzzo, Maria Tavares, Pierre Salama, Reinaldo Gonçalves, dentre outros.

Esta dissertação está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro deles esta Introdução e o último as Considerações Finais. No segundo capítulo é exposto um referencial teórico, onde são expostas as interpretações e debates acerca do tema, com o intuito de fornecer base de sustentação ao restante do texto, apresentando teorias relativas ao tema trabalhado em versões heterodoxas e ortodoxas. O terceiro capítulo aborda as relações comerciais entre Brasil e China, destacando as estratégias dos dois países para o comércio bilateral e o evoluir do intercâmbio dentre eles, com destaque para os anos 2000, década em que a China consolidou uma posição de grande importância como grande parceiro comercial brasileiro. O Capítulo

quatro traz as relações de investimento entre Brasil e China, apresentando inicialmente o fluxo de investimentos diretos dos dois países e principais destinos, chegando aos anos 2000 onde a parceria entre China e Brasil se intensificou. Os processos pelos quais os dois países converteram-se em agentes de grande importância para o cenário geopolítico mundial atual - mudanças de condução política chinesa iniciada no fim dos anos 1970 e brasileira no fim dos anos 1990 - e o desenrolar dessas relações serão apresentados no decorrer do trabalho. As expectativas e receios apresentados pelo Brasil em relação a entrada de novos investidores chineses e extensão do comércio com a China, bem como as possíveis contradições a respeito do processo de desindustrialização brasileiro formam o epicentro da discussão proposta para esta pesquisa.

2 UM ESBOÇO DE TEORIAS

Nesta seção, serão apresentadas algumas teorias consideradas fundamentais para um bom entendimento do estudo das relações de investimentos e comerciais internacionais. Começando pelo modelo de vantagens comparativas clássico de Ricardo, que ainda é vista como uma das bases teóricas de maior destaque e relevância no que diz respeito ao estudo convencional de teorias de comércio internacional. Segue-se breve referência à alternativa neoclássica, o modelo de Heckscher-Ohlin, que adicionou o fator preço à análise da teoria. Posteriormente, será apresentada a ideia heterodoxa de deterioração dos termos de troca proposta por Prebisch-Singer, que afirma que os países produtores de bens manufaturados possuem larga vantagem sobre os países produtores de bens primários. Ainda são examinados os conceitos de desindustrialização e doença holandesa, referentes aos desequilíbrios estruturais internos nas economias dotadas de um determinado bem em abundância ou que mudaram radicalmente sua estrutura interna de mercado, com abertura comercial em grandes proporções, por exemplo. Por fim, adentrando a teoria dos investimentos diretos externos, uma exposição sobre as motivações para se realizar um IDE por parte de uma empresa, partindo de apoio Estatal ou razões puramente mercadológicas, finalizando com uma breve exposição sobre o Ciclo do Produto apresentado por Vernon.

2.1 VISÃO CLÁSSICA DE COMÉRCIO, A TEORIA DAS VANTAGENS COMPARATIVAS DE RICARDO

Existem diversas teorias para explicar as relações comerciais entre diferentes nações, mas certamente, do ponto de vista clássico, a que merece maior destaque é a Teoria das Vantagens Comparativas, desenvolvida pelo economista inglês David Ricardo no começo do século XX, em sua obra “Princípios de Economia política e tributação”, datada de 1817. A ideia central da teoria era explicar as relações de trocas entre os países, e em paralelo oferecer embasamento ao modelo liberal de comércio.

Segundo a teoria, dadas as dificuldades para a mobilidade internacional dos capitais, um país pode obter ganhos nas relações de comércio internacional mesmo que, potencialmente, seja mais eficiente, em termos absolutos, do que outro país na produção dos bens comercializados. Mesmo com essa vantagem absoluta, esse país teria menos custos e obteria maiores quantidades de mercadorias, através do comércio internacional. Tudo isso porque, segundo

Ricardo, o mais importante era a razão entre os custos em trabalho (portanto, em valor, e daí em preços) na produção das mercadorias em cada país. A comparação desses custos relativos, proporcionais, entre os países demonstraria a necessidade lógica do comércio internacional. Esses custos relativos de produção (em vez de custos absolutos de cada mercadoria de *per si*, isoladamente), representariam a orientação racional, consistente, coerente, para viabilizar o comércio mutuamente benéfico entre dois países. Assim, cada país se especializaria na produção de um determinado bem em que possuísse vantagem comparativa, ou seja, o custo de oportunidade para produzir este bem seria menor nesse país do que para os outros (KRUGMAN; OBSTFELD, 2008).

Os que advogavam em favor da teoria e do livre comércio argumentavam que com uma maior eficiência produtiva, fruto da especialização, ocorreria um amplo ganho social, dado que as mercadorias chegariam ao consumidor final com oferta maior e preço mais acessível. Neste sentido, o mercado orientaria o comércio global em direção ao equilíbrio, através da relação entre oferta e demanda, prevalecendo a produção mais eficiente.

Para explicar a sua teoria, Ricardo utilizou um exemplo, que se tornou clássico, envolvendo Portugal e Inglaterra, na troca de tecidos e vinhos. Se a Inglaterra necessitasse do trabalho de 100 homens ao ano para produzir tecido e 120 homens para executar a produção de vinho, então os ingleses dispenderiam trabalho na manufatura do tecido em apenas 83% da quantidade de trabalho gasta para fazer o vinho. Menos custo relativo na produção de tecido, portanto. Portanto, a Inglaterra fabricaria tecido e importaria vinho. Se em Portugal, por sua vez, são necessários 90 homens no ano para a fabricação de tecido e 80 homens para produção de vinho, então os portugueses, ao fazer vinho, empregariam apenas 88% da quantidade de trabalho utilizada para produzir tecido. Daí, a opção portuguesa seria exatamente oposta à inglesa, configurando uma situação de Vantagens Comparativas. Portugal e Inglaterra ganhariam em qualidade e quantidade de mercadorias trocadas.

Tabela 1 - Vantagens Comparativas, Portugal X Inglaterra

País	Tecido	Vinho
Inglaterra	100	120
Portugal	90	80

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de RICARDO, 1979

Pela Tabela 4 pode-se atestar o que fora dito acima, Portugal leva vantagem absoluta na produção de ambos os produtos, mas conforme a teoria ricardiana ainda obtém maior benefício, comercializando o produto em que possui vantagem comparativa. Assim, pode-se dizer que com o livre comércio os dois países acabariam consumindo uma quantidade maior de bens do que em autarquia (PAIVA; CUNHA, 2008).

2.1.1 Críticas à Teoria das Vantagens Comparativas

Essa teoria respalda as condições estáticas da estrutura produtiva dos países para justificar a necessidade do comércio, dados os custos comparativos vigentes, sem abertura para transformações na divisão internacional do trabalho entre os países. Minimiza a transferência de capital de um país para outro. Subestima a possibilidade de criação de capacidade produtiva mesmo em um país com condições iniciais adversas. Uma das críticas à teoria de Ricardo é que para que haja o pleno funcionamento da ideia, as economias envolvidas devem se abrir para a troca. Entretanto o que se visualiza na prática é a adoção de barreiras e tarifas comerciais de vários tipos, adotadas com intuito de proteger o mercado doméstico, defender os interesses internos e estimular o nível de atividade econômica e geração de renda interna no país.

Mesmo que a teoria aponte para vantagens comparativas quando o comércio encontra-se livre, alguns agentes (empresas, indivíduos, etc.) tem ciência de que poderiam obter maiores ganhos caso houvesse certas restrições por parte do governo, neste ponto surge o protecionismo. Como mecanismo de defesa para os produtores nacionais que por ventura sejam afetados, alguns países adotam as barreiras protecionistas.

O “surgimento” de novas economias, pós-coloniais ou de industrialização tardia, colocou em xeque a visão da teoria das vantagens comparativas. Nesse momento seria preciso se deparar com economias de graus distintos de desenvolvimento e com condições produtivas de diferentes níveis. Pode-se dizer que “a assimetria de atributos, entre nações em estágios distintos de desenvolvimento, levava a trajetórias divergentes no tempo” (FRISCHTAK, 2009, p.104).

2.2 MODELO DE HECKSCHER-OHLIN

O modelo de Heckscher-Ohlin, ou modelo neoclássico de comércio, caracteriza-se por ter procurado entender os motivos que justificariam a ocorrência das vantagens comparativas, visando compreender a razão pela qual os países optavam por se especializar na produção de determinado bem em detrimento de outros. Enquanto no modelo Ricardiano as funções de produção são distintas para um determinado bem em dois países analisados, no modelo neoclássico estas são equivalentes nos dois países e estes possuem condições tecnológicas semelhantes dentre si (FAUSTINO, 1989, p. 1-2; KRUGMAN; OBSTFELD, 2008, p. 54-88). Outro ponto a se destacar é que neste novo cenário “o livre comércio não implica na especialização completa da produção de em cada país, ao contrário, isso não é considerado como uma solução possível” (SWART, 2006, p. 40-41).

Em conformidade com o pensamento neoclássico o modelo incluiu o mecanismo preço à análise do comércio internacional, vindo a dezoar do anteriormente proposto por Ricardo, para o qual “os custos comparativos são determinados pela produtividade relativa do trabalho” (GONÇALVES, 2014, p. 3). A ideia central indicada é que o comércio internacional é diretamente influenciado pelos fatores de produção que cada país possui mais abundantemente em seu território. Desta forma, “o modelo das dotações dos fatores resulta numa alteração da distribuição de renda dos países que atuam no comércio, ao afetar a alocação dos fatores de produção entre os bens produzidos e os preços relativos” (SWART, 2006, p. 37).

No modelo neoclássico, as diferenças de dotações de fatores entre países é o principal determinante das vantagens comparativas. As diferenças de escassez relativa de fatores de produção afetam os custos relativos e, por conseguinte, os padrões de comércio. Consequentemente, o teorema neoclássico básico do comércio internacional é que qualquer país tende a exportar mercadorias que usam quantidades relativamente altas de seus fatores de produção mais abundantes. Os padrões de vantagens comparativas são, portanto, determinados pela escassez relativa dos fatores de produção de tal forma que, por exemplo, os países mais ricos em capital tendem a exportar produtos intensivos em capital. (GONÇALVES, 2014, p. 5).

Um exemplo simples que explicita a ideia da teoria é dado por uma relação hipotética envolvendo dois países quaisquer, considere-se Uruguai e Paraguai, que sejam abundantes nos fatores de produção terra e trabalho e que possuam alta especialização na produção de soja e

computadores, portanto configura-se neste cenário um modelo 2x2x2. A teoria propõe que cada bem requer a utilização de quantidades diferentes dos fatores de produção, embora supondo níveis tecnológicos similares entre os países envolvidos. No caso exposto diz-se que o Uruguai necessita empregar mais do fator terra do que de trabalho para produzir soja, enquanto o Paraguai faça maior uso do fator trabalho para produção de computadores, sendo mantida certa maleabilidade quanto a utilização dos fatores de produção, tanto para Uruguai quanto para o Paraguai levaram adiante suas produções. O que decidirá qual percentual de cada um dos fatores de produção será utilizado pelos países é a relação de preços (GONÇALVES, 2014, p. 4-6; SOUZA, 2010, p. 20; SWART, 2006, p. 37-39).

Assim, no exemplo acima, pode-se dizer que o Uruguai é intensivo no fator terra, tendo este como essencial para o sucesso de sua produtividade, enquanto que o Paraguai, de modo semelhante, é intensivo no fator de produção trabalho. Considerando uma relação de livre comércio, o teorema de Heckscher-Ohlin afirma que o Uruguai exportará soja e importará computadores paraguaios, o mesmo ocorrendo em sentido contrário, com o Paraguai importando soja uruguaia e exportando computadores para o país vizinho. Então, pode-se dizer que o modelo afirma que “um país exportará bens intensivos no fator abundante no país, enquanto que importará bem intensivos no fator escasso” (SOUZA, 2010, p. 20). Em suma:

(...) a conclusão do modelo de Heckscher-Ohlin é que países se especializarão na produção dos bens que utilizam fatores de produção com abundância relativa, exportando esses bens e importando outros cujos fatores produtivos intensivos sejam relativamente escassos em seu território”. (COUTINHO *et al.*, 2005, p.104).

Desta forma, pode-se afirmar que pelo teorema de Heckscher-Ohlin o fator que pode ser considerado preponderante para que haja especialização produtiva por parte de algum país é a abundância de um determinado fator de produção no território do país.

2.3 HIPÓTESE DA DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE TROCA, A TESE DE PREBISCH-SINGER

A hipótese de deterioração dos termos de trocas, estudada por Prebisch e Singer em trabalhos independentes, faz uma abordagem acerca da deterioração dos termos de troca em favor dos países industrializados frente às economias produtoras de commodities. Ao analisar longas séries históricas de preços de produtos manufaturados e commodities, os autores chegaram à

conclusão que ocorria um declínio relativo no preço de bens primários ante os bens industrializados (PREBISCH, 1950; SINGER, 1950). A questão central do estudo desenvolvido por Prebisch era a contestação à capacidade da teoria ricardiana em explicar as relações comerciais, estruturalmente desvantajosas, entre economias produtoras de bens primários e outras especializadas em manufaturados.

O ponto de partida de Prebisch foi a crítica dos sistemas de divisão internacional do trabalho, chamando a atenção para as implicações do caráter estático da teoria do comércio internacional fundada na ideia de vantagens comparativas, cuja validade permanecia indiscutida no mundo acadêmico. Segundo um dos corolários dessa teoria, o comércio internacional não apenas era um “motor do crescimento” – permitia a todos os países que dele participavam utilizar mais racionalmente os próprios recursos –, mas também era um fator de redução das disparidades nos níveis de renda entre países, pois eliminava os efeitos negativos da estreiteza dos mercados internos. Ora, os dados empíricos sobre o comportamento a longo prazo dos preços relativos nos mercados internacionais estavam longe de confirmar as previsões que cabia inferir dessas hipóteses. Se alguma evidência havia era em sentido inverso, isto é, no da concentração da renda gerada pelo intercâmbio internacional, em benefício dos países de mais alto nível de renda. Prebisch deslocou a discussão do nível abstrato dos teoremas de vantagens comparativas – exercícios de lógica em que as conclusões já estão implícitas nas premissas – para o da observação das estruturas sociais, dentro das quais os custos são formados e o excedente é apropriado. (FURTADO, 1980 *apud* ANDRIOLI, 2010, p. 38-39).

A industrialização tardia por parte dos países subdesenvolvidos é apontada pela teoria como um dos fatores que geram a relação de dependência econômica ocasionada pelas relações de trocas, de modo que, grande parte destes países não detém o conhecimento tecnológico e produtivo necessário para trabalhar as matérias primas disponíveis em seu território. O avanço técnico se difundiu de diferentes maneiras nas mais diversas partes do mundo, onde algumas economias monopolizaram o conhecimento sobre a utilização de novas tecnologias, o que gerou um modelo de difusão assimétrica, o que não era levado em conta pelas teorias clássicas, e desfavorecia diretamente as economias subdesenvolvidas. Para Kay (1989) as nações industrializadas, ou centrais, detinham paralelamente os benefícios obtidos em virtude de seu próprio progresso técnico e também uma parcela da ampliação da produtividade que ocorria nos países subdesenvolvidos, ou periféricos, valendo-se desta forma do melhor oferecido “por dois mundos” em seu favor.

A difusão de tecnologias dada de forma assimétrica provocava grandes lacunas de produtividade, que dividiam o setor exportador e o de subsistência. A desigualdade estrutural, que existia entre os países, provocava continuamente um excedente de mão de obra no setor exportador, contribuindo para que as remunerações fossem baixas, o que conseqüentemente evitava que a periferia lucrasse com seu avanço técnico. Para Prebisch (1968), submeter o desenvolvimento econômico ao desigual comércio internacional seria uma forma de ampliar o distanciamento já existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Para Singer (1950) e Prebisch (1950), a consequência da deterioração dos termos de troca é que os países que importavam bens manufaturados e exportavam bens primários perdem capacidade de compra, tendo que reduzir o número de mercadorias importadas, gerando uma queda no ritmo da atividade econômica, ocasionando uma conjuntura recessiva. Do ponto de vista da demanda tem-se que a elasticidade-renda da procura por produtos primários é baixa, ao contrário do caso dos produtos manufaturados, em que essa elasticidade é alta.

Adotando as relações entre centro e periferia como critério de interpretação, a CEPAL sinalizou quatro implicações que as relações comerciais exerciam sobre os países subdesenvolvidos: a deterioração dos termos de trocas, desemprego estrutural, desequilíbrio no balanço de pagamentos e uma alta fragilidade dos ciclos econômicos (GURRIERI, 1982). A reação proposta pelos pensadores ligados à instituição consistiu em um modelo de desenvolvimento “voltado para dentro”, ou seja, o Modelo de Substituição de Importações.

2.3.1 Críticas à Teoria de Deterioração dos Termos de Troca

Com o passar dos anos a teoria de Prebisch-Singer passou a ser contestada. Isso se deveu a uma série de fatores. O primeiro deles trata do fato de que a teoria não considerava que no decorrer do tempo haveria, em países periféricos, a incorporação de novas tecnologias na produção de bens manufaturados e também primários. Além disso, algumas análises de longo prazo estariam superadas, visto que um determinado bem que outrora possuía um papel importante para o mercado mundial poderia simplesmente desaparecer frente ao surgimento de novos produtos ou mesmo uma mudança de hábitos de consumo. Em outras palavras, quando escolhidas amostras diferentes (países, produtos e períodos), as conclusões sobre as relações de comércio poderiam ser diferentes.

O avanço recente da economia chinesa seria um claro exemplo disso. Na época de desenvolvimento da teoria clássica, a Inglaterra era a potência hegemônica. O centro dinâmico da economia mundial passou posteriormente para os Estados Unidos, de avançado setor industrial, além de forte agricultura. Nos últimos anos, nos marcos da ascensão chinesa, a Ásia tem assumido papel de grande destaque para o comércio e a economia no mundo. Pelo lado da oferta, a China vem fornecendo produtos industrializados a custos cada vez menores, e pelo lado da demanda, o país é o destino crescente de produtos primários, que vem inflando os seus preços, exatamente o oposto do esperado no pensamento Cepalino (PUGA; NASCIMENTO, 2010; UNCTAD, 2008).

O cenário temporariamente favorável pode novamente se inverter e produzir uma nova relação entre as trocas entre os países. Para Mikesell (1997) não há evidências que deem embasamento a teoria de Prebisch-Singer, dadas os constantes avanços qualitativos dos bens manufaturados e a redução de custos na escala produtiva de commodities, impulsionado pelo aumento de produtividade (MIKESELL, 1997 *apud* ANDRIOLI, 2010).

2.4 PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DOENÇA HOLANDESA

Para Rowthorn e Wells (1987), a desindustrialização pode ser caracterizada por uma redução expressiva da participação do emprego no setor industrial frente aos demais setores, especialmente o de serviços. Os autores, sem desconsiderar a existência e importância de alterações de elasticidade-renda da demanda, no decorrer do tempo, consideram como hipótese mais importante - para explicar o processo de desindustrialização - a produtividade maior do setor manufatureiro e de serviços em países desenvolvidos (NASSIF, 2006).

Rowthorn e Ramaswamy (1999), afirmam que o processo de desindustrialização é composto pela diminuição constante na participação do emprego industrial no emprego total. O acelerado nível de evolução do setor manufatureiro frente aos demais setores da economia seja quanto à produtividade, ou quanto às novas descobertas tecnológicas, leva a uma alteração na relação entre a elasticidade renda da demanda por produtos industrializados e os demais. Tregenna (2009) propôs uma nova visão do conceito de industrialização, para a autora tanto o emprego industrial quanto o valor adicionado da indústria são reduzidos como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente. A importância da industrialização é apontada a seguir:

- (i) Os efeitos de encadeamento para frente e para trás na cadeia produtiva são mais fortes na indústria do que nos demais setores da economia.
- (ii) A indústria é caracterizada pela presença de economias estáticas e dinâmicas de escala, de tal forma que a produtividade na indústria é uma função crescente da produção industrial. Esse fenômeno é conhecido na literatura econômica como "lei de Kaldor-Verdoorn".
- (iii) A maior parte da mudança tecnológica ocorre na indústria. Além disso, boa parte do progresso tecnológico que ocorre no resto da economia é difundido a partir do setor manufatureiro.
- (iv) A elasticidade renda das importações de manufaturas é maior do que a elasticidade renda das importações de commodities e produtos primários. Dessa forma, a "industrialização" é tida como necessária para aliviar a restrição de balanço de pagamentos ao crescimento de longo prazo. (TREGENNA, 2009, *apud* OREIRO; FEIJÓ, 2010 p.223-224).

Contudo, o efeito da desindustrialização não necessariamente representa algo negativo para as economias. Clarck (1957) aponta este fenômeno como algo normal dentro do processo de desenvolvimento das economias capitalistas. Para o autor, o setor primário tem papel fundamental no crescimento do PIB de países com renda mais baixa, porém, quando os níveis de renda começam a subir ocorre uma transferência de relevância para o setor industrial, aumentando novamente, estes, alcançam níveis de países desenvolvidos, aumentando a importância do setor industrial. Corroborando com Clarck (1957), Rowthorn e Ramaswamy (1999) afirmam que a desindustrialização em países desenvolvidos representa uma consequência natural do dinamismo dessas economias.

Deste modo, pode-se dizer que algumas economias passam por um processo "natural" de desindustrialização, onde o valor adicionado no setor de serviços se eleva em detrimento da indústria. O Quadro 1, explana de forma resumida, as definições e causas da desindustrialização, expostas por Torres e Silva (2012), neste pode-se observar dois possíveis cenários para desindustrialização, onde o primeiro seria um 'panorama' esperado no decorrer dos anos e o segundo consistiria em uma preocupação para uma determinada economia, ponto em que o desenvolvimento de um país poderia ser colocado em xeque:

Quadro 1 – Definições e causas da desindustrialização

Tipo	Definição	Causas
Desindustrialização "natural"	Perda relativa de participação da indústria no emprego e no PIB com o crescimento da renda per capita.	Elasticidade-renda dos serviços torna-se maior do que dos produtos industriais com o aumento de renda da população. Crescimento da produtividade maior na indústria que nos serviços altera os preços relativos dos produtos industriais e “libera” mão de obra.
Desindustrialização "precoce"	Perda relativa de participação da indústria no emprego e PIB antes do crescimento da renda per capita ao nível do observado nos países desenvolvidos.	- Doença holandesa - Regime Macroeconômico - Globalização produtiva e comercial - Ilusão estatística

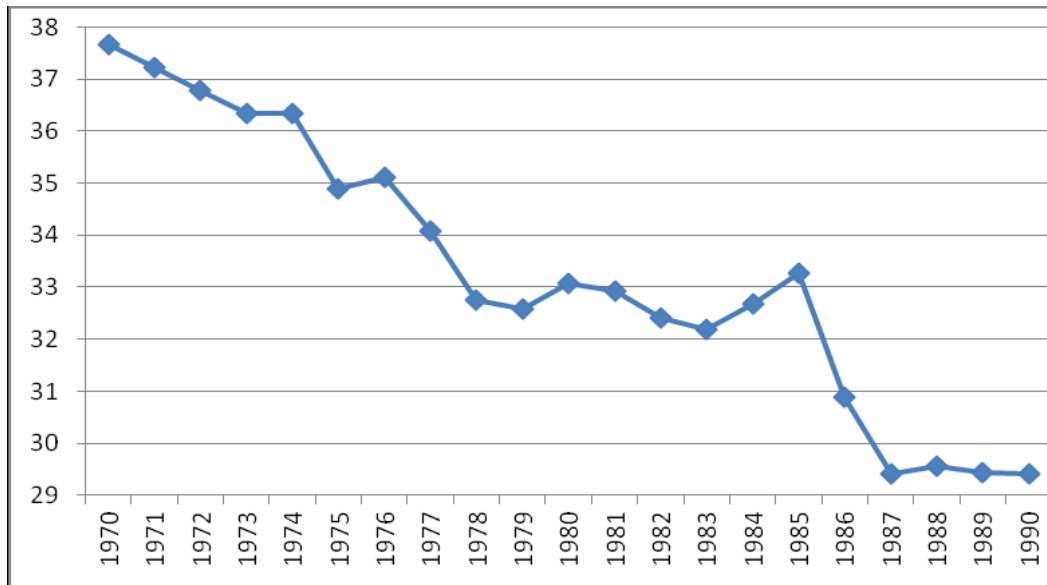
Fonte: TORRES; SILVA, 2012, p. 5

Abaixo, será apresentado o conceito de um dos motivos, assim considerados, para a desindustrialização precoce Trata-se da questão conhecida como “Doença Holandesa”.

2.4.1 Doença Holandesa (*dutchdisease*)

O nome dado a esta falha de mercado, tem origem na década de 70, após descoberta de um campo de gás e petróleo em Groningen, no mar norte da Holanda, os holandeses viram sua economia perder competitividade. Enquanto, por um lado, os novos recursos promoviam o enriquecimento de um setor de outro houve apreciação cambial, encarecimento dos produtos locais e crescimento do desemprego, fruto da perda de competitividade das empresas do país. Tal doença tem afetado países com abundância de recursos naturais, que ao converterem a moeda internacional, oriunda da exportação, em moeda nacional veem suas economias enfraquecidas (BRESSER-PEREIRA, 2010; ANDRIOLI, 2010). Houve perda significativa de participação do setor manufatureiro holandês no PIB, conforme pode-se observar no gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Valor adicionado pela indústria (%) em relação ao PIB holandês (1970-90)



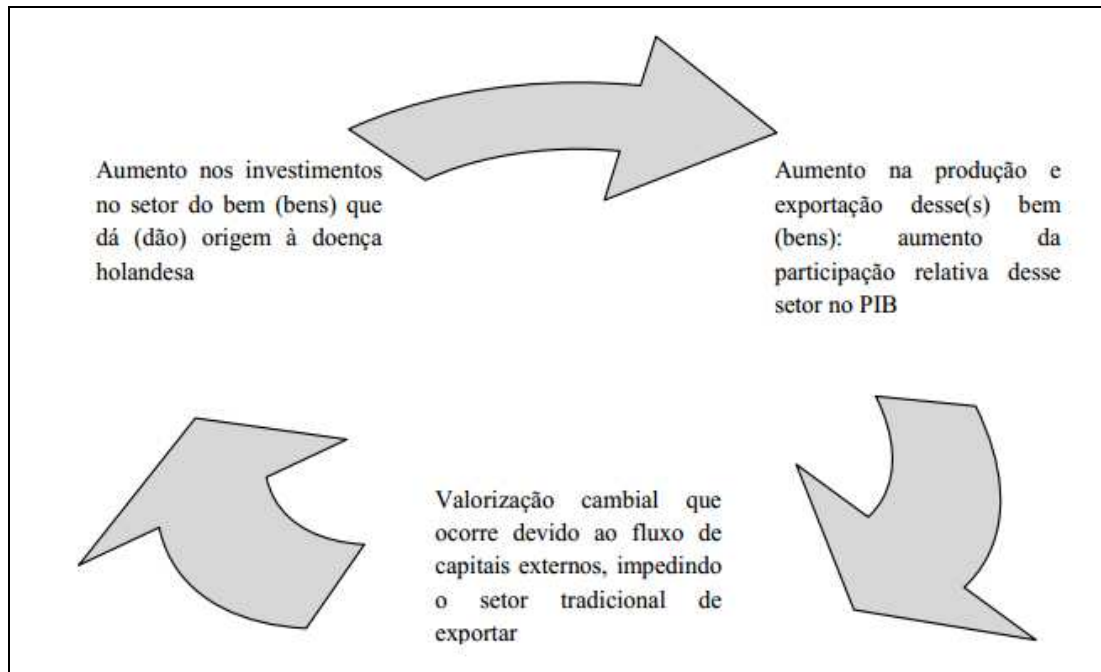
Fonte: BANCO MUNDIAL *apud* STRACK; AZEVEDO, 2012, p.72

Furtado apresentou estudo semelhante sobre um caso sul americano, também na década de 1970, e coincidentemente envolvendo a mesma commodity que afetava a economia holandesa. A exploração do petróleo atraía grande entrada de divisas, que eram incompatíveis com a estrutura produtiva venezuelana e impactavam diretamente na indústria (FURTADO, 2008).

(...) a origem dessa “doença” está no fato de que a relação entre o emprego industrial e a renda per capita tende a ser diferente em países que estão seguindo uma pauta de desindustrialização para buscar gerar um superávit comercial na indústria, do que naqueles que estão contentes apenas em atingir um déficit comercial industrial (tais como países ricos em recursos naturais e portanto capazes de gerar um superávit comercial em produtos primários que possam financiar seus déficits comerciais industriais) (...) este fenômeno está associado à uma onda súbita de exportações de produtos primários ou serviços (...) ou com uma mudança súbita na política econômica. (PALMA, 2005 *apud* LINS, 2012, p.30).

Para Bresser-Pereira (2010), esta falha de mercado se dá em virtude de alguns países serem predominantemente abundantes em alguns recursos naturais utilizados para produção de commodities, que levam a uma taxa de câmbio mais apreciada, indo em direção oposta às demais mercadorias produzidas no país. Assim, delineia-se um cenário em que a cadeia produtiva passa por uma desestruturação, redirecionando investimentos para fortalecer a ‘produção’ de recursos naturais, formando um “círculo vicioso”, como segue:

Quadro 2 - Círculo vicioso da doença holandesa



Fonte: LINS, 2012, p. 26

Este ‘círculo’ só é rompido quando as mercadorias oferecidas pela ‘economia contaminada’ não são mais absorvidas pelo mercado externo com a mesma intensidade (LINS, 2012). Embora não haja consenso de que uma economia “diagnosticada” com esse sintoma vá de fato ser prejudicada, o processo de desindustrialização precoce pelo qual o país acaba por passar resulta em uma etapa prematura do desenvolvimento econômico, gerando prejuízo às economias nacionais. A depender do grau em que se encontra o estágio de desenvolvimento nacional, é possível que se inviabilize o processo industrial de um país (BRESSER-PEREIRA, 2010).

Analisando o conceito desta falha de mercado de um modo mais amplo, poder-se-ia dizer que esta também se faria presente em casos onde houvesse grandes fluxos de moeda estrangeira ingressando na economia, tais como remessas do exterior ou doações a países pobres ou mesmo grandes investimentos internacionais que levariam a um certo desequilíbrio. Palma (2005) considera que haveria efeito semelhante a depender da condução da política macroeconômica seguida pelo país em questão. É o caso dos países latino americanos e suas “políticas liberais adotadas a partir da década de 1990, que culminaram na perda relativa e precoce da indústria no PIB e enquadraram esses países no grupo de especialização internacional baseado em produtos intensivos em recursos naturais” (HANONES, 2012, p.43).

Por fim, essa ‘doença’ também se espalhou para alguns países latino-americanos; mas a questão central neste caso é que ela não foi originada pela descoberta de recursos naturais ou pelo desenvolvimento do setor de exportação de serviços, mas sim principalmente devido a uma drástica mudança no seu regime de política econômica. Basicamente, ela resultou de um processo drástico de liberalização comercial e financeira no contexto de um processo radical de mudança institucional, o que levou a uma acentuada reversão da sua pauta prévia (estatizada) de industrialização por substituição de importações (ISI). (PALMA, 2005 *apud* HANONES, 2012, p.43).

Neste caso os países foram atingidos não por uma descoberta de um novo recurso natural mas sim pelo fato da mudança na condução política, abrindo suas economias e rompendo com a ordem vigente até então, determinada pelo PSI. Deste modo, pode-se dizer que no caso holandês a desindustrialização atingiu um país ‘maduro’ enquanto no caso sul-americano aconteceu de forma ‘precoce’. Compete então a essas economias buscar formas diretas e indiretas que sejam capazes de neutralizar esta falha de mercado, impedindo que o setor industrial local seja afetado e que por fim os efeitos da doença atinjam os consumidores.

a neutralização da doença holandesa pode envolver uma administração da taxa de câmbio a fim de evitar sua apreciação, seja por meio da manutenção da taxa de juros interna em níveis mais baixos, pela aquisição de reservas internacionais, pela imposição de tributos sobre os bens que provocam a doença holandesa, ou pela imposição de controles temporários sobre os ingressos de capitais. (BRESSER PEREIRA, 2008, 2009 *apud* VERÍSSIMO, 2010, p.143).

As formas de neutralização dos sintomas consideradas indiretas seriam dadas através de impostos, estes teriam o intuito de impedir que o câmbio fosse duramente afetado e permitiriam ao governo lançar mão de uma política fiscal mais sólida, impedindo que as receitas oriundas dos bens naturais ou do processo de abertura econômico, como no caso latino americano, desequilbrassem os gastos e contas governamentais. O valor pensado a este imposto deveria ser equivalente “à intensidade da doença holandesa dividida pela relação entre taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial do produto” (VERÍSSIMO, 2010, p.144). Por outro lado, uma medida mais direta de combate passa pela administração regrada das taxas de câmbio, que teriam o objetivo de fortalecer o setor industrial, beneficiando os investimentos e modernização tecnológica do setor manufatureiro. Esta última, aproximando-se da ideia proposta na época do PSI na América Latina, buscando o fortalecimento da indústria como meio de alavancar o desenvolvimento econômico local (VERÍSSIMO, 2010).

A controvérsia quanto a questão da ameaça da Doença Holandesa para o desenvolvimento de uma economia parte do pensamento neoclássico. Amparados pela teoria ricardiana de comércio, alguns autores como Lederman e Maloney (2008) afirmam que não há nenhum problema caso um determinado país opte por se especializar na produção de commodities, uma vez que estes estariam apenas fazendo-se valer das suas “vantagens comparativas”, dedicando-se ao setor da economia onde podem obter maiores ganhos no comércio internacional. Deste modo, faz-se crer que não há malefício em direcionar esforços para produção de um bem primário qualquer, uma vez que o ganho obtido com a especialização em sua produção proporcionará ao país em questão uma melhor condição de lucro para investimentos nas cadeias destes produtos específicos, não havendo quaisquer prejuízos de consumo de outros bens.

2.5 FATORES DETERMINANTES PARA REALIZAÇÃO DE IDE'S

O investimento direto externo pode ser definido como um modelo de investimento que espera uma relação de longo prazo entre a empresa e o país de destino, onde um investidor, estatal ou privado, inicia um novo negócio ou adquire a totalidade ou parte do controle de uma empresa estrangeira e passa a atuar no mercado, como meio de expandir seus negócios ou mesmo acordos entre governos.

A internacionalização de empresas consiste na atuação de uma determinada firma em mais de um país, o que pode se dar de três formas. Em primeiro lugar, por meio da comercialização de produtos no exterior. Em segundo lugar, a partir da cessão do direito de uso de recursos produtivos, como marcas e tecnologias, a terceiros. Em terceiro lugar, através da transferência de capital (seja recursos financeiros, tecnologias e/ou plantas de produção) em projetos individuais ou com sócios estrangeiros, mas sempre com a manutenção de parte do controle sobre a gestão do investimento, em projetos novos (*greenfield*) ou já existentes (*brownfield*). (HAMATSU, 2013, p. 6).

Alguns fatores são levados em conta como elementares no momento de uma empresa tomar a decisão por internacionalizar suas atividades. O primeiro deles diz respeito as vantagens de propriedade, que seria um diferencial, uma forma de vantagem competitiva que forneceria subsídios para sustentar o esforço de internacionalização da empresa. Configurando-se um cenário onde haja vantagens de propriedade, as vantagens de internalização explicam o

motivo pelo qual torna-se vantajoso para as firmas internacionalizar suas atividades. Para que uma empresa opte por internalizar sua produção ao invés de formalizar uma parceria com uma alguma empresa local, ou mesmo manter sua atividade a distância, é necessário que seja realmente mais vantajoso para a firma abrir uma nova unidade, agregando à sua cadeia de valor.

Por fim, observam-se as vantagens de localização, estas levam em consideração se o país em estudo para iniciar uma nova operação oferece boas condições para iniciar uma nova instalação da empresa. Fatores como localização, mão de obra e mercado consumidor potencial são levados em consideração nesses momentos de estudo e avaliação (MÓDOLO, 2011, p. 103). Para Dunning e Lundan (2008, p. 67-76), os principais tipos de estratégia adotados para produção em solo estrangeiro requerem: disponibilidade de recursos naturais, dimensão do mercado alvo, eficiência, ativos estratégicos, dentre outros fatores.

1. Resource seeking: Ocorre quando a ETN opera em setores intensivos em recursos naturais e tem por motivação exportar do país receptor estes recursos abundantes. Neste caso, há baixíssima integração da operação da ETN com a estrutura econômica local, os coeficientes de exportação são muito elevados e os mercados receptores são marginais para as vendas da filial.
2. Market seeking: a motivação principal é a de explorar o mercado hospedeiro, em geral competindo com as firmas locais e demais transnacionais nesse país localizadas. Na maioria das vezes tem como objetivo driblar barreiras tarifárias.
3. Strategic Asset Seeking: Nesse caso, o objetivo central é adquirir recursos e competências que possam contribuir para aumentar a capacidade de competição da firma investidora, tanto nos mercados locais como nos globais. Os ativos que buscam essas ETNs podem ir desde firmas com grande capacidade de inovação, até canais de distribuição e marcas; e
4. Efficiency Seeking: Neste caso, busca-se racionalizar a produção como forma a explorar economias de escala e de escopo. Os mecanismos de integração produtiva, como os desenvolvidos entre determinados países asiáticos, principalmente no ramo de eletrônicos, são um exemplo claro dessa forma de IDE. Tanto os processos de integração regional como a redução dos custos de transporte favorecem esses esquemas. (DUNNING, 1994 *apud* HAMATSU, 2013, p. 14-15).

Contudo, cabe ressaltar que o padrão acima citado reflete em muito a realidade de uma empresa de um país desenvolvido, porém em países em desenvolvimento pode correr uma variação na forma de realizar a internacionalização. Grande parte das empresas de países em desenvolvimento não possui acesso aos mesmos recursos tecnológicos que empresas oriundas

de países desenvolvidos possuem. Desta forma o processo de internacionalização pode configurar uma oportunidade de obter vantagens de propriedade para essas empresas, e desta forma, o *know-how* adquirido longe das fronteiras da sede pode representar para estas firmas um fortalecimento competitivo, que lhe proporcionaria maior competitividade ante um mercado cada dia mais globalizado (MÓDOLO, 2011, p. 104; HAMATSU, 2013, p. 17).

O processo de internacionalização das empresas também é de grande importância para o país de origem: “benefícios da internacionalização contribuem para o desenvolvimento de atividades de maior valor agregado, para o desenvolvimento da estrutura produtiva nacional, para o fortalecimento da posição externa e também para redução de vulnerabilidade externa” (MÓDOLO, 2001, p. 104). Devido a isso surge a necessidade de políticas públicas que incentivem esse processo de internacionalização, de tão grande importância quanto a atração e captação de recursos de empresas de outras origens.

É recorrente o debate acerca da necessidade de políticas para atrair o capital estrangeiro, como forma de desenvolver a economia local e promover o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento na medida do possível. Do mesmo modo, há a necessidade de incentivar a saída de empresas nacionais para outros países, promovendo uma movimentação inversa, também como meio de obter ganhos econômicos, expandir a influência nacional e outros fatores acima citados. Em um cenário onde as empresas dos países desenvolvidos possuem larga vantagem tecnológica e mesmo de capital sobre a maioria das empresas dos países em desenvolvimento o papel do Estado torna-se crucial para a expansão e internacionalização destas mesmas. Estes podem surgir da seguinte forma:

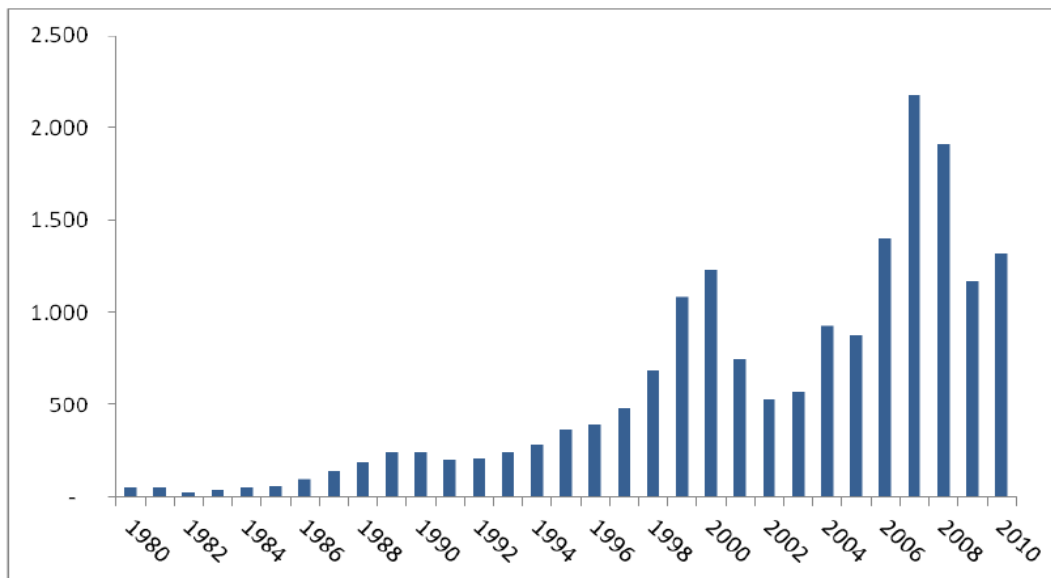
- i) incentivos fiscais; ii) fornecimento de seguros contra risco político, iii) agências governamentais que apoiem e estimulem os investidores; iv) tratados para evitar a bitributação; v) promoção de tratados bilaterais e regionais para proteger investimentos no exterior; vi) auxílio para as firmas locais lidarem com as instituições governamentais ou legislativas do país em que estão investindo. (HAMATSU, 2013, p. 22).

Para Stal e Campanário (2010, p. 59) houve três grandes processos de internacionalização que devem ser destacados, o primeiro partiria do final da Segunda Guerra Mundial e iria até os anos 1970, sendo puxada pelas empresas dos Estados Unidos e da Europa. A segunda, que

duraria até os anos 1980, refere-se aos chamados Tigres Asiáticos³ que buscavam obter ativos estratégicos, investindo fora e captando investimentos de outros países. E por último, a terceira ‘fase’ diz respeito ao movimento liderado pelas empresas de países emergentes, como os BRICS, que aumentaram o nível de IDE nas últimas décadas. Esta última em específico, teve sua consolidação com a pressão exercida para que as barreiras comerciais existentes entre os países fossem reduzidas, permitindo que empresas de países em desenvolvimento, migrassem para outras regiões do planeta, expandindo suas fronteiras.

Os IDE aumentaram significativamente após os anos 1970 com o processo de liberalização das economias globais e integração dos mercados, num movimento que facilitou de modo considerável que as empresas partissem em direção de novos horizontes para seus negócios. O Gráfico 10 mostra a evolução do fluxo de IDE no mundo, nele pode-se perceber grande ascensão dos investimentos diretos.

Gráfico 10 - Evolução do Fluxo de IDE globais (US\$ Bilhões de dólares - níveis correntes)

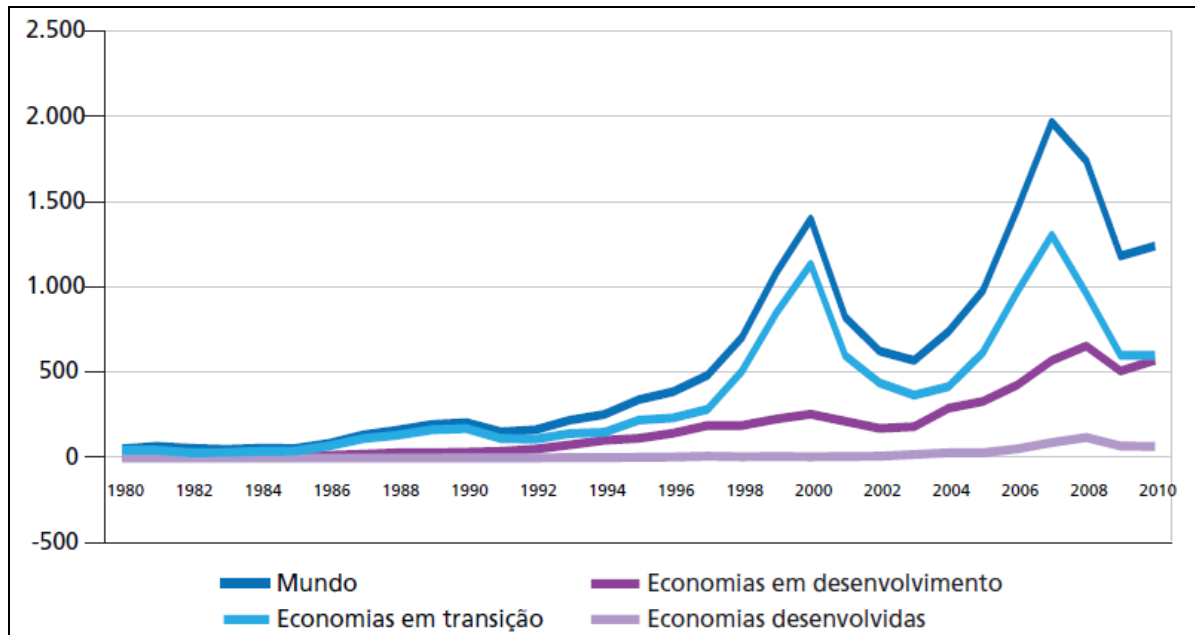


Fonte: HAMATSU, 2013, p. 7

O Gráfico 11 mostra a entrada de IDE, cabendo destaque ao aumento da capacidade de captação de IDE por parte das economias em desenvolvimento frente às economias desenvolvidas, com nítida evolução partindo do começo da década de 1990 e também ao desempenho das economias em transição.

³ O termo Tigres Asiáticos ou Quatro Tigres Asiáticos faz referência as economias de Hong Kong (reintegrado à China nos anos 1990), Coreia do Sul, Singapura e Taiwan.

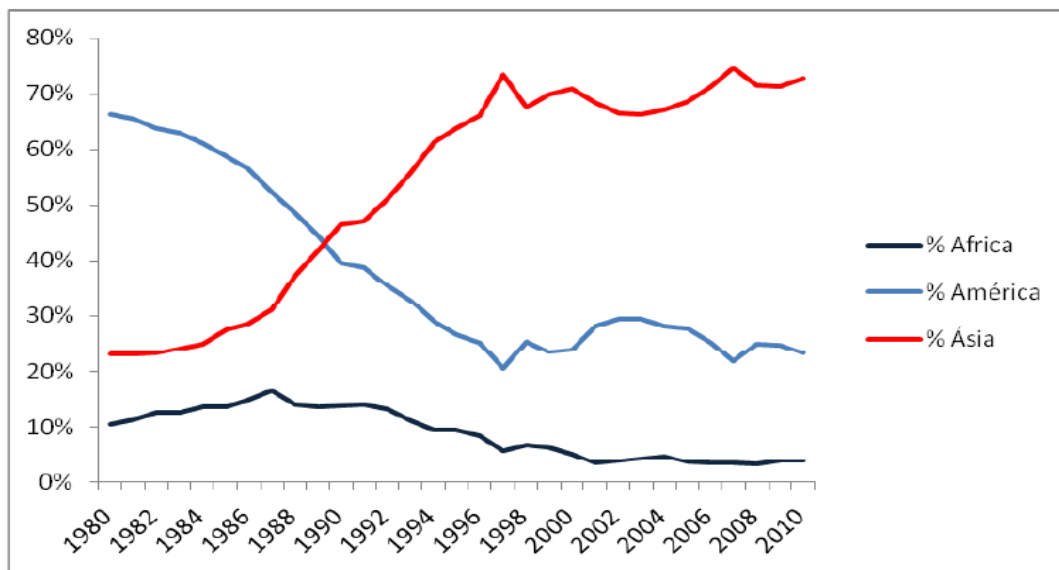
Gráfico 11 - Entrada de IDE – mundo, economias desenvolvidas, em desenvolvimento e em transição (US\$ bilhões)



Fonte: UNCTAD, 2011, p.3

O sucesso da estratégia de internacionalização adotado pelas empresas de países em desenvolvimento nota-se quando observa-se que no ano de 1990 menos de 20 empresas figuravam entre as maiores do planeta, já no ano de 2010 eram 95 pelo ranking da revista de negócios estadunidense *Fortune* (HAMATSU, 2013, p. 10). O Gráfico 12 torna visível o aumento da participação das empresas advindas de países em desenvolvimento, sendo puxada pelo avanço das firmas asiáticas a partir do começo dos anos 1990, que ultrapassaram as empresas oriundas do continente americano na realização de IDE. Estando ambos à frente dos investimentos das empresas oriundas do continente africano.

Gráfico 12 - Distribuição regional do estoque de IDE realizado dos países em Desenvolvimento. Em % do total (1980 - 2010).



Fonte: HAMATSU, 2013, p. 12

2.5.1 O Ciclo do Produto de Vernon

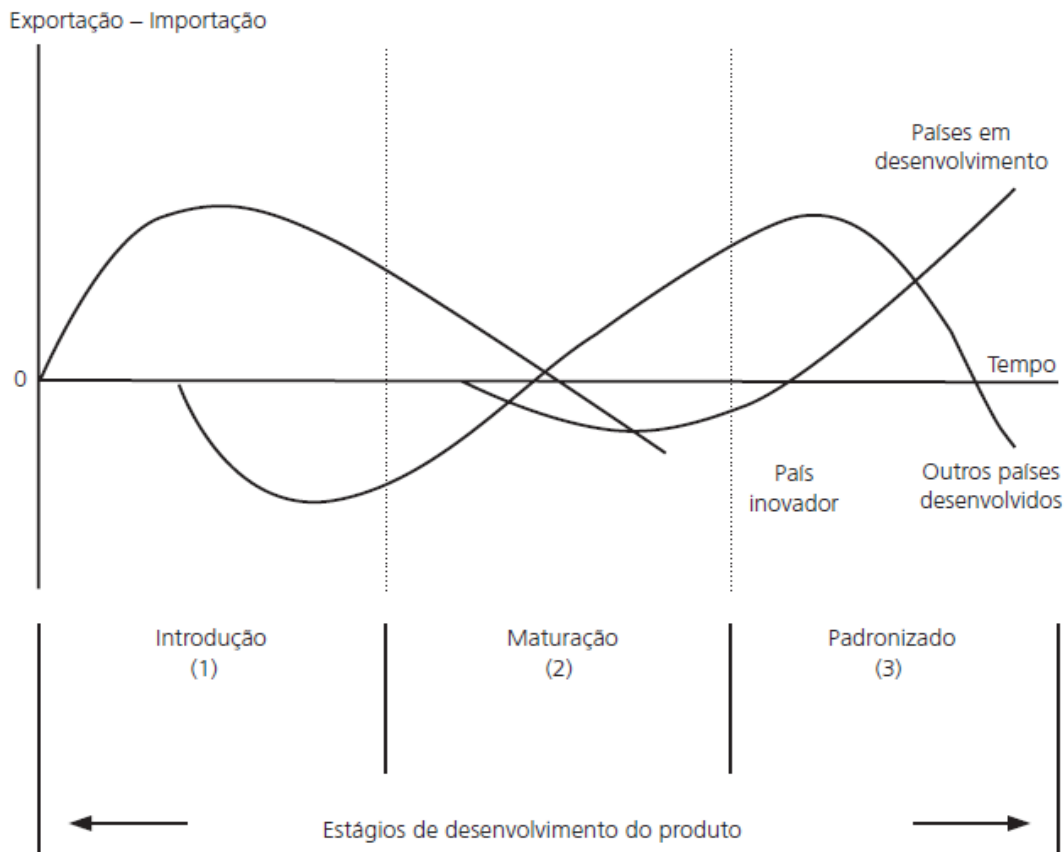
A Teoria do Ciclo do Produto foi elaborada por Raymond Vernon (1966), através desta o autor visava explicar o caminho traçado por grandes corporações para expandir seus mercados, tendo a evolução do produto como ponto de central de direcionamento. Para tanto, a teoria sugere que o produto possui um ciclo de vida que se divide em três fases (ou estágios), tais quais: produto novo, produto em maturação e produto padronizado. A fase de introdução do produto no mercado, que seria a inicial, do produto novo, ocorre por intermédio da inovação. A inovação surge como elemento fundamental para a evolução do produto nesta fase, sendo alto o grau de diferenciação das mercadorias presentes no mercado e baixo número de competidores inseridos. Neste momento em que o produto é lançado no mercado por uma determinada empresa o foco de atuação acaba relegado ao comércio doméstico. Esse passo inicial geralmente é observado em países com maior capacidade de alocar recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), que seriam os países mais avançados industrialmente e tecnologicamente (ATSUMI, 2006, p. 24; ACIOLY, 2004, p. 16; PESSOA; MARTINS, 2007, p. 311-314)

A segunda fase do ciclo corresponde a maturação do produto, nesta etapa há a propagação da tecnologia utilizada na etapa anterior para outros agentes do mercado e a estratégia de

produção passa a considerar outras regiões, em geral também economias avançadas, aptas a receber a produção da mercadoria. (ATSUMI, 2006, p. 24; ACIOLY, 2004, p. 17) Neste estágio: “o número de produtores aumenta, a oferta cresce e se torna mais diversificada, o que pressupõe esforços crescentes de diferenciação de produtos, enquanto a demanda, que também estará aumentando, se torna mais sensível ao preço” (PESSOA; MARTINS, 2007, p. 315).

A terceira fase do ciclo diz respeito a padronização do processo, a tecnologia atinge um grau de estabilidade e observa-se uma tendência das firmas em minimizar os seus custos, transferindo sua produção para economias menos desenvolvidas, em especial aquelas que ainda não contam com um setor industrial completamente adolecido e possuam um custo de produção não elevado. A partir destas novas localidades a produção é transferida para outros países e parceiros comerciais (ATSUMI, 2006, p. 24-25; ACIOLY, 2004, p. 17; PESSOA; MARTINS, 2007, p. 316-318). A figura 1 apresenta uma representação esquemática do mecanismo do ciclo do produto, expondo as três fases de evolução do produto.

Figura 1 - Representação dos Ciclos do Produto



Fonte: PESSOA; MARTINS, 2007, p. 313

Para a Teoria do Ciclo do Produto os IDE seriam realizados como mecanismo para as empresas levarem suas mercadorias a novas localidades, ainda sustentando um status de inovador, quando a competição em solo interno atingir um nível mais elevado. O deslocamento para um novo mercado permite a empresa continuar buscando desenvolver novos produtos ao mesmo tempo em que mantém a sua produção em uma subsidiária, alimentando um novo mercado sem deixar de lado o mercado local de atuação. Em geral o papel de dar continuidade à fabricação desses produtos compete aos países onde o setor industrial ainda não se encontra amplamente desenvolvido, ou seja, o ciclo é sustentado pela confecção dos produtos em subsidiárias localizadas em países terceiros e pelo desenvolvimento de novos produtos na matriz, situada nos países sede (ATSUMI, 2006, p. 25)

3 CENÁRIOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS

No capítulo que se segue serão abordados alguns pontos que serão necessários para dar andamento à investigação proposta nesta dissertação. Inicialmente, serão feitas considerações acerca das abordagens relativas à evolução econômica chinesa, levando em conta as transformações pelas quais esta economia passou no decorrer das últimas décadas que permitiram reconduzi-la a uma posição de destaque no cenário internacional. Seguindo a mesma lógica, posteriormente serão expostos conceitos sobre os modelos de desenvolvimento adotados pelo Brasil nas últimas décadas, as mudanças de condução política, processo de abertura e reposicionamento geopolítico internacional. A abordagem de tais temas deve-se, entre outras razões, ao debate atual sobre as relações crescentes e decisivas da China, em ascensão, com o Brasil.

3.1 SOBRE A INTERPRETAÇÃO DA TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ECONOMIA DA CHINA

A China alterna bons e maus momentos no decorrer de sua história milenar. Para obter uma maior compreensão de como o país está hoje, novamente, entre as maiores potências mundiais, é importante considerar alguns pontos⁴. Autodenominada “Império do Meio”, em orgulho aos valores próprios da sua sociedade, a lembrança da tradição milenar de seu Estado e dos administradores mandarins, e também devido à referência feita a si mesma como o centro do mundo civilizado, rejeitando a “inovação” trazida pelo ocidente, a China ocupava uma posição de destaque entre as maiores economias globais até o início do século XIX, possuindo um alto PIB absoluto e renda *per capita*, situação demonstrada na tabela abaixo:

⁴ Ver cronologia até o ano de adesão oficial à Organização Mundial do Comércio, em 2001, no Anexo B.

Tabela 2 – Posição Geopolítica da China

	1820	1890	1913	1952	1978	2003
Parcela do PIB Mundial	32.9	13.2	8.8	4.6	4.9	15.1
Parcela da População Mundial	36.6	26.2	24.4	22.5	22.3	20.5
(%) PIB <i>per capita</i> em relação à média mundial	90.0	50.3	41.7	23.8	22.1	73.7
Ranking do PIB	1	2	3	3	4	2
Porcentagem das exportações mundiais	n.a	1.7	1.6	1.0	0.8	5.9

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados fornecidos por OCDE, 2007, p. 60

Na mesma tabela, observa-se, porém que em dado momento da história a situação da economia chinesa começa a mudar, apresentando certo retrocesso com o recuo dos indicadores. Isto se deve principalmente às ocupações sofridas durante um século por potências estrangeiras, da primeira metade do século XIX até a Segunda Guerra Mundial. Nessas condições, foram impostos aos chineses tratados internacionais desfavoráveis, e por isso esse período é denominado como “um século de humilhações e tratados injustos” pela China. Neste período foi imposta aos chineses a cessão do território de Hong Kong aos britânicos, bem como a legalização do comércio do ópio e a autorização de propaganda religiosa de cunho cristã em todo o país. Paralelamente a estes fatores, a dinastia Quing, que liderava a China, caminhava para o fim de seus dias no poder, tendo sua queda concretizada no início do século XX (SOUZA, 2007, p. 110-113). O país, durante este século de tratados injustos, se deparou com sucessivas disputas estrangeiras pelo domínio de seu território, como segue:

A partilha da China era o objeto das negociações e disputas das grandes potências ocidentais e do Japão, sobretudo entre 1870 e 1905. A sequência era a mesma: guerra, derrota, tratado. O território chinês foi invadido por ingleses, franceses, russos, alemães e japoneses. Esse processo foi aprofundado no século XX, com a derrota da revolta dos boxers e o colapso do Império. A China, depois de 1842, foi submetida a um século de tratados injustos. Prevalciam os direitos extraterritoriais dos estrangeiros, a sua participação ou domínio completo na administração das principais áreas portuárias e na arrecadação de alguns impostos. (SOUZA, 2007, p.110-111).

Após décadas de conflitos internos, ora com potências estrangeiras, ora entre os próprios chineses em seguidas guerras civis - o Guomintang e o Partido Comunista eram as principais forças políticas envolvidas no confronto na China -, Mao Zedong se firma como liderança política, obtendo grande prestígio nos territórios da China. E, em meio ao ressentimento dos

chineses pelo período de ocupação estrangeira, estes, diante da Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), presenciaram uma improvável aliança: os revolucionários comunistas e o governo nacionalista (Partido Guomintang) aliaram-se contra os invasores japoneses. O Japão havia ocupado a Manchúria desde 1931 e invadido todo o litoral chinês, a partir de 1937. Esta aliança de comunistas e nacionalistas na China, na guerra, serviria para, mais uma vez, colocar os revolucionários em posição de destaque ante os olhos da população chinesa.

Ao término do conflito com os invasores, com sucesso chinês, teve início nova guerra civil. Dessa vez os revolucionários comunistas, liderados por Mao, obtiveram êxito, levando as lideranças do governo de Chiang Kai-chek a se refugiarem na ilha de Taiwan, fundando uma nova república nacionalista, denominada 'República da China' e comumente denominada Taiwan ou Formosa. Este território é considerado como província rebelde pelos chineses, que não reconhecem a independência da ilha e reivindicam sua reanexação imediata.

O período que sucedeu ao novo governo que se iniciava apresentou um cenário amplamente desfavorável, que viria a impor grandes desafios ao Partido Comunista Chinês (PCCh) liderado por Mao Zedong na recém-proclamada República Popular da China. Sem o apoio esperado por parte da União Soviética (URSS), a China se deparava com um panorama nada animador, como segue:

O quadro geral e imediato era desolador. A China estava quase destruída, depois da guerra, no início do novo governo. Em grande proporção, havia ferrovias paralisadas, indústrias fechadas, economia com desabastecimento e insuportável desemprego. Fábricas, bancos, comércio atacadista, firmas de comércio exterior tinham estado, em grande medida, em mãos do capital externo e, com a vitória da revolução, os estrangeiros tinham transferido bens e empresas para Taiwan. A sétima esquadra norte-americana postava-se diante da costa chinesa ameaçadoramente. O isolamento internacional era demonstrado pelo não reconhecimento do novo Estado por parte das potências ocidentais e da ONU. Houve ainda os sacrifícios imensos impostos pela participação chinesa na Guerra da Coréia. As privações materiais das grandes massas da população eram terríveis. Em média, o consumo *per capita* dos chineses revelava, conforme dados de 1952, uma pobreza atroz: por exemplo, consumo diário de meio quilo de arroz ou grãos e aquisição de um par de sapatos a cada cinco anos. (SOUZA 2007, p.120).

Buscando um modelo de democracia de massas, Mao procurou a superação de todos os problemas se baseando num formato de governo semelhante ao modelo adotado na URSS.

Inicialmente, num período que durou de 1949 a 1958, o processo de reconstrução e reestruturação da economia chinesa teve, como pontos de destaque, a planificação central com ênfase no setor de indústrias pesadas, destacando-se por promover a coletivização das atividades produtivas, a propagação de indústrias pelo país, inclusive na zona rural, além da expansão da alfabetização, ampliação dos serviços de saúde públicos e um processo de reforma agrária (ARRIGHI, 2007; MORAES, 2004, p. 13). Porém, em contramão à URSS e a outros governos adeptos do socialismo real, os revolucionários chineses apresentavam maior preparação para assumir o governo, fruto dos anos de guerra civil, diante do exército nacionalista. Ainda assim, o governo apresentava sinais de desgaste político, também em virtude da batalha ideológica que se renovava e da crise de abastecimento ocorrida ao fim da década de 50.

3.1.1 Processo de abertura econômica chinesa

A era Mao trouxe avanços significativos ao país em diversos setores, tais como: “educação e cultura, infraestrutura física e social, desenvolvimento agrícola e industrial” (MORAES, 2004, p. 14), possibilitando que a China caminhasse para a próxima etapa, a de abertura econômica, deixando de lado a condição de país semifeudal, passando a experimentar amplo processo de modernização, chegando à condição de potência industrial sem contar com qualquer forma significativa de respaldo internacional (MORAES, 2004, p. 14-15).

A partir do final dos anos 1970 teve início a política de reformas econômicas e abertura externa, que visava modernizar a economia chinesa e superar anos de isolamento mundial iniciados após o princípio da Era Mao. Nesta mesma década, a China passa a fazer parte da Organização das Nações Unidas (ONU), assina acordo de paz com o Japão e reata relações diplomáticas com o mundo ocidental, dentre os quais os Estados Unidos e o Brasil. O processo de abertura e a liberalização econômica, conduzidos por Deng Xiaoping, possibilitaram grande melhoria à economia local, com significativo avanço das exportações, crescimento dos investimentos externos no país e modernização interna. Esta última abrangendo o setor agrícola, a indústria, defesa nacional e tecnologia.

Os anos da década de 1980 representaram grandes avanços à economia chinesa, com forte crescimento do PIB, um “milagre econômico” que começou no princípio da década de 80 e persiste até os dias atuais; grande inserção econômica internacional; reformas políticas,

visando a implementação de uma economia de mercado, aspecto que ainda demanda reconhecimento internacional⁵.

O aumento da importância chinesa para a geopolítica mundial se intensificou nas décadas que se seguiram à abertura comercial. A mudança de postura do Estado, permitindo uma descentralização do comando, concedendo um grau maior de autonomia às empresas estatais e buscando suprir as carências tecnológicas, comerciais e estruturais do mercado interno com a adesão de empresas internacionais, possibilitou à China agregar novas tecnologias e modernizar o setor produtivo industrial através das Zonas Especiais Econômicas - ZEE (ARRIGHI, 2007; LUI, 2010, p. 27-30). Esta guinada rumo à modernização da economia chinesa, conduzida pelo Estado chinês acolheu a tecnologia que almejava juntamente ao capital que necessitava e, concomitantemente, eliminou produtos, ideias e influências que pudessem de algum modo vir a ser lesivas ao país (HARDING, 1987).

O sucesso das políticas conduzidas pelo Estado chinês pode ser refletido nas três décadas seguintes à abertura comercial e esforço modernizante da economia. De 1980 até 2012, a China apresentou elevadas taxas de crescimento do PIB (média próxima a 10% entre 1980 e 2012) e elevado nível de PIB *per capita*, saindo de U\$ 205,1 em 1980 para cerca de U\$6.000,00 em 2012. A forte dinâmica econômica chinesa permitiu que este país fizesse frente até mesmo à maior crise dos últimos tempos. Deflagrada em 2008, a ‘Crise do *Subprime*’ afetou economicamente diversas economias ao redor do mundo, porém, não impôs à China grandes perdas. O país teve um papel de grande destaque para até mesmo impedir que a crise imputasse problemas maiores ao restante do mundo. Um exemplo da importância atual da economia chinesa para o restante do mundo atualmente pode ser expresso pela contribuição ao crescimento do PIB global no período de 1981 até 2010, evidenciado na tabela abaixo:

⁵ Muitos países acusam a China de práticas de *dumping*, e por isso não a classificam como “economia de mercado”, pois argumentam que há ingerência governamental no mercado, que não sendo autorregulado pelas leis capitalistas, impossibilita que sejam comprovadas variações de preços entre seus produtos de exportação e de venda local. O prazo imposto pela Organização Mundial do Comércio (OMC) para que os países filiados concedam esse status à economia chinesa é até 2016, conforme acordo firmado em 2001, ano de entrada dos chineses na organização.

Tabela 3 – Contribuição ao Produto Interno Bruto Global retirar linha superior

Região/País	1981-1990	1991-2000	2001-2010
Países Desenvolvidos	82.8	80.3	52.0
Alemanha	6.3	3.6	4.7
EUA	26.3	41.5	15.7
Japão	17.2	16.4	2.4
União Europeia	29.6	14.6	25.5
Países em Desenvolvimento	17.2	19.7	48.0
África Subsaariana	0.2	0.3	2.4
AL e Caribe	3.0	9.0	8.8
Ásia	4.0	12.1	22.8
China	1.6	8.1	15.2
EUA + China	27.9	49.5	30.9
Países em Desenvolvimento exceto China	15.6	11.6	32.7

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base nos dados fornecidos por PINTO, 2011, p. 58-59

A rápida evolução da economia chinesa, na década de 2000, deu-se também em virtude da adesão do país a OMC. Embora tenha sido um dos membros que assinaram o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1948, somente no ano de 1986 o governo chinês optou por fazer valer sua presença como membro, o que levou a uma longa negociação, muitas vezes de modo bilateral ou multilateral com alguns países. Em 2001, em Doha, no Qatar, foi oficializada a entrada da China na OMC, fechando um período de negociações de 15 anos. A partir deste momento o papel da economia chinesa para o desenvolvimento da economia mundial se intensificaria, e o país passaria a ocupar um novo status no cenário geopolítico global (THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2012; LIMA, 2005).

3.2 BRASIL: O DESGASTE DO MODELO E O REDIRECIONAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO

O Brasil, bem como as demais nações latino-americanas, por seu próprio legado colonial e pela forma como se inseriu no contexto de divisão internacional do trabalho, depois dos movimentos de independência, podia ser definido como exportador de matérias primas ou de gêneros alimentícios, produtos estes que faziam com que o modelo econômico fosse denominado “modelo primário-exportador”. O país exportava bens primários e importava bens manufaturados, numa economia basicamente agroexportadora. Com a crise econômica

mundial, a Grande Depressão, este modelo ruiu e impôs ao país a busca por uma alternativa econômica (VIANNA, 2007).

Por entender que o desenvolvimento econômico passaria pelo fortalecimento da indústria nacional, o Brasil se fechou, adotando políticas protecionistas, em prol de um “Processo de Substituição de Importações (PSI)”. Orientado por uma nova corrente de pensamento, denominada ‘Estruturalismo’, que surgia na América Latina, por intermédio da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), diversos países dentre os quais o Brasil, optaram por proteger suas economias frente às “ameaças” impostas pelo mercado externo.

Este novo direcionamento, que pregava a aceleração da atividade industrial e do processo de urbanização, propiciou um novo entendimento de que havia grande diferenciação, de natureza estrutural, entre os modelos econômicos de países desenvolvidos e de países em desenvolvimento. Prevaleceu a crença de que somente com a industrialização seria possível proporcionar aos países periféricos uma chance de atingir níveis tecnológicos e de desenvolvimento semelhantes ao dos países centrais, conforme descrito por Ocampo (1998).

Tavares definiu o PSI da seguinte maneira:

Em suma, o ‘processo de substituição de importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (TAVARES, 1982, p.35).

Esperava-se que, através deste processo, a economia brasileira pudesse atingir altos níveis de desenvolvimento, que lhe permitisse reduzir as disparidades históricas frente às economias desenvolvidas. Durante o período, entre o princípio da década de 30 e o final da década de 70, pode-se notar uma grande importância do PSI para o desenvolvimento da economia brasileira. Em especial na década de 50, o governo de Juscelino Kubitschek lançou o “Plano de Metas”, que objetivava acelerar o desenvolvimento nacional e foi responsável pelas condições para a implantação de um moderno parque industrial, sofisticado e integrado. Para auxiliar nacionalmente as indústrias dos setores de consumo de bens duráveis e não duráveis, o governo criou as indústrias de base e adotou tarifação sobre a produção externa (SILVA, 2004; ABREU, 1989).

O modelo nacional-desenvolvimentista, que até então vinha tendo papel central no processo de crescimento econômico brasileiro nas últimas décadas, passou por forte processo de desgaste na década de 1980, no contexto de uma das piores crises da história do país. O período, conhecido como a década perdida, ficou marcado pela elevação do endividamento externo, pela recessão econômica, pela inflação, pela crise fiscal do Estado e, também, pelo esgotamento do modelo que até então vinha produzindo resultados positivos (FRISCHTAK, 2009). A exclusividade garantida sobre o mercado nacional, fruto da política protecionista adotada pelo país, fez com que o setor industrial não se mobilizasse em prol de inovações competitivas, tanto do ponto de vista técnico quanto gerencial, assim, o setor industrial brasileiro acabou por perder os avanços da década de 1980, tais como a microeletrônica, a informática e as telecomunicações. Aliado a este fator, o Estado, grande mantenedor do processo desenvolvimentista das décadas anteriores se abateu frente à crise fiscal, perdendo sua capacidade de investir. Sobre as críticas, registra-se que:

[...] (i) mercados não contestáveis - a falta de concorrência devida à proteção do mercado torna a produção menos eficiente. (ii) subutilização da capacidade instalada - a proteção torna viável a operação de plantas indústrias subótimas e conseqüentemente com excessiva capacidade ociosa, perdendo-se assim os benefícios das economias de escala. (iii) ineficiência dinâmica - ao desestimular a concorrência, a proteção compromete o investimento em tecnologia. Em economias abertas o fluxo de comércio estimula o progresso tecnológico através do aumento do fluxo de ideias. (iv) choques externos e vulnerabilidade - economias mais abertas são mais resistentes a choques externos e conseqüentemente são menos vulneráveis. v) baixo nível de investimento - países que adotam a política de substituição recebem menor fluxo de investimento direto, pois o retorno social de investimentos direcionados às atividades protegidas por esse regime é muito pequeno quando comparado ao potencial retorno de tais investimentos em regimes de economias mais abertas [...]. (SILVA, 2004, p.6).

Para o Brasil, a década de 1980 representou o fim do ciclo de expansão experimentado nas décadas anteriores, inclusive o assim chamado 'Milagre Econômico' de 1968 a 1974. O crescimento médio do PIB que nos anos 1970 era de aproximadamente 7% caiu para 2% na década seguinte, fruto do fraco desempenho econômico brasileiro no período. Ademais, por influência das taxas de juros internacionais, a dívida externa brasileira aumentou juntamente ao déficit público e seguido pela dívida interna. No fim da década de 1980 e início dos anos 1990, os governantes brasileiros buscaram uma nova política e aderiram ao Consenso de

Washington⁶. O novo modelo de desenvolvimento consistia na abertura comercial e financeira, nas privatizações e na redução do tamanho do Estado (GIAMBIAGI; ALMEIDA, 2004).

3.2.1 Processo de abertura econômica brasileira

A partir dos dois últimos anos da década de 1980, iniciou-se um amplo processo de liberalização da economia brasileira, desmontando a estrutura de proteção por parte do Estado, com a eliminação das tarifas alfandegárias. A abertura ao exterior era justificada como necessária para expor o comércio local à concorrência internacional, com intuito de “forçar” a evolução tecnológica e produtiva da indústria nacional, de modo a compensar os anos da década perdida. Dentre as medidas adotadas, Silva (2004) destaca:

- (i) a implementação de um programa de desgravação tarifária gradual com redução generalizada de alíquotas e de sua dispersão, (ii) a extinção das barreiras não tarifárias remanescentes dos períodos anteriores, (iii) a eliminação de alguns regimes aduaneiros especiais e (iv) o estabelecimento do regime de câmbio com taxas flutuantes. (SILVA, 2004, p. 6-7).

De imediato, com o processo de abertura verificou-se um aumento em grande escala das importações, média de 15% a.a. entre 1988 e 1997, enquanto, desfavoravelmente, as exportações cresceram a média de apenas 4,6% a.a. A intensificação do processo de abertura e as privatizações, no início dos anos 1990, durante o governo Collor, foram apresentadas, no discurso oficial, como medidas para a recuperação do atraso da indústria nacional frente aos rivais internacionais, além de contribuir para a estabilidade econômica. Era a retórica neoliberal que se fortalecia cada vez mais.

A estratégia liberalizante adotada no Brasil, com o rigor do Consenso de Washington, foi implementada durante todos os anos 1990, passando pelos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC). Os governos de FHC aprofundaram a dependência dos capitais externos, inclusive de curto prazo, para responder aos sucessivos episódios de crise e

⁶ O Consenso de Washington foi um conjunto de medidas elaboradas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras localizadas em Washington D.C., como o Banco Mundial, o FMI e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, embasadas em um texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, que veio a se tornar a política oficial do FMI nos anos 1990, quando passou a ser recomendado para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que enfrentavam dificuldades.

vulnerabilidades do balanço de pagamentos. Ademais, com FHC, intensificou-se o programa de privatizações das empresas estatais, com forte componente de desnacionalização. Após a implantação do Plano Real, o país, em meio a grande desemprego e baixo crescimento econômico, deu sinais de que estaria rumando à estabilização monetária, haja visto que as taxas anuais de inflação saíram da casa de quatro dígitos para apenas um, em um intervalo de três anos (1994 até 1996).

Com o processo de abertura e a chamada âncora cambial de valorização do real, o consumidor brasileiro passou a contar com uma variedade muito maior de produtos estrangeiros no mercado, com a qualidade dos mesmos apresentando melhoras e preços menores em comparação com similares nacionais. A produção e o emprego na indústria brasileira foram fortemente impactados pela forte penetração dos produtos estrangeiros. Algumas indústrias que estavam defasadas supostamente se modernizaram, outras acabaram sendo incorporadas por multinacionais ou mesmo decretaram falência. No plano da aparência, a abertura neoliberal, conduzida pelo governo brasileiro, estava obtendo êxito em sua tentativa de modernização do setor industrial e melhoras nos índices econômicos do país. Contudo, Carcanholo (2010) destaca que, ao observar os dados macroeconômicos de um modo geral, a conclusão é exatamente oposta.

A taxa média de crescimento da economia durante os anos 90 foi de 1,78%, inferior aos 2,2% dos anos 80. A taxa de investimento como proporção do PIB foi de 15,9% na última década, contra 17,7% na anterior. As taxas de desemprego subiram sistematicamente ao longo do período, saindo de 3,3% em 1989 para 7,6% em 1999, segundo as estimativas menos rigorosas. Em janeiro de 1999 ocorre a crise cambial que dá fim ao regime de câmbio quase fixo, operante desde 1994. (CARCANHOLO, 2010, p.110).

Os resultados obtidos com a nova política estavam associados à elevação da dívida pública, concentração de renda e uma substancial piora nas questões sociais. Surgiram muitas críticas ao modelo. Para Belluzzo e Carneiro (2003, p.1), o Brasil promoveu “um conjunto de políticas econômicas cujos resultados são medíocres, sobretudo quando são confrontados com aqueles observados ao longo da experiência desenvolvimentista”. A liberalização pode ser apontada como um dos motivos para um longo período de instabilidade econômica, além da dificuldade das exportações brasileiras adentrarem aos mercados dos países desenvolvidos.

Para Stiglitz (2003) os países desenvolvidos impuseram às nações subdesenvolvidas a eliminação de suas barreiras comerciais, mas não possibilitaram a essas nações que tivessem acesso aos seus mercados internos, desta forma os produtos agrícolas, meio essencial de renda por exportações para os países em desenvolvimento, acabaram não entrando de fato no mercado global, o que poderia de algum modo justificar a grande dificuldade encontrada para que os países em desenvolvimento conseguissem que suas mercadorias adentrassem nos mercados desenvolvidos.

A entrada dos anos 2000 foi marcada no Brasil por um princípio de desgaste do modelo neoliberal adotado nos anos 1990. Assim, a insatisfação popular, com a condução política do país, culminou na eleição do presidente Lula, o primeiro presidente ligado à esquerda eleito após a queda do Regime Militar. Já a partir de meados da década, pode-se observar uma retomada da economia brasileira, com avanço nas questões sociais, expansão do crédito, crescimento das exportações, crescimento das reservas internacionais, redução da dívida pública, dentre outros fatores que propiciaram a retomada da confiança na economia nacional (CARCANHOLO, 2010; AQUINO; COLOMBI, 2012).

Embora os indicadores sociais e econômicos tenham apresentado certos avanços, a economia brasileira ainda estava exposta às vulnerabilidades externas. Não houve uma ruptura com o modelo empregado na década de 1990. Ainda são visíveis resquícios do ideário apregoado pelo Consenso de Washington, exemplificados pelo tripé macroeconômico e pela reforma previdenciária (BELLUZZO; CARNEIRO, 2003; AQUINO; COLOMBI, 2012).

A Tabela 3 demonstra a trajetória da economia brasileira. Com o passar dos anos, pode-se observar nítida queda do PIB e PIB *per capita* na década de 1980 (denominada década perdida), com tímida recuperação na década seguinte.

Tabela 4 – Taxas médias de crescimento para o Brasil (60-00)

Período	PIB	População	PIB <i>per capita</i>
Década de 1960 (1961-1970)	6,17	2,89	3,19
Década de 70 (1971-1980)	8,63	2,44	6,04
Década de 80 (1981-1990)	1,57	2,14	-0,56
Década de 90 (1991-2000)	2,54	1,57	0,95
Década de 2000 (2001-2010)	3,61	1,21	2,37

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2014

A partir de 2003 e 2004, as condições novas e favoráveis do mercado internacional impactaram positivamente na economia brasileira. Mas, já a partir de 2001, o país passou a ter sucessivos superávits comerciais, contrastando com o desempenho da década anterior. O cenário positivo, por conta do contexto internacional favorável, veio a beneficiar ainda mais a balança comercial brasileira (AQUINO; COLOMBI, 2012). A busca por novos parceiros permitiu ao governo brasileiro reduzir sua dependência da economia estadunidense, o redirecionamento das exportações puxado pela valorização no preço das commodities e pela forte demanda chinesa, representou no Brasil um fator importante para a retomada do crescimento do PIB e a redução da vulnerabilidade externa do país.

4 RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA: OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

O presente capítulo tratará das relações comerciais entre Brasil e China, e para tanto, começará fazendo uma abordagem sobre o período correspondente à fase de abertura chinesa até o período de pré-adesão chinesa à OMC, em seguida os anos 2000 serão analisados. Nesta fase houve grande acréscimo nas relações de comércio entre os dois países, com a China passando a ocupar o posto de maior parceiro comercial brasileiro no ano de 2009, superando os Estados Unidos. Por fim, algumas considerações acerca da ameaça (ou não) que representa a indústria chinesa para o setor manufatureiro brasileiro e para o desenvolvimento do país.

4.1 HISTÓRICO DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA ENTRE O PERÍODO DE ABERTURA E ADESÃO CHINESA À OMC (1979 - 2000)

As primeiras notícias de contatos entre Brasil e China datam do século XIX. O governo brasileiro tinha como intuito importar mão de obra chinesa para atender a demanda por trabalho na agricultura, principalmente no setor cafeeiro. Tal contato não se efetivou devido a um veto por parte do governo chinês, que temia que os imigrantes tivessem tratamento semelhante à antiga mão de obra escrava brasileira, que embora extinta, ainda persistia em algumas localidades (VILLELA, 2004, p.2-3).

Antes da década de 1950 as relações econômicas bilaterais entre Brasil e China quase não existiam, se limitando às relações diplomáticas, iniciadas com o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, assinado em Tientsin em 1880. As relações bilaterais entre os dois países, que já aconteciam de forma esporádica, cessaram após a proclamação da República Popular da China e subsequente divisão do país, com a fuga do Guomintang para a ilha de Taiwan. O Brasil alinhado à política externa estadunidense reconhece Taiwan como representante legítimo do governo chinês, rompendo com a China continental, situação que perdurou até o ano de 1974, quando o presidente Ernesto Geisel reatou relações diplomáticas com a China.

Embora houvesse interesse por parte do governo brasileiro de estreitar as relações bilaterais com a China os anos posteriores à tentativa de reaproximação foram bastante complicados. A desconfiança por parte de alguns setores do governo militar brasileiro, ligado ao fator

ideológico, a distância física e cultural entre os dois países, além das próprias mudanças internas pelas quais as duas economias passavam - com a China dando os primeiros passos em direção a um processo de abertura e o Brasil buscando uma política externa desconexa à Washington - foram alguns dos fatores que dificultaram que as relações se estreitassem ainda mais.

Tabela 5 - Intercâmbio comercial brasileiro (BR) com a china continental (1953/1976) - US\$ 1000

F.O.B.

ANO	EXP (BR)	IMP (BR)	Saldo	Corrente Comércio	de	Part. % sobre total Brasil		Var.% de ano para ano	
						EXP	IMP	EXP	IMP
1953	912,8		912,8	912,8	0,06	0,00	0,00	0,00	
1954	2.577,2		2.577,2	2.577,2	0,17	0,00	182,34	-	
1955	4.606,1		4.606,1	4.606,1	0,32	0,00	78,72	-	
1956	685,5		685,5	685,5	0,05	0,00	-85,12	-	
1957	23,9	1,6	22,3	25,5	0,00	0,00	-96,51	-	
1958	7.493,7	-	7.493,7	7.493,7	0,60	0,00	31.254,39	-100,00	
1959	0,3	64,3	-64,0	64,6	0,00	0,01	-100,00	-	
1960	485,3	23,9	461,4	509,2	0,04	0,00	161.666,67	-62,83	
1961	0,7	49,8	-49,1	50,5	0,00	0,00	-99,86	108,37	
1962	5,3	309,9	-304,6	315,2	0,00	0,02	657,14	522,29	
1963	183,8	652,3	-468,5	836,1	0,01	0,05	3.367,92	110,49	
1964	179,5	512,7	-333,2	692,2	0,01	0,05	-2,34	-21,40	
1965	356,0	0,1	355,9	356,1	0,02	0,00	98,33	-99,98	
1966	1.128,4	3,1	1.125,3	1.131,5	0,06	0,00	216,97	3.000,00	
1967	42,0	0,4	41,6	42,4	0,00	0,00	-96,28	-87,10	
1968	-	12,2	-12,2	12,2	0,00	0,00	-100,00	2.950,00	
1969	31,0	38,6	-7,6	69,6	0,00	0,00	-	216,39	
1970	1.327,1	34,1	1.293,0	1.361,2	0,05	0,00	4.180,97	-11,66	
1971	-	63,0	-63,0	63,0	0,00	0,00	-100,00	84,75	
1972	70.050,1	188,0	69.862,1	70.238,1	1,76	0,00	-	198,41	
1973	65.139,9	395,4	64.744,5	65.535,3	1,05	0,01	-7,01	110,32	
1974	18.874,9	457,1	18.417,8	19.332,0	0,24	0,00	-71,02	15,60	
1975	67.357,9	998,4	66.359,5	68.356,3	0,78	0,01	256,86	118,42	
1976	8.982,6	279,3	8.703,3	9.261,9	0,09	0,00	-86,66	-72,03	

Fonte: BRASIL, 2014. Em valores nominais

A tabela acima mostra a evolução do comércio entre Brasil e China entre o princípio da década de 1950 até o ano de 1976, ano da morte do presidente Mao Zedong e momento próximo da abertura chinesa. Nota-se no quadrante referente à participação no total das

exportações e importações brasileiras que o comércio com a China pouco representava para a balança comercial do Brasil, com um percentual inferior a 2% em todo o período, chegando mesmo a zerar em alguns momentos, tanto no que se refere a importação como exportação. Até o ano de 1977 as exportações brasileiras à China eram limitadas a poucos produtos: açúcar, algodão, soja e óleos vegetais - todos *commodities*.

Os anos 70 pouco representaram para as relações bilaterais entre os dois países. Com o processo de abertura econômica chinesa, a partir do ano de 1978, havia expectativa que as transações apresentassem sinais de avanço e que o Brasil fosse capaz de ampliar sua pauta mercantil, e pensando nisso o país assinou em janeiro deste mesmo ano um acordo comercial com a China, que seria seguido no ano seguinte por um convênio de transportes marítimos. No decorrer dos anos 1980, pós abertura e pós-assinatura do acordo com a China, viu-se a pauta exportadora brasileira concentrar-se em produtos industrializados enquanto importava produtos básicos da China. As importações de Petróleo chegaram a representar 95% do total de compras brasileiras oriundas do mercado chinês. Tal fato deve-se principalmente às políticas de desenvolvimento e modernização industrial, implementadas durante os anos de governo militar e à intensa participação de empresas estatais no comércio com a China (BIATO JUNIOR, 2010, p. 39-42).

Com o Brasil, as possibilidades de ganhos concretos nas áreas econômica, científica e tecnológica levaram à assinatura de mais de 20 atos bilaterais com a China ao longo da década de 1980 – incluindo os acordos básicos nas áreas de ciência e tecnologia, energia nuclear e cooperação cultural e educacional –, permitindo a institucionalização das relações e enquadramento de ações futuras. (BECARD, 2011, p.33).

A China exportava para o Brasil principalmente petróleo, produtos químicos e farmacêuticos além de peças para máquinas e importava insumos industriais, produtos petroquímicos e siderúrgicos, óleos vegetais e produtos agropecuários. Entre os anos de 1974 e 1990, viu-se um aprofundamento das relações sino brasileiras, porém o fluxo comercial foi aumentando cautelosamente. Ambos os países passavam por uma fase de transformações, com a China buscando acelerar o crescimento de sua economia, e o Brasil vivendo ainda submetido ao regime de ditadura militar, sendo que em 1985 inicia-se o processo de redemocratização brasileira. As dificuldades de ambos os países impuseram forte obstáculo à expansão comercial entre eles. Pelo lado brasileiro havia uma baixa competitividade dos produtos, alto

custo do transporte e, assim como a China, uma infraestrutura que deixava a desejar (BECARD, 2011, p. 34).

A segunda metade da década de 1980, considerada a década perdida para a economia brasileira, representou a inversão da tendência comercial apresentada nos anos anteriores. Assim, o Brasil passou a exportar mais produtos básicos do que manufaturados para a China, conforme a Tabela 6. Isto se deveu principalmente pelos avanços econômicos obtidos pelos chineses aliados ao sucesso no desenvolvimento de sua indústria, especialmente as indústrias petroquímica e siderúrgica, e também pela crescente necessidade chinesa por bens de consumo.

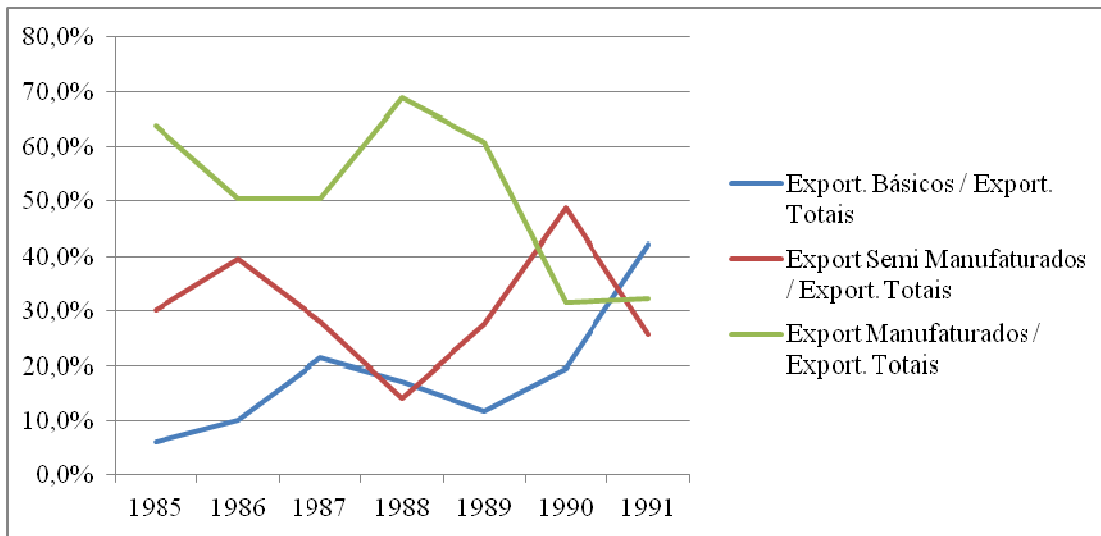
Tabela 6 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (1985 - 1991)

Ano	Export. Básico / Export. Totais	Exportação Semi Manufaturados / Export. Totais	Exportação Manufaturados / Export. Totais
1985	6,0%	30,1%	63,9%
1986	10,1%	39,5%	50,4%
1987	21,5%	28,0%	50,5%
1988	17,1%	14,0%	68,9%
1989	11,7%	27,5%	60,8%
1990	19,6%	48,8%	31,5%
1991	42,1%	25,6%	32,4%

Fonte: MDIC/SECEX *apud* BIATO JUNIOR, 2010, p.43

O Gráfico 2 permite visualizar a inversão da pauta no decorrer dos anos, e mostra o início da inversão da pauta ocorrido a partir do princípio da década de 1990.

Gráfico 2 - Composição da pauta exportadora brasileira para a China (1985 - 1991)



Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de BIATO JUNIOR, 2010

No final dos anos 1980 houve um retrocesso nas relações bilaterais entre os dois países, como segue:

[...] o período de 1986 – 1991, cobrindo a maior parte dos Governos Sarney e Collor, foi de forte retração do intercâmbio comercial sino-brasileiro. Superavitário para o Brasil desde 1984, o comércio bilateral atingiria seu ponto máximo (US\$ 1,236 bilhão) em 1985, declinando fortemente a partir de 1986 até 1991 (US\$ 355 milhões). As exportações brasileiras caíram três quartos nesse período. As importações brasileiras da China tiveram idêntico comportamento declinante. No quadro geral das exportações brasileiras, a participação da China caiu de 5,1% em 1985 para 3,2% em 1988, 1,2% em 1990 e 0,7% em 1991 [...]. (BIATO JUNIOR, 2010, p. 50).

Alguns dos fatores ligados a essa queda devem-se aos ajustes macroeconômicos pelos quais o Brasil vinha passando: crise da dívida externa, moratória decretada no ano de 1987, estagnação econômica e seguidos planos de estabilização – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão. Já a China, adotou políticas de austeridade na virada da década para conter a alta da inflação e visava aumentar as exportações, além do fato ter sido afetada por diversas manifestações internas pró-abertura política, devido principalmente ao esfacelamento da União Soviética e à queda do muro de Berlim. A dura reação chinesa às manifestações em 1980 gerou críticas do Ocidente, que à época, optou por tentar desgastar politicamente a China.

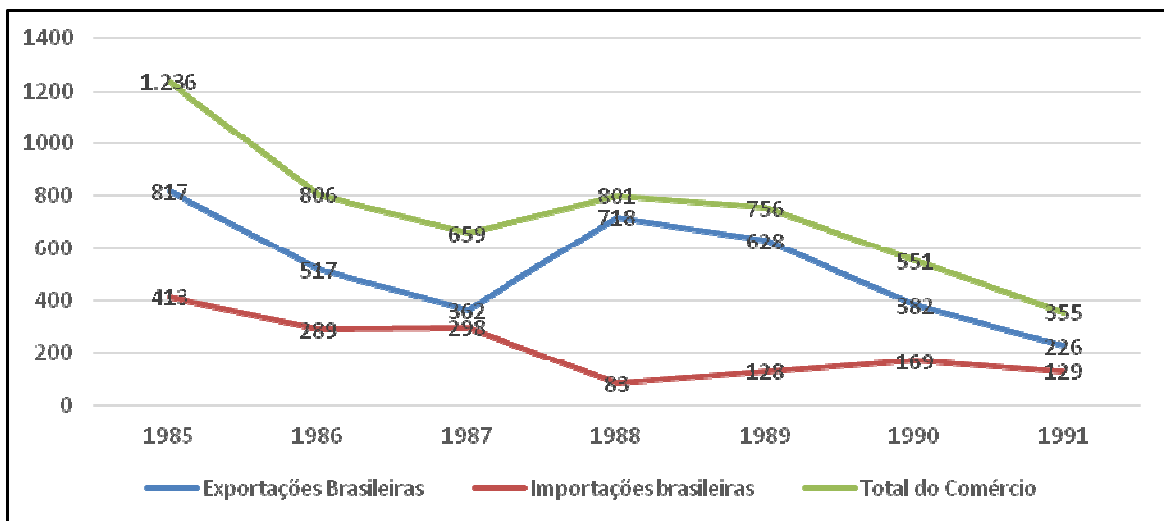
Tabela 7 - Queda no intercâmbio comercial Brasil – China (1985 - 1991)⁷

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Exportações brasileiras	817	517	362	718	628	382	226
Variação	+80%	-36%	-30%	+99%	-13%	-40%	-41%
Importações brasileiras	413	289	298	83	128	169	129
Variação	+14%	-31%	+3%	-72%	+54%	+32%	-24%
Total	1.236	806	659	801	756	551	355
Saldo	+399	+228	+64	+636	+500	+213	+97

Fonte: CACEX/DEPEC (US\$ milhões F.O.B.) *apud* BIATO JUNIOR, 2010, p. 51

A Tabela 7 deixa clara a dimensão da redução do intercâmbio comercial para as duas economias, enquanto as exportações brasileiras saíram de um patamar de US\$ 817 milhões em 1985 para US\$ 226 milhões em 1991 as importações caíram de US\$ 413 milhões para US\$ 129 milhões. No saldo total pode-se observar que houve redução para aproximadamente um terço do valor de 1985 no ano de 1991, situação que pode ser melhor visualizada no Gráfico 3, logo abaixo:

Gráfico 3 - Queda no intercâmbio comercial Brasil - China (1985 - 1991)



Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de BIATO JUNIOR, 2010

No decorrer dos anos 1990, a China e o Brasil buscavam estender a influência de suas economias para além das fronteiras continentais. O Brasil consolidou o processo de integração regional com o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e deu um grande passo para estabilização econômica, enfrentando grande parte dos problemas que assolaram o país na década de 1980, com o Plano Real. A China buscou expandir sua zona de influência para romper com o isolamento que ainda ressentia de décadas anteriores, por motivos ideológicos,

⁷ Valores arredondados.

e fora aflorado mais recentemente pelo incidente com os manifestantes na “Praça da Paz Celestial” e por pressões ocidentais que visavam forçar a abertura política chinesa.

Já nos anos 90 pode-se observar um princípio de primarização da pauta exportadora brasileira, ao mesmo tempo em que a China atuou de forma bem sucedida no processo de modernização e aumento da competitividade de sua indústria manufatureira. Assim, o Brasil começou a desenvolver um moderno e eficiente setor agroexportador. Paralelamente a China, em franca ascensão, se tornou um grande parceiro brasileiro neste mercado de commodities. Na tabela 8 é possível visualizar a evolução do comércio bilateral entre Brasil e China no decorrer dos anos 90. O destaque da década seria o período de implantação do Plano Real, onde houve acréscimos nos níveis de importação e exportação, dado a um lapso de equilíbrio econômico da economia brasileira após um longo período de instabilidade macroeconômica (BIATO JUNIOR, 2010, p. 50-54).

Tabela 8 - Intercâmbio comercial entre Brasil e China nos anos 90 (1990-1999)

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. (%)	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. (%)	Saldo (A - B)	Cor. Comércio (A+ B)	Cobert. (A/B)
1990	381.803.845	-39,24	1,22	168.792.327	31,87	0,82	213.011.518	550.596.172	2,26
1991	226.405.821	-40,7	0,72	129.040.536	-23,55	0,61	97.365.285	355.446.357	1,75
1992	460.031.616	103,19	1,29	116.775.031	-9,51	0,57	343.256.585	576.806.647	3,94
1993	779.394.972	69,42	2,02	304.856.536	161,06	1,21	474.538.436	1.084.251.508	2,56
1994	822.416.147	5,52	1,89	463.495.924	52,04	1,4	358.920.223	1.285.912.071	1,77
1995	1.203.750.528	46,37	2,59	1.041.728.048	124,75	2,08	162.022.480	2.245.478.576	1,16
1996	1.113.828.697	-7,47	2,33	1.132.883.363	8,75	2,12	-19.054.666	2.246.712.060	0,98
1997	1.088.213.686	-2,3	2,05	1.166.420.980	2,96	1,95	-78.207.294	2.254.634.666	0,93
1998	904.879.640	-16,85	1,77	1.033.806.095	-11,37	1,79	-128.926.455	1.938.685.735	0,88
1999	676.142.137	-25,28	1,41	865.219.126	-16,31	1,75	-189.076.989	1.541.361.263	0,78

Fonte: BRASIL, 2014

Embora seja visível uma evolução do comércio bilateral entre Brasil e China entre o começo e o fim da década, percebe-se que as relações ainda eram inconstantes, com elevação dos valores dentro de um intervalo de tempo e redução em seguida. Cabe observar, que a participação, de importações e exportações, entre os dois países neste período esteve acima dos 2% do total em poucas ocasiões, em especial durante o período em que o Plano Real apresentava maior força no processo de estabilização macroeconômica.

O começo dos anos 2000 implicou grandes mudanças nas relações comerciais entre o Brasil e os países asiáticos. No começo desta década o Japão ocupava o posto de maior parceiro comercial brasileiro no continente asiático. Com a adesão chinesa à OMC em 2001 este cenário começou a se inverter aos poucos, conforme será tratado no próximo tópico.

4.2 ADESÃO CHINESA À OMC E ACELERAÇÃO DO COMÉRCIO SINO-BRASILEIRO

O ano de 2001 representa um marco no comércio mundial devido a adesão chinesa à OMC. Em uma sessão que durou alguns poucos minutos todos os 142 países aprovaram a proposta da China, mantendo, contudo certas ressalvas sobre a política econômica do Estado chinês. De um lado, esperava-se que a China abrisse seu mercado completa e definitivamente ao Ocidente, e de outro, temia-se que os produtos chineses, de menor custo, tomassem o mercado ocidental. Para se precaver disso, os países integrantes da OMC se resguardaram, tendo reservado o direito de conceder o status de economia de mercado à China, de forma definitiva, somente no ano de 2016. Embora estivesse em aberto aos países a possibilidade conceder o status de economia de mercado aos chineses antes, através de negociações bilaterais.

O Brasil concedeu o status de economia de mercado à China no ano de 2004, porém, na prática, o reconhecimento limitou-se as esferas políticas e diplomáticas. Em termos concretos, o Brasil continua a analisar as operações realizadas com o mercado chinês caso a caso, recorrendo a medidas *antidumping* sempre que se considera prejudicado pela entrada de algum produto oriundo do mercado chinês. A China tornou-se não só um grande parceiro comercial brasileiro, como também o maior alvo dos processos antidumping movidos pelo país. E, para se ter dimensão disso, considere-se que, entre os anos de 1988 e 2008, o Brasil solicitou abertura de 36 processos contra produtos chineses. Eram processos, que visavam ‘defender’ a indústria nacional. No total, mundialmente, a China teve 804 investigações abertas contra seus produtos no período compreendido entre os anos de 1995 a 2010. Esse processo foi intensificado após o período de crise vivenciado pela economia global pós-2008, sendo que, destes processos, 590 tiveram medidas aplicadas.

A partir da adesão à OMC, a China abriu ainda mais o seu mercado ao exterior, consolidando as reformas iniciadas no ano de 1978. A participação chinesa no cenário geopolítico mundial aumentou substancialmente, com o país assumindo posições de grande importância junto à ONU, à própria OMC e outros órgãos internacionais. Este papel ganhou ainda mais força no período pós-crise de 2008, enquanto os países da Zona do Euro, os Estados Unidos além de outros mercados emergentes, foram fortemente afetados pela maior crise das últimas décadas, a economia chinesa praticamente não se abalou, apresentando apenas um leve recuo, relativo, em seu ritmo de crescimento, que persistiu em um nível superior aos países desenvolvidos.

Tabela 9 - Evolução do PIB chinês (1978 - 2013) ver norma para quebra de tabela. Coloca-se o cabeçalho na continuação

Ano	CN¥	PIB (em milhões)					Crescimento Real
		Crescimento baseado em CN¥ (%)	US\$	Crescimento baseado US\$ (%)	PPP	Crescimento baseado PPP	
2013	56,884,500	9.5	9,181,331	11.6			7.7
2012	51,932,210	9.8	8,226,885	12.3	12,405,670	9.7	7.8
2011	47,310,400	17.8	7,324,952	23.5	11,305,769	11.6	9.3
2010	40,151,280	17.8	5,931,203	18.8	10,128,399	11.9	10.4
2009	34,090,281	8.6	4,990,526	10.4	9,049,450	10.2	9.2
2008	31,404,543	18.1	4,521,827	29.4	8,214,366	12.1	9.6
2007	26,581,031	22.9	3,495,664	28.8	7,329,920	17.5	14.2
2006	21,631,443	17.0	2,713,495	20.2	6,239,567	16.3	12.7
2005	18,493,737	15.7	2,257,619	16.9	5,364,258	14.2	11.3
2004	15,987,834	17.7	1,931,644	17.7	4,697,901	13.0	10.1
2003	13,582,276	12.9	1,640,966	12.9	4,157,822	12.3	10.0
2002	12,033,269	9.7	1,453,820	9.7	3,701,133	10.8	9.1
2001	10,965,517	10.5	1,324,818	10.5	3,338,919	10.7	8.3
2000	9,921,455	10.6	1,198,475	10.6	3,014,891	10.8	8.4
1999	8,967,705	6.2	1,083,279	6.3	2,721,556	9.2	7.6
1998	8,440,228	6.9	1,019,462	7.0	2,492,189	9.1	7.8
1997	7,897,303	11.0	952,653	11.3	2,285,333	11.2	9.3
1996	7,117,659	17.1	856,085	17.6	2,054,666	12.1	10.0
1995	6,079,373	26.1	727,981	30.2	1,832,827	13.2	10.9
1994	4,819,786	36.4	559,224	-8.8	1,618,589	15.5	13.1
1993	3,533,392	31.2	613,223	25.6	1,401,823	16.5	14.0
1992	2,692,348	23.6	488,222	19.3	1,203,462	16.9	14.2
1991	2,178,150	16.7	409,173	4.8	1,029,043	13.0	9.2
1990	1,866,782	9.9	390,279	-13.5	910,27	7.8	3.8

(Continua)

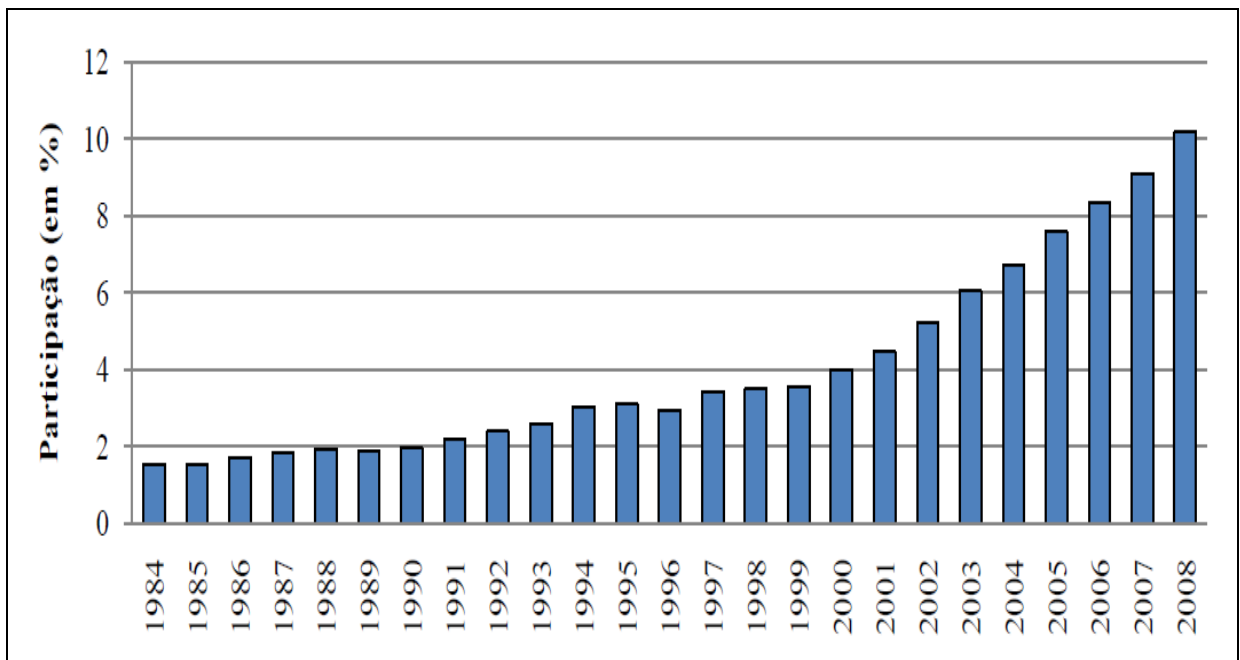
(Conclusão)

Ano	PIB (em milhões)						
	CN¥	Crescimento baseado em CN¥ (%)	US\$	Crescimento baseado US\$ (%)	PPP	Crescimento baseado PPP	Crescimento Real
1989	1,699,232	13.0	451,311	11.7	844,044	8.0	4.1
1988	1,504,282	24.7	404,149	24.7	781,297	15.1	11.3
1987	1,205,862	17.4	323,974	8.9	678,661	14.8	11.6
1986	1,027,518	14.0	297,59	-3.1	590,966	11.2	8.8
1985	901,604	25.1	307,023	-0.9	531,421	16.9	13.5
1984	720,805	20.9	309,757	2.6	454,455	19.5	15.2
1983	596,265	12.0	301,799	7.3	380,21	15.3	10.9
1982	532,335	8.8	281,287	-2.0	329,799	15.8	9.1
1981	489,156	7.6	286,895	-5.5	284,91	15.1	5.2
1980	454,562	11.9	303,446	16.1	247,622		7.8

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados do NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA, 2013

O substancial avanço do PIB chinês pode ser observado na tabela acima, em 1980 o valor era equivalente a US\$ 303,446 ou CN¥454,562 já no ano de 2013 este valor era de US\$ 9.181,331 ou CN¥56.884,500. Mesmo após 2008 o crescimento do PIB chinês manteve seu ritmo rápido, em comparação com as demais economias internacionais. O enorme mercado interno, que se desenvolve dia após dia, juntamente ao aumento das relações comerciais chinesas com os mais diversos países ao redor do mundo tem servido de pilar de sustentação para que a economia chinesa mantenha o papel de destaque conquistado nos últimos anos. O número de empresas estrangeiras que opta por instalar atividades em solo chinês aumentou significativamente. Ademais, a participação da China no comércio mundial aumentou de 1,51% na década de 80 para 10,16% no ano de 2008, tal como mostrado no gráfico 4. Pode-se observar que após o ano de 2001 essa participação sempre aumentou, ratificando as mudanças com as quais o cenário do comércio global se deparou a partir do momento em que a China aderiu à OMC.

Gráfico 4 - Evolução da Participação do Comércio chinês no comércio mundial (1984 - 2008)



Fonte: MORTATTI, 2009, p.18

O avanço da economia chinesa, nos planos tecnológico, econômico e geopolítico, levou o país a buscar novas regiões para expandir seu comércio. Neste sentido, a China seguiu em busca de novos mercados, matérias primas, energia e mais tecnologia, com o intuito de manter o ritmo de desenvolvimento interno e de reduzir a dependência em relação a alguns mercados, tanto pelo lado do fornecimento quanto pelo lado de inserção de seus produtos. Além da integração com seus vizinhos asiáticos, a China aprofundou seus laços econômicos com a América Latina e a África, abundantes em algumas das matérias primas indispensáveis à manutenção do avanço da economia chinesa.

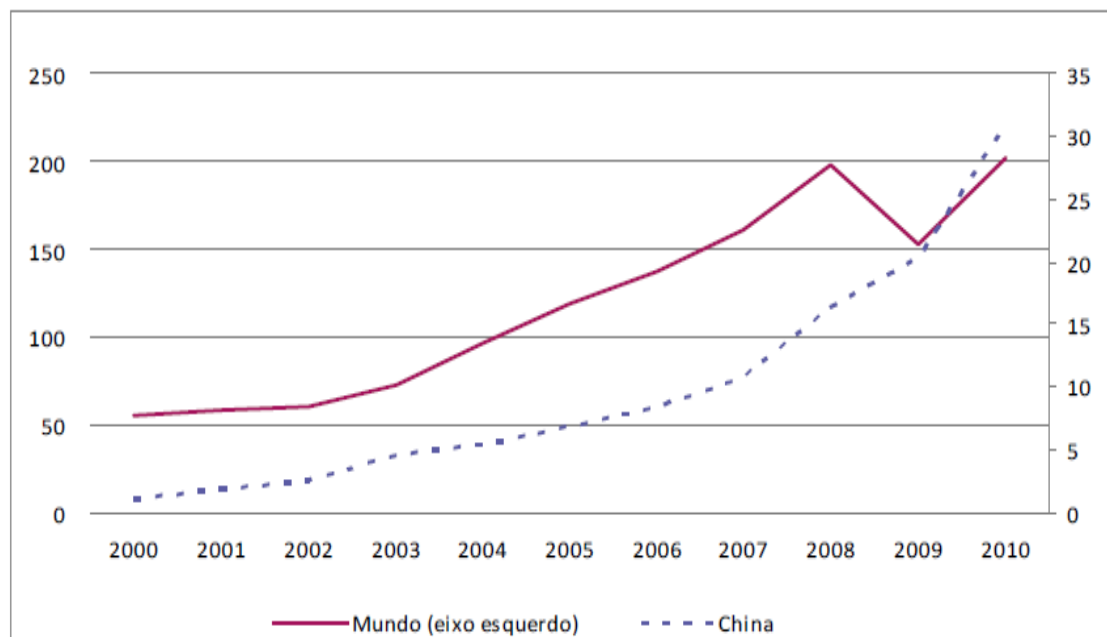
No caso do Brasil houve uma maior aproximação justamente pelo fato de o país também seguir em busca de novos parceiros para expandir seus mercados. Na década de 2000, na condição de economia emergente, alvo de investimentos diretos externos e contando com certo otimismo por parte do mercado e agências internacionais, o Brasil, a exemplo da China, buscava consolidar sua política desenvolvimentista. A partir do ano de 2003, visando fortalecer os laços com a economia chinesa, o Brasil traçou alguns objetivos para essa relação bilateral:

[...] i) aumentar as exportações brasileiras por meio da abertura de novos mercados na China; ii) atrair investimentos chineses diretos e indiretos para o Brasil; iii) expandir negócios brasileiros, inclusive por

meio de investimentos diretos na China; iv) trocar informações na área de ciência e tecnologia e adquirir tecnologias de ponta; v) utilizar a parceria como forma de diminuir a dependência perante parceiros tradicionais; vi) aumentar a margem relativa de manobra e poder de barganha do Brasil em fóruns multilaterais [...]. (BECARD, 2011, p. 39).

O processo de aproximação brasileira com a China se comprovaria bem sucedido no decorrer da década de 2000, a China tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro, ultrapassando países com quem historicamente o Brasil mantinha laços de comércio, tais como os Estados Unidos, Alemanha e Argentina. Tal efeito contribuiu para que o Brasil enfrentasse a crise de 2008 de modo muito mais tranquilo do que os países da União Europeia e os Estados Unidos, por exemplo. Por um lado, se as relações de comércio com estes países centrais reduziram-se devido a crise, por outro a China supriu esta “lacuna” deixada, alavancando a economia brasileira. A importância da China para as importações brasileiras pode ser observada no Gráfico 5. Mesmo quando o restante do mundo parecia dar sinais de recuo na demanda de produtos brasileiros, o mercado chinês permaneceu absorvendo as mercadorias, fazendo com que já em 2009 a China ultrapassasse os Estados Unidos como principal destino das exportações brasileiras.

Gráfico 5 - Exportações brasileiras para a China e para o restante do mundo na década de 2000 (US\$ bilhões)



Fonte: ACIOLY e outros, 2011a, p. 23

Tabela 10- Principais destinos de exportações brasileiras (US\$ bilhões)

PAÍSES	Países de destino das exportações (US\$ bilhões)											
	1990	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
China	0,381	1,085	2,520	4,533	5,441	6,834	8,402	10,748	16,522	21,003	30,785	44,314
EUA	7,594	13,189	15,377	16,728	20,099	22,539	24,524	25,065	27,423	15,601	19,307	25,804
Argentina	0,645	6,237	2,346	4,569	7,390	9,930	11,739	14,416	17,605	12,784	18,522	22,709
Holanda	2,494	2,796	3,183	4,247	5,919	5,285	5,748	8,840	10,482	8,150	10,227	13,639
Japão	2,348	2,474	2,102	2,315	2,774	3,482	3,894	4,321	6,114	4,269	7,140	9,473
Alemanha	1,843	2,526	2,539	3,140	4,046	5,032	5,691	7,211	8,850	6,174	8,138	9,039
Itália	1,614	2,146	1,817	2,209	2,909	3,228	3,836	4,463	4,765	3,016	4,235	5,440
Chile	0,483	1,247	1,464	1,886	2,555	3,623	3,913	4,264	4,791	2,656	4,258	5,418
Reino Un.	0,945	1,499	1,770	1,901	2,121	2,597	2,829	3,301	3,791	3,723	4,627	5,202
Coréia do Sul	0,543	0,580	0,852	1,223	1,429	1,896	1,962	2,046	3,133	2,658	3,760	4,693
Espanha	0,704	1,004	1,105	1,537	1,978	2,157	2,279	3,405	4,045	2,637	3,867	4,674
Venezuela	0,267	0,752	0,798	0,608	1,489	2,223	3,565	4,723	5,150	3,610	3,853	4,591
França	0,902	1,730	1,525	1,717	2,193	2,507	2,669	3,471	4,125	2,905	3,576	4,319
Rússia		0,422	1,252	1,500	1,658	2,917	3,443	3,741	4,652	2,866	4,152	4,216
Bélgica	0,979	1,785	1,888	1,791	1,921	2,144	2,996	3,886	4,422	3,137	3,476	3,959
México	0,505	1,712	2,345	2,747	3,957	4,073	4,458	4,260	4,281	2,675	3,715	3,959
Arábia Saudita	0,289	0,413	0,558	0,672	0,826	1,203	1,486	1,478	2,563	1,952	3,098	3,476
Índia	0,167	0,217	0,653	0,553	0,652	1,137	0,938	0,957	1,102	3,415	3,492	3,200
Paraguai	0,380	0,832	0,559	0,708	0,873	0,962	1,233	1,648	2,487	1,683	2,547	2,968
Egito	0,174	0,239	0,386	0,462	0,623	0,868	1,349	1,238	1,408	1,443	1,967	2,624
Colômbia	0,162	0,515	0,638	0,751	1,043	1,412	2,139	2,338	2,295	1,801	2,196	2,577
Peru	0,146	0,354	0,438	0,491	0,636	0,938	1,509	1,648	2,298	1,489	2,020	2,262
Uruguai	0,294	0,669	0,412	0,405	0,670	0,853	1,012	1,288	1,644	1,360	1,531	2,174
África Sul	0,166	0,302	0,478	0,733	1,037	1,371	1,462	1,757	1,754	1,259	1,309	1,680
Bolívia	0,181	0,364	0,422	0,362	0,540	0,585	0,701	0,850	1,135	0,919	1,162	1,511

(Continua)

(Conclusão)

PAÍSES	Países de Destino das exportações (US\$ bilhões)											
	1990	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Nigéria	0,179	0,246	0,507	0,469	0,505	0,953	1,373	1,512	1,535	1,066	0,882	1,192
Angola	0,083	0,106	0,199	0,235	0,357	0,521	0,837	1,218	1,974	1,333	0,947	1,073

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (AEB), 2012, p.13

A expansão das relações comerciais entre China e Brasil ficam claras ao observar-se a Tabela 10. De um patamar próximo a US\$ 0,381 bilhões no ano de 1990 as exportações brasileiras alcançaram o valor de US\$ 44,314 bilhões no ano de 2011, consolidando a China como principal destino das exportações brasileiras. Em termos percentuais, a China era destino de cerca de 2% das exportações brasileiras no ano 2000 e passou a ser destino de 17% das exportações no fim da década. O mesmo efeito aconteceu com as importações: até 2012 a China ocupou o segundo lugar como destino de compras por parte do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos no final do ano de 2013.

Tabela 11- Principais destinos de importações brasileiras (US\$ bilhões)

PAÍSES	Países de Origem das importações (US\$ bilhões)											
	1990	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
EUA	4,160	12,899	10,287	9,569	11,357	12,666	14,657	18,723	25,627	20,032	27,039	33,962
China	0,168	1,222	1,553	2,147	3,710	5,354	7,990	12,621	20,044	15,911	25,595	32,788
Argentina	1,399	6,843	4,743	4,672	5,569	6,241	8,053	10,404	13,258	11,281	14,434	16,906
Alemanha	1,831	4,427	4,418	4,204	5,071	6,144	6,503	8,669	12,026	9,868	12,553	15,212
Coréia do Sul	0,086	1,437	1,066	1,078	1,729	2,326	3,106	3,391	5,413	4,818	8,421	10,096
Nigéria	0,061	0,733	1,094	1,521	3,501	2,643	3,918	5,281	6,704	4,760	5,920	8,386
Japão	1,482	2,961	2,347	2,520	2,868	3,405	3,839	4,609	6,807	5,367	6,986	7,871
Itália	0,681	2,167	1,757	1,738	2,049	2,276	2,570	3,347	4,612	3,664	4,838	6,222
Índia	0,016	0,271	0,573	0,485	0,556	1,202	1,473	2,169	3,564	2,191	4,242	6,080
França	0,585	1,880	1,772	1,766	2,288	2,699	2,837	3,524	4,678	3,615	4,800	5,461

(Continua)

(Conclusão)

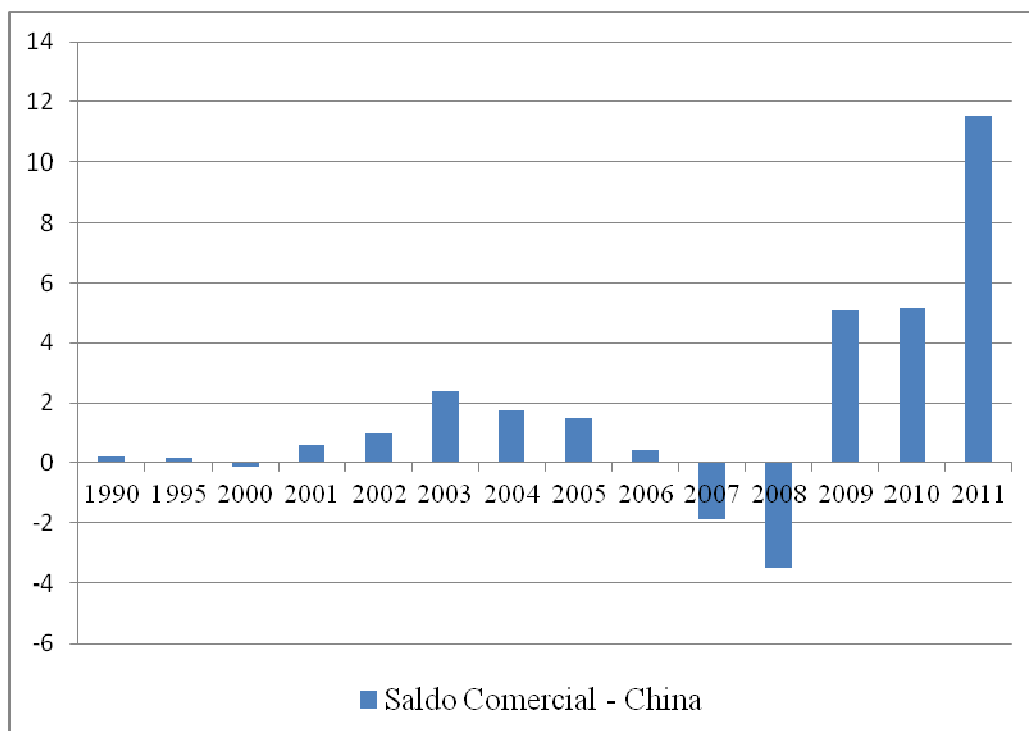
PAÍSES	Países de Origem das importações (US\$ bilhões)											
	1990	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
México	0,187	0,754	0,580	0,533	0,703	0,843	1,310	1,979	3,125	2,783	3,858	5,13
Chile	0,484	0,968	0,648	0,821	1,398	1,746	2,866	3,462	3,951	2,674	4,175	4,569
Reino Un.	0,431	1,244	1,343	1,206	1,355	1,375	1,417	1,955	2,551	2,408	3,155	3,375
Espanha	0,218	1,119	0,975	0,974	1,175	1,332	1,431	1,843	2,472	1,955	2,773	3,298
Arábia Sd	1,465	0,779	0,815	0,654	0,894	1,232	1,339	1,642	1,708	2,910	1,597	3,093
Rússia	-	0,570	0,427	0,555	0,808	0,722	0,942	1,710	3,332	1,412	1,910	2,944
Bolívia	0,035	0,140	0,395	0,520	0,713	0,989	1,448	1,601	2,857	1,649	2,233	2,863
Holanda	0,280	0,697	0,535	0,508	0,617	0,586	0,785	1,118	1,477	0,972	1,773	2,265
Bélgica	0,127	0,552	0,527	0,504	0,620	0,718	0,957	1,142	1,643	1,154	1,508	1,851
Uruguai	0,580	0,601	0,484	0,537	0,522	0,493	0,618	0,786	1,018	1,240	1,574	1,753
Colômbia	0,028	0,415	0,108	0,098	0,143	0,137	0,247	0,426	0,829	0,567	1,079	1,384
Peru	0,134	0,211	0,217	0,235	0,349	0,459	0,788	1,003	0,956	0,484	0,907	1,376
Venezuela	0,361	1,327	0,633	0,275	0,199	0,255	0,591	0,345	0,538	0,581	0,832	1,269
África Sul	0,080	0,227	0,181	0,202	0,268	0,341	0,434	0,522	0,774	0,433	0,753	0,911
Paraguai	0,331	0,351	0,383	0,474	0,297	0,318	0,295	0,434	0,657	0,585	0,611	0,715
Angola	0,111	0,031	0,011	0,007	0,003	0,000	0,459	0,946	2,236	0,137	0,494	0,438
Egito	0,001	0,035	0,024	0,034	0,033	0,031	0,037	0,052	0,217	0,087	0,108	0,344

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (AEB), 2012, p.15

Analisando a Tabela 11 é possível observar que a evolução das importações foi tão intensa quanto das exportações. O Brasil importava da China em 2000 US\$ 1.222 bilhões e em 2011 esse índice atingiu os US\$ 32.788 bilhões, em termos percentuais a subida foi de 2,19% para 14,49%. Em 2013 as importações chegaram a 15,57% de tudo o que é importado pelo Brasil ultrapassando os US\$ 37 bilhões, ratificando o mais significativo avanço em termos de relações comerciais para a economia brasileira. O Brasil também avançou nas relações com outros grandes parceiros, tais como Argentina, Alemanha e EUA, mas em nenhum destes casos houve um avanço tão expressivo dentro de um curto espaço de tempo quanto no caso das relações comerciais entre Brasil e China.

Os efeitos do sucesso da parceria comercial entre os dois países resultaram em seguidos superávits comerciais para a economia brasileira, salvo algumas exceções, como no ano de 2000 quando os laços da parceria ainda começavam a ser aprofundados, e nos anos de 2007 e 2008, período eclosão da crise econômica e financeira mundial. Pelo Gráfico 6 é possível visualizar um grande superávit brasileiro nos anos de 2009, 2010 e 2011, imediatamente após dois anos seguidos de déficits comerciais entre os dois.

Gráfico 6 - Déficit/Superávit comercial entre Brasil e China



Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de BRASIL, 2013

A China é atualmente de vital importância para as relações comerciais do Brasil, com o significativo aumento da participação chinesa nas importações e exportações brasileiras. Assim, os primeiros passos, ou seja, as tentativas de aproximação e acordos comerciais iniciadas após o processo de abertura da China, em 1978, começavam enfim a atingir o patamar esperado. Contudo, embora esta relação de comércio venha apresentando elevados ganhos, em termos de superávit comercial para a economia brasileira e em termos de influência, suprimento e desenvolvimento interno para a economia chinesa alguns autores e institutos de pesquisa apontam para um desequilíbrio estrutural na pauta exportadora dos países. Neste cenário, o Brasil estaria relegado a uma função de mero exportador de produtos básicos, *commodities*, e importador de produtos manufaturados, enfraquecendo a indústria interna.

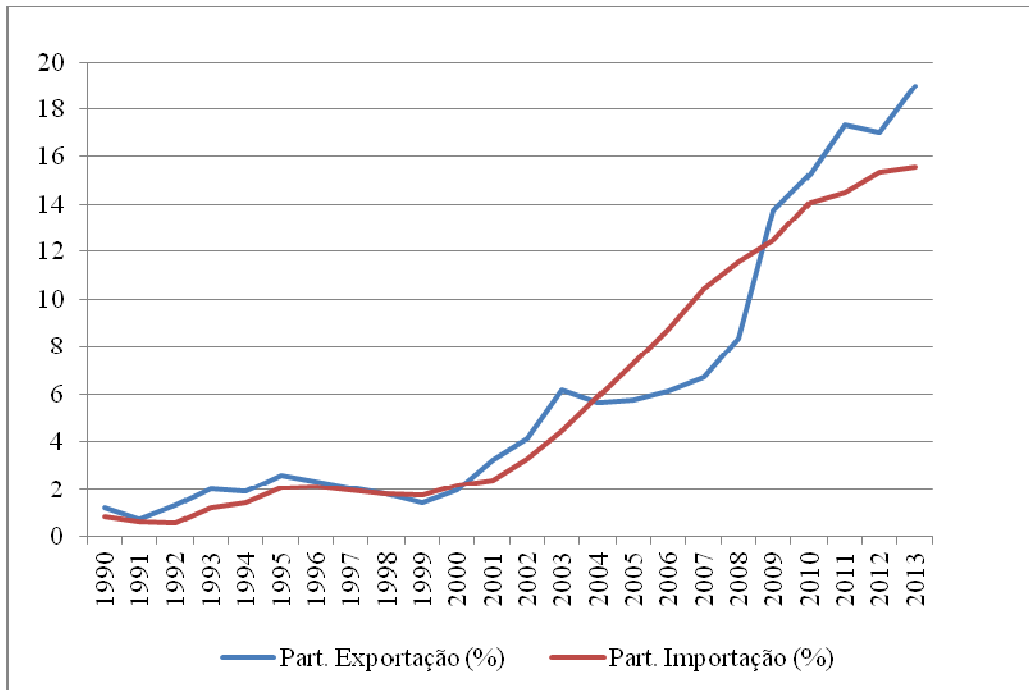
Tabela 12- Intercâmbio comercial entre Brasil e China nos anos 2000 (2000-2013)

Ano	Exportação			Importação			Resultados		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. (%)	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. (%)	Saldo (A - B)	Cor. Comércio (A+ B)	Cobert. (A/B)
2000	1.085.301.597	60,51	1,97	1.222.098.317	41,25	2,19	-136.796.720	2.307.399.914	0,89
2001	1.902.122.203	75,26	3,26	1.328.389.311	8,7	2,39	573.732.892	3.230.511.514	1,43
2002	2.520.978.671	32,54	4,17	1.553.993.640	16,98	3,29	966.985.031	4.074.972.311	1,62
2003	4.533.363.162	79,83	6,19	2.147.801.000	38,21	4,44	2.385.562.162	6.681.164.162	2,11
2004	5.441.405.712	20,03	5,63	3.710.477.153	72,76	5,91	1.730.928.559	9.151.882.865	1,47
2005	6.834.996.980	25,61	5,77	5.354.519.361	44,31	7,28	1.480.477.619	12.189.516.341	1,28
2006	8.402.368.827	22,93	6,1	7.990.448.434	49,23	8,75	411.920.393	16.392.817.261	1,05
2007	10.748.813.792	27,93	6,69	12.621.273.347	57,95	10,46	-1.872.459.555	23.370.087.139	0,85
2008	16.522.652.160	53,72	8,35	20.044.460.592	58,81	11,59	-3.521.808.432	36.567.112.752	0,82
2009	21.003.886.286	27,12	13,73	15.911.133.748	-20,62	12,46	5.092.752.538	36.915.020.034	1,32
2010	30.785.906.442	46,57	15,25	25.595.419.005	60,86	14,08	5.190.487.437	56.381.325.447	1,2
2011	44.314.595.336	43,94	17,31	32.790.634.943	28,11	14,49	11.523.960.393	77.105.230.279	1,35
2012	41.227.540.253	-6,97	17	34.251.274.099	4,45	15,35	6.976.266.154	75.478.814.352	1,2
2013	46.026.153.046	11,64	19,01	37.302.150.042	8,91	15,57	8.724.003.004	83.328.303.088	1,23

Fonte: BRASIL, 2014

A Tabela 12 mostra a evolução do intercâmbio comercial entre Brasil e China nos anos 2000, chegando até o ano de 2013. Vê-se, como já dito anteriormente, que a presença chinesa no mercado brasileiro se intensificou no período, consolidando a China como grande parceiro comercial do Brasil nos tempos atuais. Enquanto as exportações para a China atingiram valor superior a US\$46 bilhões as importações oriundas do país asiático alcançaram um montante superior a US\$37 bilhões. A participação chinesa, em termos percentuais, nas exportações e importações brasileiras podem ser melhor observadas no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Participação chinesa nas exportações e importações brasileiras (1990-2013)



Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de BRASIL, 2014

Observando um intervalo de tempo maior, pode-se notar que, nos anos 1990, houve poucas oscilações no que diz respeito a participação chinesa no percentual total de exportações e importações brasileiras. Contudo, com a entrada dos anos 2000, houve uma mudança substancial nas relações comerciais entre os países, consolidando o cenário abordado no decorrer do texto, com a China passando a se posicionar com substantivo destaque na pauta comercial brasileira com o exterior.

4.3 RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE BRASIL E CHINA: OPORTUNIDADE OU AMEAÇA AO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO?

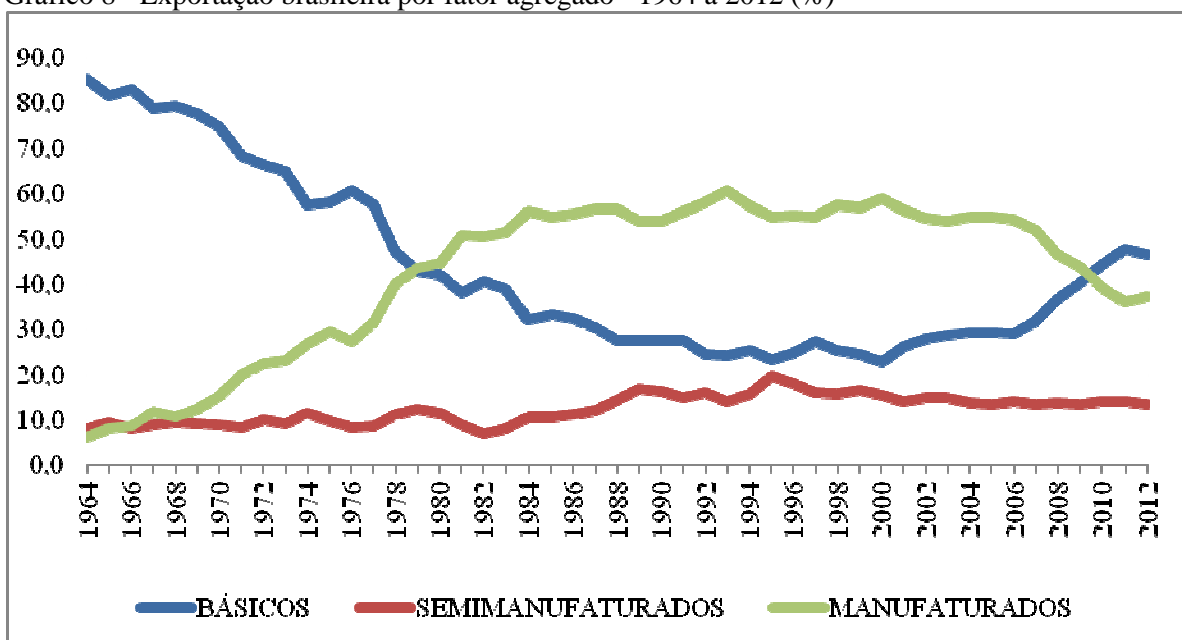
A mudança de pauta das exportações brasileiras, agravada na última década, vem sendo tema de amplo debate entre alguns autores. Se por um lado o Brasil obteve inúmeros ganhos de comércio com a China, exportando suas *commodities*, por outro se deparou com um cenário em que a comercialização de seus produtos manufaturados se reduziu drasticamente. As vendas externas da China avançaram até mesmo sobre terceiros mercados na América do Sul, que, no passado, tradicionalmente, eram destinos da indústria manufatureira do Brasil. A China beneficia-se de um mercado interno imenso, elevadíssima escala de produção, custos produtivos declinantes, marcha de ascensão tecnológica, forte capacidade competitiva global, mão de obra barata e em larga escala, câmbio favorável, mercado financeiro interno com

crédito abundante e relativamente barato. Acresce-se que a moeda brasileira, o real, apareceu, na maior parte do tempo, valorizado frente ao dólar, enquanto a moeda chinesa, o Yuan, segue trajetória oposta. Assim, a China conta com um baixo custo unitário do produto, beneficia-se da fabricação de bens manufaturados na China de modo muito mais eficiente que no Brasil, possui maior competitividade.

O comércio bilateral entre estas duas potências emergentes traz inúmeras consequências para ambas. No Brasil é observado um forte impacto no mercado de trabalho, haja vista que nos setores em que as mercadorias chinesas são concorrentes potenciais dos produtos brasileiros, principalmente nas manufaturas com nível de tecnologia mediana, os impactos são visíveis. Todavia, existe um aumento significativo das taxas de emprego nos setores que produzem bens de baixo valor agregado com baixo conteúdo tecnológico e intensivo em mão de obra, são os setores de extrativismo mineral e agropecuário. Produtos que coincidem no bruto das exportações brasileiras para a China. (LUI, 2010, p. 15).

A inversão da pauta de exportação brasileira, em direção a uma possível reprimarização, vem sendo tema de constante debate, o gráfico 8 demonstra essa relação. Até os anos 1980, o Brasil apresentava sinal de grande evolução de sua indústria manufatureira, que aumentava sua participação ano após ano frente aos setores de produção semimanufaturados e de produtos básicos. Com a entrada dos anos 2000 e o chamado efeito China, a pauta exportadora brasileira começou a sinalizar que novamente iria se inverter. O percentual de produtos básicos começou a subir, enquanto os produtos manufaturados apresentaram sinais de decréscimo, fatos que levam alguns autores a considerar esse “passo atrás” dado pela economia brasileira. Assim, para Oreiro e Marconi (2012, p. 7) pode-se afirmar que “o Brasil voltou a ser uma economia primário-exportadora”.

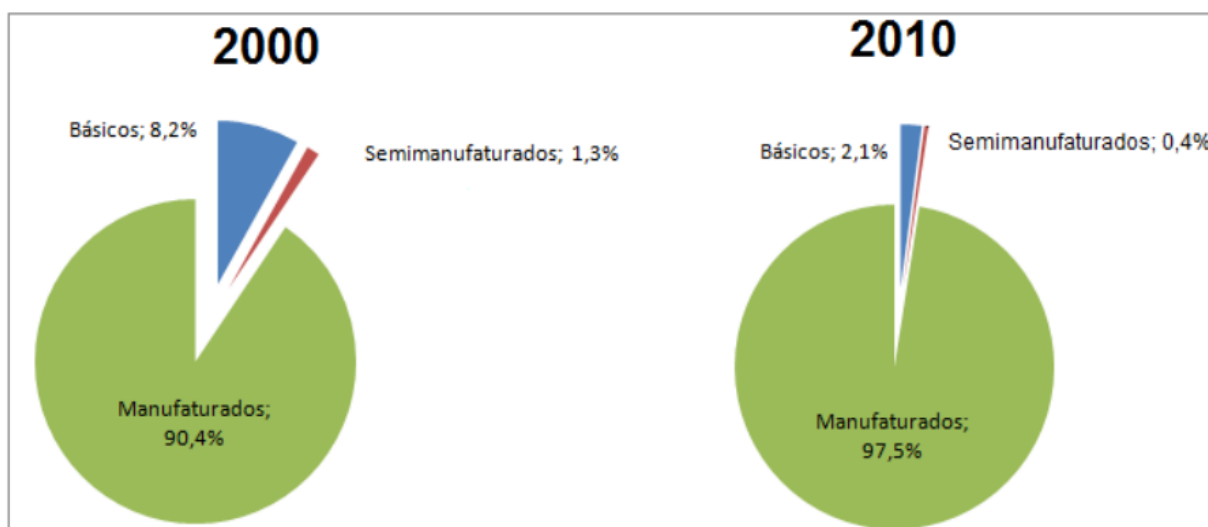
Gráfico 8 - Exportação brasileira por fator agregado - 1964 a 2012 (%)



Fonte: Elaboração própria, 2014 com base em dados de BRASIL, 2013

A Figura 2 mostra o mesmo efeito em relação ao caso chinês, fazendo uma comparação do começo dos anos 2000 em relação ao ano de 2010, década em que a economia chinesa passou a ter maior importância em nível global. Pela figura nota-se claramente um aumento das importações brasileiras de produtos manufaturados chineses e redução quando se observam produtos considerados básicos.

Figura 2 - Importações brasileira da China (percentual por fator agregado)



Fonte: THORSTENSEN, 2011 *apud* LINS, 2012, p. 75

Convém relatar, contudo, que o chamado Efeito China não foi o único fator que contribuiu para que a pauta exportadora brasileira se direcionasse aos produtos básicos. Como resultado dessas mudanças e crescentes superávits comerciais, baseados em commodities exportadas, pode-se considerar a contínua e expressiva apreciação cambial do real como a medida e a demonstração da reprimarização brasileira. Frente a isso, crescem os debates acerca da presença ou não de “Doença Holandesa” no Brasil, com uma pauta centrada essencialmente em produtos sem beneficiamento industrial, sem maior valor agregado. Ademais, o Pré-Sal, que, está meramente no seu início de exploração, poderia acentuar os perigos da instalação da doença holandesa no Brasil. Antes do Pré-Sal ter tempo de promover um ciclo de grandes vantagens e rendimentos para a economia brasileira, é possível que, no futuro próximo, a taxa de câmbio volte a ser apreciada, situando-se em patamar elevado, num fato semelhante a casos ocorridos na Holanda e na Venezuela na década de 70. Todavia, no episódio holandês, esta já detinha um nível de renda *per capita* mais elevado, o que tornou as consequências desse efeito (valorização cambial e prevalência de commodities na economia e nas exportações) mais amenas para o país, diferentemente do caso brasileiro, onde o diagnóstico poderia ser consideravelmente mais danoso ao desenvolvimento econômico e social. Esse é o perigo. Essa é uma ameaça.

Para Salama (2012), o Brasil passa por um processo de desindustrialização precoce. Os diferentes níveis de produtividade, salários mais baixos na China que no Brasil e, portanto, diferenciais de custo unitário do trabalho, são alguns dos fatores apontados pelo autor para explicar a diferença de competitividade entre as duas indústrias. A abertura comercial foi benéfica para a China, gerando grande atração de investimentos externos para o país, com diversas empresas estrangeiras se deslocando para solo chinês em busca da mão de obra barata, fato este que acabou sendo bem aproveitado pelos chineses que se prevaleceram da presença e tecnologia estrangeiras em seu território para desenvolver sua própria indústria e sua economia em geral. Sem que ainda tenha obtido um grau de desenvolvimento industrial equivalente ao dos países desenvolvidos, o Brasil, parece, começa a passar por um processo de desindustrialização relacionado a apreciada taxa cambial e a perda de competitividade de sua indústria nacional.

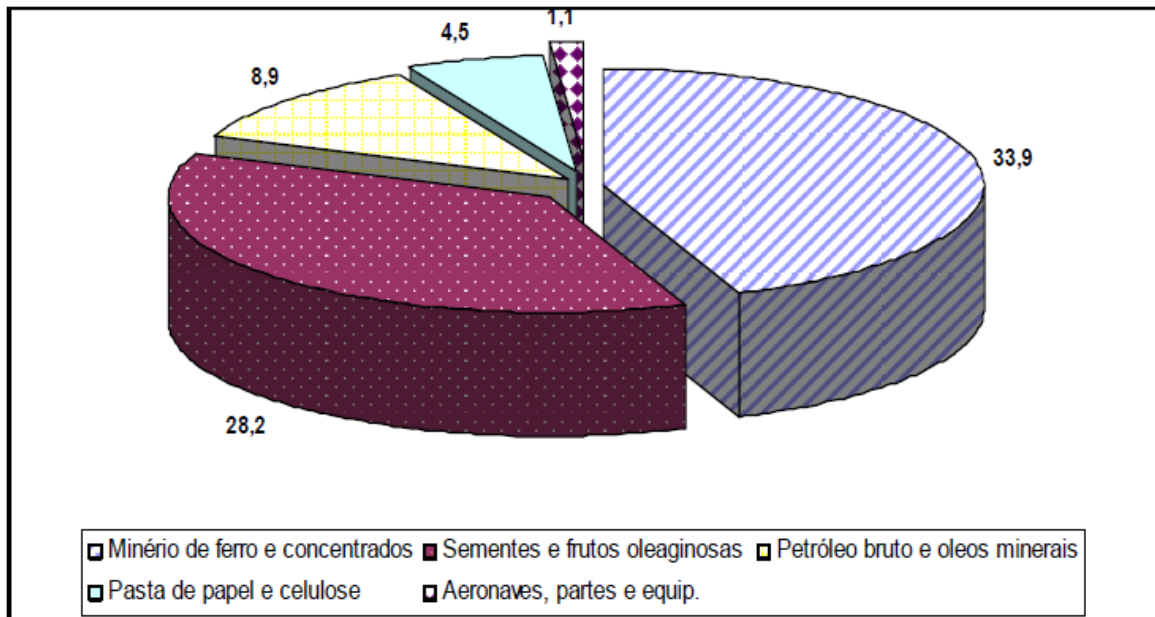
1. A participação da indústria brasileira de transformação no PIB vem caindo continuamente desde meados da década de 1970, caracterizando assim um claro processo de desindustrialização.

2. Nos últimos 10 anos, a desindustrialização tem sido acompanhada de reprimarização da pauta exportadora.
3. A desindustrialização brasileira é precoce quando comparada com processos similares ocorridos nos países desenvolvidos, pois se iniciou num nível de renda per capita bem inferior ao observado nos países desenvolvidos quando os mesmos começaram a se desindustrializar.
4. Existem evidências fortes de que a desindustrialização brasileira está fortemente associada a sobrevalorização cambial.
5. A perda de competitividade da indústria de transformação no período 2001-2011 deve-se fundamentalmente a apreciação da taxa real de câmbio, embora o crescimento dos salários reais a frente da produtividade do trabalho pós-2008 tenha contribuído para acelerar esse processo.
6. A produtividade do trabalho na indústria de transformação permaneceu estagnada no período 1995-2008 resultado dos baixos investimentos feitos na ampliação/modernização da capacidade produtiva.
7. A participação da indústria de transformação no emprego total permaneceu inalterada no período 1995-2008 porque a indústria de transformação atendeu ao aumento das vendas com maior utilização da capacidade, mas sem realizar investimentos na ampliação/modernização da capacidade produtiva.
8. A indústria de transformação investiu pouco nesse período devido a combinação câmbio sobrevalorizado/juro real alto. (OREIRO; MARCONI, 2012, p. 18-19).

A maior competitividade da indústria chinesa em relação a brasileira faz, supostamente, com que seja comparativamente vantajoso, conforme sugerido por algumas correntes tradicionais do pensamento econômico, que o país se dedique àqueles setores onde possui vantagem competitiva de comércio. Mas se esses setores são os produtores de commodities (agrícolas e minerais), esse aconselhamento de reorientação da estrutura produtiva brasileira funcionaria como mais um acelerador da temida reprimarização do Brasil. Funcionaria como um absurdo abandono do parque industrial já construído no país.

Ademais, não seria prudente contar com a demanda momentânea chinesa para definir uma política de desenvolvimento tão importante, dada possibilidade de haver alguma alteração significativa na pauta importadora da China, deixando o Brasil numa situação de dependência do seu principal parceiro comercial. No Gráfico 9, é possível visualizar qual o nível de participação dos distintos tipos de bens na pauta exportadora brasileira durante a década de 2000. Vê-se que cerca de 1/3 dos produtos exportados para a China correspondem a pasta de papel e celulose, pouco a frente de sementes e frutos oleaginosos, ambos primários.

Gráfico 9 - Participação dos cinco principais produtos na pauta exportadora brasileira % (2000-2010)



Fonte: ACIOLY e outros, 2011a, p. 31

Com a elevação dos preços e expansão do mercado global para as commodities a partir dos anos 2000, sob impulso principal do efeito China, as discussões acerca do modelo de Prebisch-Singer foram deixadas parcialmente de lado. Assim, criou-se um espaço, nos anos 2000, para avaliação que subestima os perigos tecnológicos e comerciais da especialização produtiva estreita em setores primários. É como se fosse a volta a um período e a uma visão anteriores ao pensamento estruturalista e industrialista da Cepal. Por um lado, enxergava-se, unilateralmente, a importância crescente das commodities, na década de 2000, como capaz de fazer frente aos produtos manufaturados, ou seja, como capaz de oferecer a chance de grandes níveis de crescimento e desenvolvimento aos países subdesenvolvidos e produtores de bens primários. Por outro lado, o desenvolvimento industrial se viu comprometido. Devido à grande demanda por *commodities*, os países com abundância de recursos naturais tendem a optar por produzir commodities, talvez, relembrando a teoria de vantagens comparativas de Ricardo. Contudo, o desenvolvimento industrial é considerado um fator de grande relevância para o crescimento e desenvolvimento econômico de um país, e em um cenário futuro próximo a opção presente por atender a demanda por produtos primários, em detrimento dos produtos industrializados, poderia fatalmente implicar no comprometimento e vulnerabilidade da economia interna de um determinado país, tal qual o Brasil.

Realisticamente, as melhores oportunidades de negociação para o Brasil com a China são sem dúvida através das *commodities* agrícolas e minerais, que são demandadas para suprir as

enormes necessidades domésticas do mercado interno chinês. Mas o grande desafio imposto ao Brasil é perseverar em sua busca estratégica de desenvolvimento tecnológico e industrial, explorar as possibilidades de integração às cadeias de valor global e buscar diversificar suas respostas à competição chinesa em terceiros mercados. Além disso, o Brasil precisa se preparar para o reconhecimento oficial e definitivo da China junto à OMC no ano de 2016, com todas as suas implicações econômicas e comerciais. Neste ano todas as tarifações sobre produtos chineses vão ter de ser discutidas e arbitradas conforme acordos internacionais, limitando o poder de decisão e retaliação a produtos chineses considerados prejudiciais a economia dos demais países.

5 RELAÇÕES DE INVESTIMENTOS ENTRE BRASIL E CHINA

Além de grandes parceiros comerciais, Brasil e China tornaram-se locais de grande atratividade para os seus mútuos Investimentos Diretos Externos (IDE)⁸, bem como de outros países, e, mais do que isso passaram a realizar IDE em outras partes do mundo e mutuamente. Neste capítulo serão apresentados os investimentos feitos pelos dois países, bem como as principais estratégias adotadas para determinar onde, como e em que setor investir.

Inicialmente serão apresentados os investimentos realizados e recebidos pelo Brasil, quais os destinos e estratégias seguidas. Por fim, os IDE saídos do Brasil para aportar em território chinês. Em seguida, com a mesma lógica adotada para o tópico anterior, serão discutidos os investimentos chineses, os efeitos que as mudanças globais dos últimos tempos desencadearam para o país, possibilitando-o tornar-se um grande investidor global e também destino de muitos recursos estrangeiros. Retornando ao debate inicial, serão analisadas as possíveis implicações que os investimentos chineses podem ter sobre a economia brasileira e também o oposto. Por fim, serão tratados os investimentos conjuntos realizados pelos dois países, que se deram principalmente no âmbito dos BRICS.

5.1 ESTRATÉGIA DE IDE BRASILEIRA: O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS NACIONAIS E OS INVESTIMENTOS DIRETOS

O processo de expansão e internacionalização das empresas brasileiras foi fortalecido, principalmente, depois que o país já tinha enveredado por processos profundos de aberturas comercial e financeira e de participação na globalização. A expansão e o crescimento das empresas nacionais tornaram-se uma política de apoio ao desenvolvimento nacional na maior parte da década de 2000. O processo de saída de IDE veio a se fortalecer, de maneira, vigorosa nos anos 2000, período em que algumas empresas brasileiras supostamente atingiram um maior grau de maturidade e traçaram metas para além das fronteiras. Segundo Coutinho e outros (2005) *apud* Hamatsu (2013, p. 32-35), o processo expansionista das empresas brasileiras pode ser dividido em três fases. A primeira delas compreende o período entre os anos 1960 e 1982, neste período o Brasil lançava mão de muitos IDE, com os investimentos internos sendo superiores aos externos, em poucos setores pré-determinados,

⁸ Também chamado por alguns autores de IED - Investimento Externo Direto

como petróleo e construção civil. O PSI, adotado pela economia brasileira, previa um modelo de industrialização voltado para dentro, de modo que o país se tornasse menos dependente e mais desenvolvido, resultando em uma carência de internacionalização por parte das empresas nacionais.

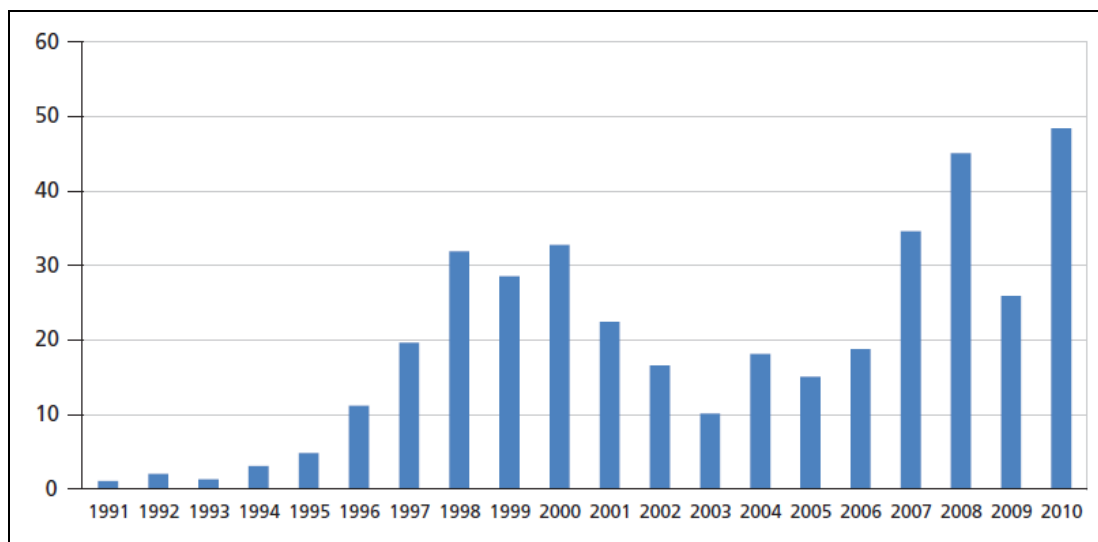
Um segundo momento cobre o período de 1982 até o princípio da década de 2000, um período de grande instabilidade econômica para o país, troca de regime governamental, muitos planos de estabilização econômica, seguidas trocas de moeda até chegar ao Real em 1994, além de passar por um processo abertura econômica neoliberal. Esta época “turbulenta” e inconstante da economia brasileira afetou diretamente os IDE das empresas locais, estas se viram enfraquecidas frente as concorrentes internacionais. O gráfico 11 mostra um exemplo em comparação com as empresas asiáticas, o que se viu foi o IDE das empresas americanas como um todo se reduzir enquanto as empresas do oriente tomavam sentido contrário, expandindo-se. Este período apresentou grandes desafios às empresas brasileiras, estas viram-se obrigadas a se adaptar _à concorrência externa, além da interna que se aperfeiçoava a todo momento em face das circunstâncias impostas pelo cenário econômico nacional, também em fase de mutação. A mudança de estratégia adotada pelas empresas fez com que a década de 1990 registrasse um certo número de empresas se internacionalizando, à caça de sobreviver ao super competitivo mercado globalizado (DEOS *et al.*, 2009 *apud* HAMATSU, 2013, p. 33).

O terceiro período citado por Hamatsu (2013, p. 34-35) abrange os anos 2000 em diante, especificamente a partir do ano de 2003, época em que as empresas passaram a apresentar um maior grau de maturidade para confrontar-se com o concorrido comércio global, buscando novos mercados onde pudesse se estabelecer. O período de dificuldades e crise vivenciado nas décadas anteriores forçou as empresas nacionais a se modernizarem, relativamente, e procurar o ajuste das contas internas, colocando-as talvez em condições de passar pelo processo de expansão. Este processo na verdade passou a ser mais do que uma saída para ampliação de mercados, já que as perspectivas para o campo de atuação dentro do país pareciam esgotar-se, mas também uma alternativa para que essas empresas brigassem pela sobrevivência do negócio em que atuavam. Por outro lado, houve também, aliado a essa mudança ocorrida dentro das empresas, modificações conjunturais no cenário macroeconômico do país. A valorização no preço das *commodities* permitiu a um conjunto de firmas nacionais se tornarem mais competitivas, a valorização da moeda nacional promoveu maior acesso e atratividade a ativos externos, políticas públicas de incentivo, mercado de capitais fortalecido que permitia

as empresas buscar capitais junto ao mercado para investir e se modernizar cada vez mais, dentre outros fatores.

Se por um lado pode-se observar um aumento dos IDE recebidos pelo Brasil na década de 1990, período onde se consolidava o processo de abertura e liberalização e o governo atuava em busca da estabilidade monetária. O Gráfico 13 mostra essa elevação de recepção de IDE pelo Brasil, nos anos 1990 com leve queda no começo dos anos 2000 seguido de novo aumento, ‘freado’ apenas pela crise de 2008, num recuo de cerca de 40% para o ano de 2009, mas já superado em 2010, elevando a recepção de IDE para níveis superiores aos do período pré-crise.

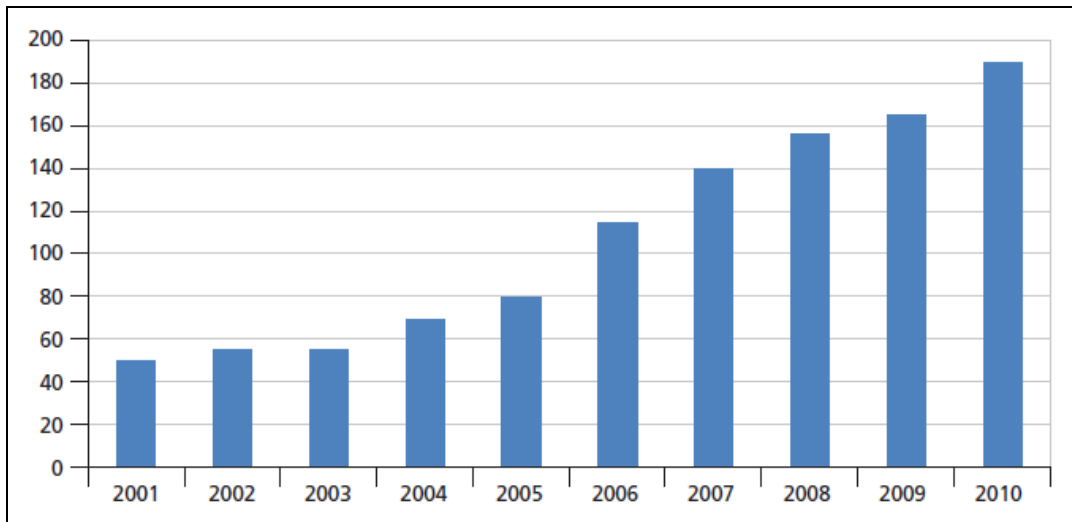
Gráfico 13 – Entradas líquidas de IED no Brasil (US\$ bilhões)



Fonte: BCB *apud* THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2012, p. 218

No Gráfico 14 é possível observar a evolução dos IDE, oriundos do Brasil para outras partes do mundo. O valor triplicou quando observa-se o ano de 2001 em comparação ao ano de 2010, os dados demonstram que o processo de internacionalização das empresas brasileiras “tem por característica um crescimento sólido e sustentado ao longo dos últimos anos, mesmo durante a crise financeira mundial de 2008” (THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2012, p. 223).

Gráfico 14 - Investimentos brasileiros no exterior (US\$ bilhões)



Fonte: BCB *apud* THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2012, p. 223

As principais empresas brasileiras atuando no exterior tem ligação principalmente com o setor de serviços, construção civil e *commodities*. Nesta lista se destacam três grandes empresas: Vale, Petrobras e Odebrecht. Empresas que possuam algum tipo de vantagem de propriedade, são consideradas “campeões nacionais”, possuem alto apoio governamental para buscar a expansão, principalmente desde meados dos anos 2000.

Historicamente, na experiência internacional, o Estado teve papel preponderante para que grandes grupos empresariais surgissem. Países como Japão, Espanha e Coreia do Sul corroboram o que acontece mais recentemente com empresas de países em desenvolvimento. No caso brasileiro, as maiores empresas ou foram estatais em algum momento ou contam com forte auxílio estatal para evoluir e se internacionalizar, grande parte dos aportes financeiros recebidos se dão via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Visando, ao que parece, colaborar com o processo de competitividade das empresas brasileiras, o BNDES realizou duas importantes ‘movimentações’, a primeira no ano de 2003 quando o banco passou a amparar empresas nacionais com capital empregado em solo estrangeiro e a segunda em 2009 quando decidiu abrir filiais do banco em outros países, a priori na Inglaterra e no Uruguai (HAMATSU, 2013, p. 45-46).

Tabela 13 - IDE brasileiro: principais destinos em participação total do capital empregado.

Ano	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	111 339	100,0	113 755	100,0	132 413	100,0	169 066	100,0	192 933	100,0	247 172	100,0
Áustria	31 212	28,0	31 024	27,3	36 268	27,4	37 092	21,9	47 390	24,6	56 618	22,9
Ilhas Cayman	16 431	14,8	14 124	12,4	18 308	13,8	29 466	17,4	32 138	16,7	40 264	16,3
Países Baixos	2 160	1,9	2 380	2,1	3 600	2,7	10 785	6,4	20 819	10,8	28 186	11,4
Ilhas Virgens Britânicas	11 245	10,1	10 685	9,4	13 387	10,1	14 724	8,7	16 231	8,4	22 291	9,0
Estados Unidos	6 063	5,4	9 167	8,1	9 943	7,5	13 184	7,8	10 291	5,3	18 401	7,4
Espanha	4 083	3,7	5 055	4,4	5 270	4,0	8 992	5,3	11 187	5,8	15 376	6,2
Luxemburgo	4 259	3,8	4 602	4,0	4 356	3,3	4 794	2,8	5 425	2,8	14 719	6,0
Bahamas	9 341	8,4	9 531	8,4	10 291	7,8	12 353	7,3	12 921	6,7	14 500	5,9
Argentina	2 360	2,1	3 376	3,0	4 251	3,2	5 148	3,0	5 143	2,7	5 511	2,2
Hungria	901	0,8	1 827	1,6	1 751	1,3	2 489	1,5	2 513	1,3	3 207	1,3
Peru	584	0,5	244	0,2	704	0,5	2 254	1,3	1 902	1,0	2 986	1,2
Uruguai	1 878	1,7	2 443	2,1	2 531	1,9	2 497	1,5	2 384	1,2	2 951	1,2
Panamá	1 185	1,1	3 727	3,3	1 005	0,8	1 614	1,0	1 443	0,7	2 430	1,0
Canadá	16	0,0	13	0,0	1 128	0,9	1 976	1,2	230	0,1	1 804	0,7
Portugal	1 493	1,3	1 449	1,3	1 962	1,5	3 257	1,9	3 008	1,6	2 139	0,9
Reino Unido	805	0,7	1 341	1,2	977	0,7	929	0,5	1 065	0,6	1 558	0,6
Antilhas Holandesas	1 351	1,2	1 052	0,9	224	0,2	550	0,3	489	0,3	1 447	0,6
França	156	0,1	204	0,2	247	0,2	1 006	0,6	949	0,5	1 230	0,5
Chile	509	0,5	387	0,3	459	0,3	574	0,3	608	0,3	1 107	0,4
Venezuela	218	0,2	282	0,2	801	0,6	679	0,4	762	0,4	1 083	0,4
México	175	0,2	249	0,2	294	0,2	528	0,3	688	0,4	1 052	0,4
Angola	73	0,1	58	0,1	124	0,1	44	0,0	75	0,0	1 027	0,4
Bélgica	96	0,1	109	0,1	276	0,2	104	0,1	102	0,1	939	0,4
Bermudas	599	0,5	234	0,2	1 212	0,9	577	0,3	567	0,3	851	0,3
Dinamarca	12 567	11,3	8 036	7,1	9 698	7,3	9 290	5,5	9 831	5,1	783	0,3

(Continua)

(Conclusão)

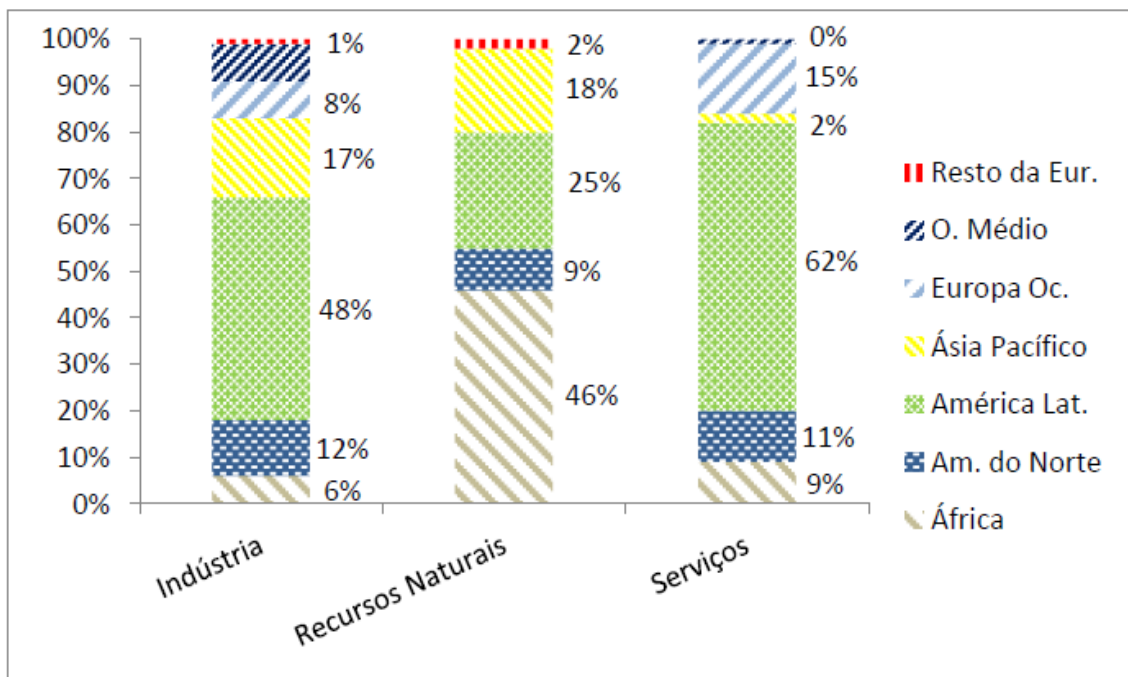
Ano	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Colômbia	178	0,2	298	0,3	561	0,4	872	0,5	1 194	0,6	696	0,3
Paraguai	117	0,1	153	0,1	170	0,1	262	0,2	350	0,2	578	0,2
Suíça	83	0,1	106	0,1	128	0,1	148	0,1	165	0,1	343	0,1
Ilhas Virgens dos E.U.A.	69	0,1	80	0,1	161	0,1	199	0,1	247	0,1	246	0,1
Alemanha	135	0,1	164	0,1	154	0,1	110	0,1	230	0,1	225	0,1
Itália	51	0,0	357	0,3	398	0,3	444	0,3	217	0,1	191	0,1
Belize	43	0,0	43	0,0	28	0,0	114	0,1	55	0,0	173	0,1
Japão	41	0,0	42	0,0	40	0,0	41	0,0	114	0,1	108	0,0
Ilha Jersey	30	0,0	233	0,2	92	0,1	131	0,1	126	0,1	96	0,0
Bolívia	53	0,0	48	0,0	67	0,1	86	0,1	96	0,0	96	0,0
Costa Rica	27	0,0	56	0,0	56	0,0	60	0,0	56	0,0	72	0,0
China	83	0,1	48	0,0	138	0,1	148	0,1	115	0,1	72	0,0
Equador	39	0,0	21	0,0	22	0,0	30	0,0	40	0,0	68	0,0
Ilhas Turcas e Caicos	29	0,0	22	0,0	40	0,0	56	0,0	53	0,0	59	0,0
Ilha de Man	18	0,0	19	0,0	18	0,0	18	0,0	18	0,0	47	0,0
Demais	583	0,5	463	0,4	1 272	1,0	1 442	0,9	1 696	0,9	1 642	0,7

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011

Os principais destinos dos investimentos diretos brasileiros, entre os anos de 2007 a 2012, podem ser visualizados na Tabela 13. Entre os maiores países receptores de IDE brasileiros pode-se observar a presença de paraísos fiscais, tais quais: Bahamas, Ilhas Cayman e Ilhas Virgens Britânicas. Mesmo estando situados fora dos cinco principais destinos, os países latino americanos são o destino importante das empresas brasileiras, fato que pode ser explicado pela complexa composição societária deste tipo de negócio. Porém, é dos chamados paraísos fiscais que os recursos seguem para seu destino final, tal como no caso da América Latina e demais.

O Gráfico 15, por sua vez, mostra os setores e regiões do mundo onde foram realizados os investimentos brasileiros, nele pode notar-se que a América Latina recebeu grande parte dos recursos relativos a indústria, com 48% do total. No que diz respeito aos recursos naturais os países africanos surgem como principal alvo dos recursos brasileiros, com 46% do valor total, seguidos pela América Latina com 25%. Para o setor de serviços a América Latina é novamente o grande destino dos recursos despendidos pelas empresas brasileiras, com 62%. Cabe ressaltar que pelo fator proximidade e instituições internacionais, como o MERCOSUL os empresários brasileiros possuem uma certa vantagem em investir na região em relação a outras partes do mundo, onde as restrições são um pouco maiores.

Gráfico 15 - Distribuição Setorial e Regional dos investimentos brasileiros. (Em % do valor total)



Fonte: HAMATSU, 2013, p. 74

A sessão seguinte abordará o fluxo de IDE brasileiro para a China e as dificuldades para instalação empresarial dentro do território chinês, um dos grandes parceiros brasileiros em nível global na atualidade.

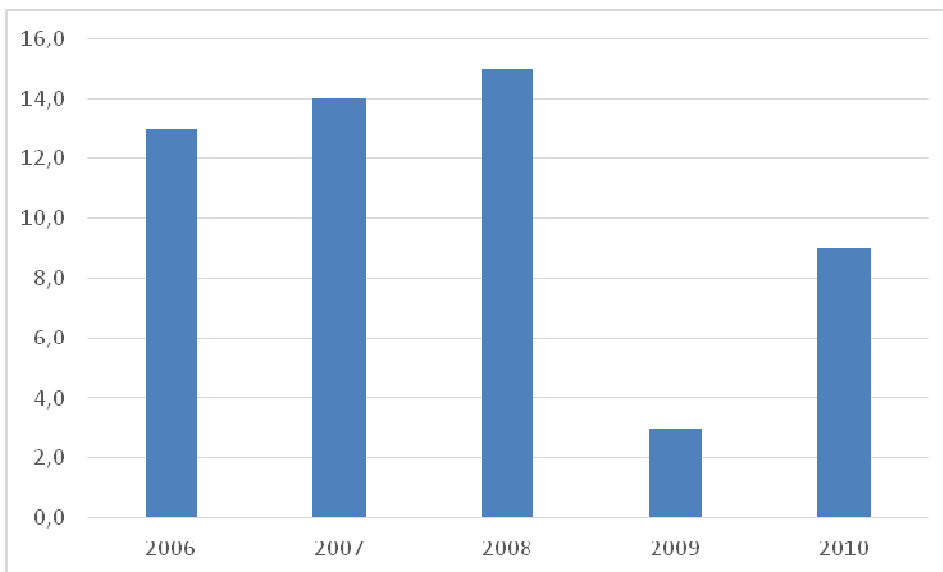
5.1.1 Fluxos de IDE brasileiro para a China e dificuldades de entrada no mercado chinês

A China se tornou um grande destino de IDE globais nas últimas décadas, muito em virtude de seu enorme mercado consumidor e do potencial de compra de sua população em constante

evolução. As empresas brasileiras e o governo, assim como os demais países ao redor do mundo, prontamente se interessaram pela oportunidade de expandir seus negócios no mercado chinês. Contudo, há alguns entraves a serem superados para concretização dessa operação, como será exposto a seguir.

Conforme apresentado no Gráfico 14, os níveis de IDE brasileiros aumentaram significativamente desde o ano de 2001, quando analisa-se o restante do mundo. Contudo, quando o país analisado é a China observa-se que os níveis de investimentos não cresceram na mesma proporção. Entre os anos de 2006 a 2010, por exemplo, os IDE brasileiros para o mundo cresceram cerca de um terço (em termos percentuais), enquanto que o fluxo de investimentos para a China decresceu aproximadamente a mesma medida. O Gráfico 16 mostra o fluxo de IDE originários do Brasil rumo à China, pode-se notar que o período pós crise impactou significativamente nas pretensões de investimentos brasileiros em solo chinês: de 2008 para 2009 há uma grande queda nos fluxos de IDE.

Gráfico 16 – Fluxo de IDE brasileiro para a China



Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de ACIOLY e outros, 2011b, p. 340

Com a queda no fluxo de IDE brasileiro para a China, a participação das empresas brasileiras no mercado chinês que já era restrita reduziu-se ainda mais, representando menos de 1% do total dos investimentos realizados por empresas brasileiras. Apenas 56 empresas brasileiras atuavam na China até o ano de 2013, o que representaria menos de 1% do total de investimentos estrangeiros no país.

Quadro 3- Empresas brasileiras atuantes na China

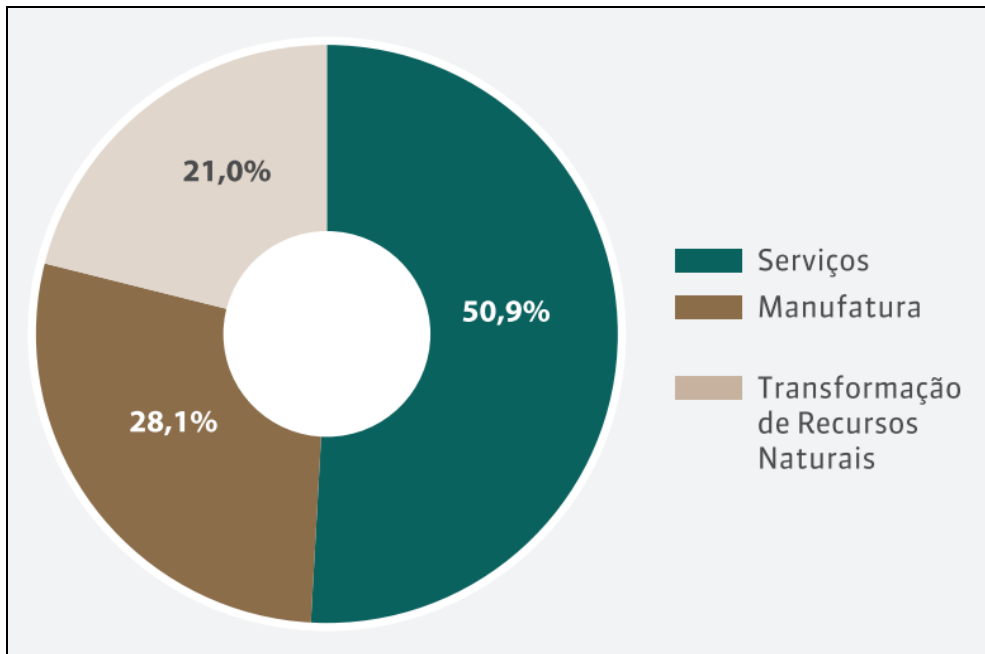
AbInbev	Godoi Logistics
Aços Villares	Harmonia do Brasil Comércio
Apex Brasil	Illec
Atlas	JM Brazil Assessoria
Banco BTG Pactual	Marfrig
Banco do Brasil	Magnesita
Banco Itaú BBA	Marcopolo
BEC Limited	Mcassab Trading
BM&F Bovespa	N&B Ingredients
BRF	Noronha Advogados
BWP Projetos	Odebrecht
Caloi	Pangea International
CBMM	Perdigão
CCIBC	Perfect Brasil
Cisa Trading	Petrobras
Ciser	Radas China
Comexport	Riachuelo
Diana Paolucci Group	Rima Industrial
Duarte Garcia Caselli Guimarães e Terra Advogados	Samarco
Eletc	SBV Group
Embraco	Schulz
Embraer	Sertrading
Elizabeth Premazzi Arquitetura	Soprano
Grupo Estado de S. Paulo	TAM
Felsberg Advogados	Tramontina
Fibria	TV Bandeirantes
Folha de S.Paulo	Vale
Globalize Trading	Votorantim

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de JULIBONI, 2013

O Quadro 3 lista as 56 empresas brasileiras atuando em território chinês. Segundo informações do Conselho Empresarial Brasil - China (CEBC) (2011, p.36), a primeira empresa brasileira a aportar na China foi a Vale, no começo dos anos 1970, especificamente no ano de 1973, para “estudo e desenvolvimento mineral, operação de carvão e níquel e presença de escritório em Xangai” (CEBC, 2012, p.36)⁹. Em seguida, outras empresas chegaram à China, com o decorrer dos anos, sendo que 90% dos investimentos foram realizados em associação com empresas locais.

⁹ O ANEXO C apresenta um quadro com o ano de ingresso e atividade das principais empresas brasileiras que se instalaram em território chinês.

Gráfico 17 – Composição das empresas brasileiras presentes na China (% total)



Fonte: CEBC, 2012, p.38

O Gráfico 17 expõe a área de atuação das empresas presentes na China, onde 50,9% por cento delas, grande maioria, atuam no setor de serviços, como consultorias, bancos e escritórios de advocacia. Com participação de 28,1%, surgem as empresas de manufaturas, tais como Embraer e Embraco. E por último, com 21%, empresas de transformação de Recursos Naturais, que contam com empresas que atuam no setor primário, como Petrobrás e Vale (CEBC, 2012, p. 38). Sabe-se que em relação a outros países a participação brasileira na China ainda é baixa, e isto se deve a fatores como a baixa quantidade de empresas com potencial para internacionalização e também às barreiras impostas pelo governo chinês em alguns setores de sua economia¹⁰ (ACIOLY *et al.*, 2011b, p. 340). O governo chinês adota uma série de medidas que regulam a entrada do capital externo e os setores onde as empresas estrangeiras podem atuar, em parceria com alguma empresa local, ou até mesmo onde não é permitida a entrada do capital exterior, projetos considerados prejudiciais aos interesses do Estado são proibidos por exemplo. Algumas dificuldades encontradas por empresas brasileiras para entrar nesse amplo e concorrido mercado podem ser vistas no quadro 4.

¹⁰ A lista com as principais restrições setoriais da política de IDE impostas pelo governo chinês consta no Anexo D.

Quadro 4- Presença de empresas brasileiras na China: dificuldades de acesso ao mercado chinês

Nome	Setor de Atuação	Descrição
Embraer	Aviação	A Embraer, por meio de uma joint-venture com a empresa chinesa AVIC II, passou a produzir na China o ERJ-145, de 50 lugares. A empresa vem tentando sem êxito uma licença do governo para produzir um avião maior – capacidade para 120 passageiros. A China está desenvolvendo esse tipo de avião o que tem dificultado a licença. A Embraer ameaça fechar essa unidade caso não haja um acordo com os chineses.
WEG	Motores elétricos	A empresa catarinense fabricante de motores elétricos possui planta industrial na China desde 2004. O negócio não conseguiu decolar como planejado. Mais recentemente, essa empresa está apostando na expansão para a Índia para que viabilize a sua expansão para a Ásia
Gerdau	Aço	O grupo tenta, há anos, adquirir uma fábrica de aços especiais na China. As multinacionais do setor siderúrgico são obrigadas a comprar uma participação minoritária numa empresa local, e a Gerdau está encontrando dificuldade em encontrar uma fábrica adequada para a parceria
Marcopolo	Ônibus e componentes	A Marcopolo abandonou o seu projeto de produzir ônibus na China – este segmento requeria um sócio local que a empresa não encontrou – e resolveu construir uma fábrica de componentes que não precisa de sócio local, pelo contrário o investimento nesse segmento é estimulado pelo governo
Sadia	Agronegócio	A empresa contratou uma consultoria para identificar contatos que possam ajudar em seu futuro negócio na China. Já analisou diversas empresas em sua busca por um sócio, mas não encontrou uma que se adéqua às suas expectativas
Votorantim Cimentos	Cimento	A Votorantim Cimentos pretende produzir para a indústria de construção civil e está procurando um parceiro local
Maxion	Rodas rodoviárias	A empresa instalou uma fábrica de rodas rodoviárias na China em 2008, e pretende usar o país como base de exportação. A intenção era atingir a capacidade de produção de 1,8 milhão de rodas por ano
Fras-le	Pastilhas e lona de freio	Fras-le Ásia foi inaugurada oficialmente no dia 15 de julho de 2010, marcando, também, o início da produção local de pastilhas para freios para veículos comerciais, além das lonas já produzidas
Embraco	Compressores	Estabeleceu uma joint venture na China em 1995. Em 2006, foi iniciada a transferência de empresa para novas instalações, numa zona industrial. Esta nova fábrica, que passou a abrigar um centro de P&D, foi inaugurada já produzindo um novo modelo de compressor

Fonte: ACIOLY e outros, 2011b, p. 343

As empresas brasileiras têm se defrontado com grandes dificuldades em setores onde há restrição ao IDE externo, muitas das vezes há falta de acordo com o governo local para o desenvolvimento de um novo empreendimento, para as já instaladas e também dificuldades para encontrar parceiros locais para aquelas que pretendem se instalar, episódios exemplificados no Quadro 4 por Embraer - companhia que fechou acordo para venda de sessenta aviões comerciais de passageiros, modelo E190, para a China em 2014 - e Grupo Votorantim.

5.3 ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS DIRETOS CHINESES: O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS LOCAIS E OS IDE

O processo de internacionalização das empresas chinesas teve início imediatamente após a decisão do país, conduzido por Deng Xiaoping, de realizar a abertura política. Com o objetivo de modernizar sua economia, superando os longos anos de isolamento, a China enxergou nos IDE uma boa oportunidade de avançar, economicamente. O capital externo “trouxe tecnologia e experiência de gestão, componentes indispensáveis ao crescimento da economia chinesa” (CEBC, 2013, p. 24). Conduzidas e limitadas pelo Estado, as reformas tinham a intenção de atrair empresas estrangeiras para o país. Embora o nível de IDE recebido pela China tenha aumentado de modo considerável, a saída de recursos da China para outras partes do mundo permaneceu baixo. Assim como no caso brasileiro, o processo de recepção de IDE por parte da China, e posteriormente de destinação, passou por algumas fases, onde pode-se visualizar o papel direto do Estado como agente regulador das políticas adotadas.

A primeira fase corresponde ao momento imediatamente posterior a abertura chinesa, no ano de 1979, indo até o meio da década seguinte, no ano de 1985. Neste período as investidas chinesas rumo ao exterior ainda aconteciam de forma cuidadosa, os investimentos internacionais eram altamente regulamentados pelo Conselho de Estado, com intuito de que “apenas certas empresas estatais de comércio e empresas de cooperação internacional econômica e tecnológica com bases municipais ou provinciais fossem autorizadas a investir no exterior” (CEBC, 2013, p. 25). Dada a rigidez do controle estatal apresentada no período, pode-se afirmar que o processo internacionalização chinesa na época tinha alta correlação com as intenções políticas do

governo, em detrimento de possíveis empreitadas bem sucedidas de empresas privadas locais. (HAMATSU, 2013, p. 36; CEBC, 2013, p. 25).

O segundo período compreende os anos de 1986 até 1991, nesta fase o IDE passou a ser encorajado pelo governo chinês, desde que a empresa postulante apresentasse condições de investir no exterior, capacidade de concorrer e um parceiro internacional para início das atividades. A ideia assemelhava-se à defendida para atração de IDE: as empresas poderiam adquirir experiência com as multinacionais, fazendo valer-se disso para aperfeiçoar seu processo produtivo. Ainda nessa época a maioria das empresas que realizavam investimentos fora do país eram estatais. Neste mesmo período surgiu a política de campeãs nacionais, ou “*national team*”, onde o Estado selecionava um grupo de empresas de alguns setores considerados ‘fortes’ em termos concorrenciais para dar prosseguimento ao processo de internacionalização, visando inicialmente fortalecer a competitividade de empresas estatais e logo em seguida vislumbrou também expansão internacional e incremento tecnológico. Já nesse período passou-se a ter a busca por recursos naturais como um dos pontos a serem analisados para o processo de internacionalização (CEBC, 2013, p. 25; HAMATSU, 2013, p. 37).

A terceira etapa abrange os anos de 1992 a 1998 e trouxe um aumento da regulação por parte do Estado chinês, via Ministério de Comércio Exterior e Cooperação Econômica (MOFTEC). Este se deu com vistas a fortalecer o investimento produtivo e a conter a ampliação do capital especulativo, que viria, entre outros fatores, a culminar na crise financeira asiática de 1997-8, onde a China quase não foi atingida. Em 1992, Deng Xiaoping embarcou em viagem pelo país, em defesa das reformas de mercado adotadas. Um dos saldos das reformas foi a inclusão do IDE como política de desenvolvimento nacional (CEBC, 2013, p. 25-26; HAMATSU, 2013, p. 37).

O quarto momento responde pelo ano de 1999 até 2001, pré-adesão chinesa à OMC. A quinta fase abrangeu o período posterior à entrada da China na OMC até os momentos contemporâneos. O intervalo entre os anos 1999 e 2001 é marcado por uma elevação na regulação por parte do Estado chinês simultaneamente ao lançamento da política “Go Global Policy” (*Zouchuqu*), lançada na virada do milênio, a fim de estimular as empresas chinesas no seu processo de internacionalização, neste caso também englobando as empresas privadas. Neste sentido, o programa surgia também como uma

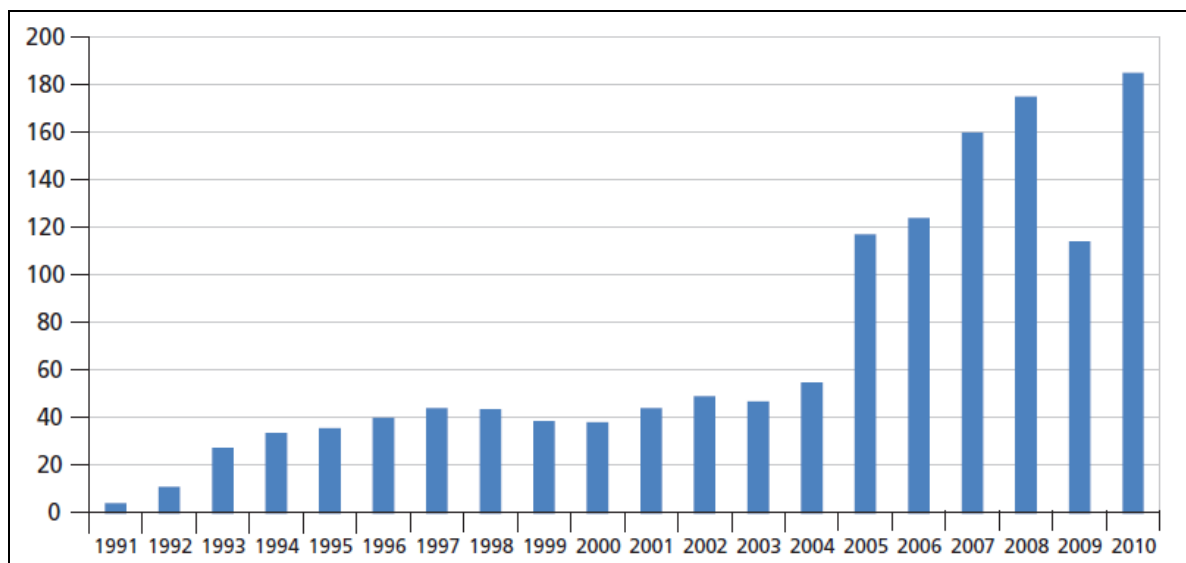
forma do Estado chinês se adaptar à nova fase, de adesão à OMC (CBEC, 2013, p. 26-27; HAMATSU, 2013, p. 38-41; OLIVEIRA, 2012, p. 47-48).

(...) durante o ‘*Going Global*’ desenvolveram-se mais profundamente mecanismos como garantias/seguros para investimentos no exterior, acordos bilaterais, promoção de informações acerca de oportunidades de investimento, além de uma maior flexibilização burocrática nos processos de aprovação de projetos. (HAMATSU, 2013, p. 38).

O “*Going Global*”, em consonância com as políticas de expansão propostas pelo governo chinês, incentiva de forma explícita projetos que se proponham a: colaborar com a redução da escassez de recursos naturais por parte do país, sejam capazes de promover as exportações, permitam aquisição de *know-how* e novas tecnologias, insiram as empresas locais no mercado globalizado, acelerando a sua capacidade competitiva (UNCTAD, 2006 *apud* APEX-BRASIL, 2012, p. 21). A política vem a se tornar um mecanismo para consolidar a política de desenvolvimento de ‘campeãs nacionais’ por parte da China.

Particularmente, no que diz respeito à captação de IDE por parte da China pode-se dizer que as políticas adotadas pelo Estado mostraram-se eficazes. O Gráfico 18 mostra exatamente esse efeito, através dele é possível notar um aumento a partir do começo dos anos 1990, com um grande impulso na segunda metade na década de 2000, que pode ser “explicada pela descentralização da política de atração ao investimento estrangeiro do governo central para os governos das províncias, com objetivo de fortalecer a política de apoio às exportações e ao desenvolvimento industrial (THORSTENSEN, 2012, p. 232).

Gráfico 18 - Entrada Líquida de IED na China (US\$ bi)



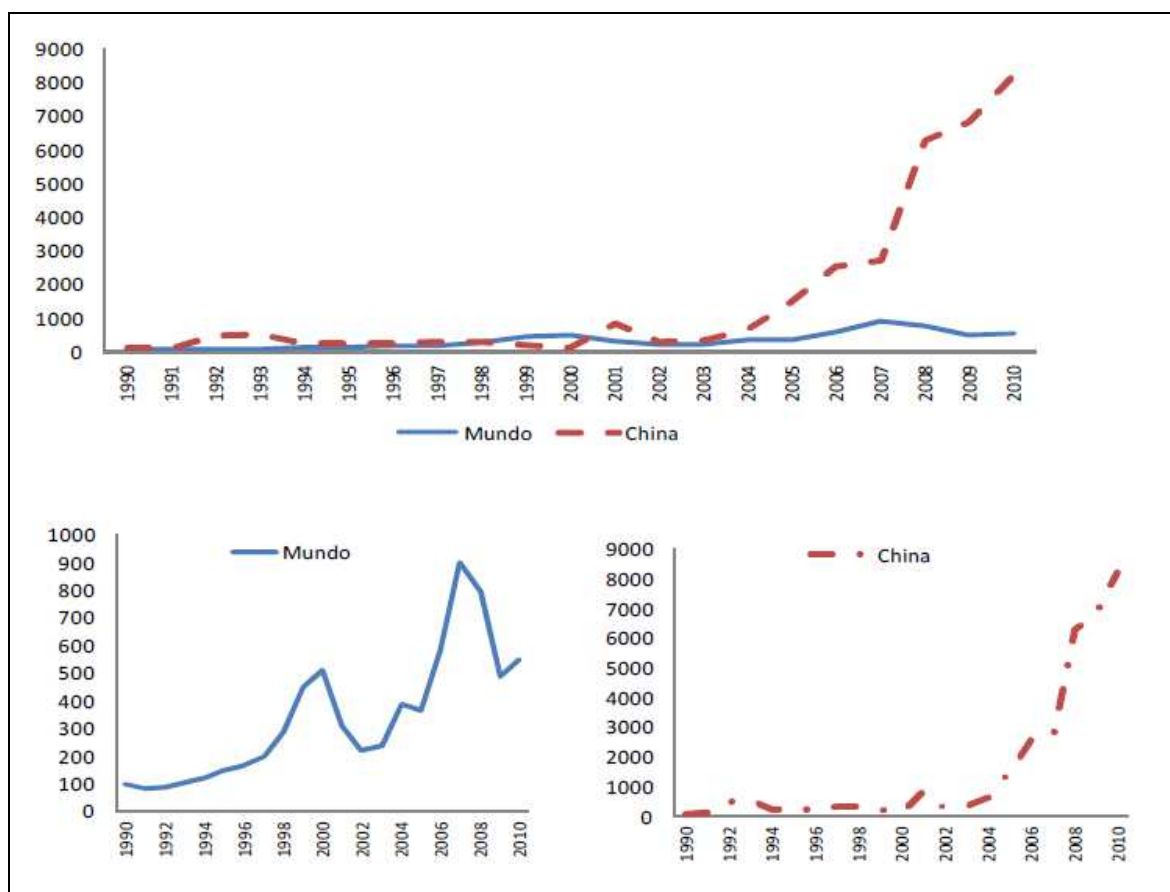
Fonte: BANCO MUNDIAL *apud* THORSTENSEN; OLIVEIRA, 2011, p. 232

A opção por investir na China em detrimento a outras regiões é bem explicitada por Cunha (2008, p. 34) a seguir:

(...) a China oferece às empresas estrangeiras a base produtiva ideal para exportações de produtos ao mercado mundial. Isso porque se caracteriza por baixos custos de mão-de-obra comparados até mesmo com outros países em desenvolvimento, possui mão-de-obra especializada, e um mercado consumidor interno com elevado potencial de crescimento. Além disso, constata-se um “efeito dominó”, através do processo de competição desencadeado pelas empresas estrangeiras, que desenvolve indústrias de apoio, formando um cluster industrial, que atrai ainda mais investimentos externos. (CUNHA, 2008, p. 34).

Em contraponto, os investimentos saídos da China para outras partes do mundo, que na década de 1990 pouco oscilaram apresentaram um grande avanço no período posterior ao ano de adesão à OMC. Os níveis de IDE da China superam inclusive os investimentos realizados pelo restante do mundo, sendo que, nem mesmo o período de crise, que abalou as grandes economias mundiais, mostrou-se capaz de ‘frear’ o ímpeto da economia chinesa na busca por novos investimentos. O Gráfico 19 mostra essa ascensão chinesa nos anos 2000 e também a aceleração no período pós crise.

Gráfico 19 - Evolução dos fluxos de saída de IDE na China e no Mundo, 1990 - 2010(*)

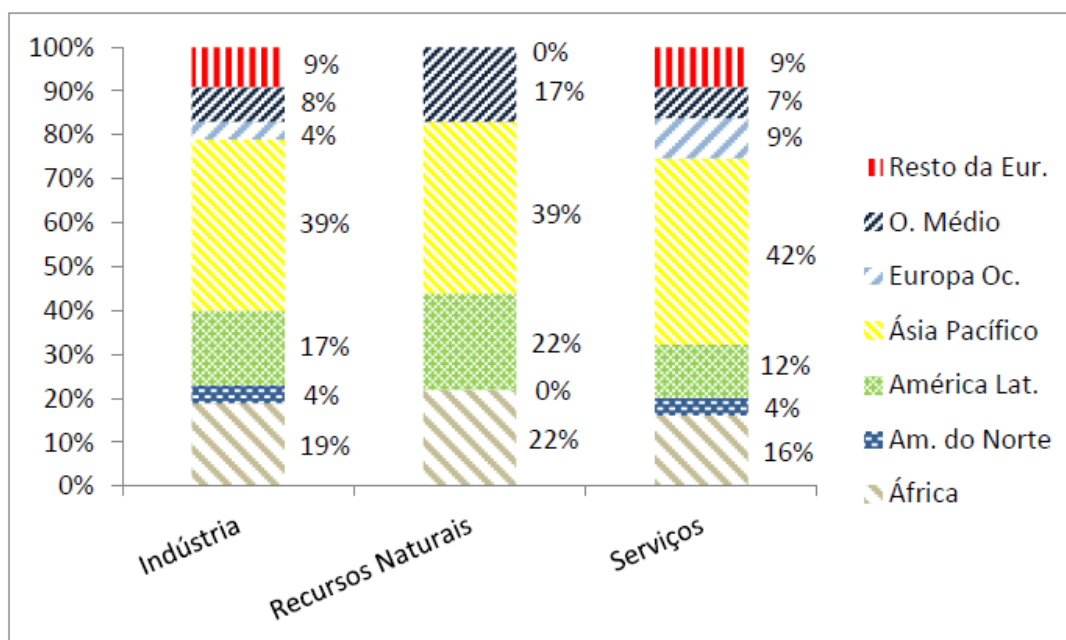


Fonte: UNCTAD *apud* APEX-BRASIL, 2012, p. 27

(*) 1990 = 100

A China tem buscado investimentos em várias partes distintas do mundo para sanar suas necessidades internas de abastecimento. No Gráfico 20, é possível visualizar onde estão empenhados os investimentos chineses. A região da Ásia-Pacífico aparece à frente das demais regiões do mundo como principal destino dos investimentos chineses. Assim, cerca de 39% do total aplicado pela China em recursos naturais e indústria são destinados a essa região. Feita essa observação pode-se notar que África e América Latina aparecem logo em seguida, o que se justificaria pelo lado dos recursos naturais, pela busca chinesa em abastecer o mercado interno, e no caso da indústria pela oportunidade de entrar na concorrência de mercados pouco desenvolvidos industrialmente - exceto pelo caso do Brasil e do México, e talvez em menor medida a Argentina na América Latina, pois estes possuem um grau maior de industrialização que os demais - ou com um grande potencial de mercado a ser conquistado. O setor de serviços segue a mesma lógica dos outros dois, Ásia-Pacífico com 42% dos investimentos, seguidos por América Latina e África.

Gráfico 20 - Distribuição Setorial e Regional dos Investimentos Chineses (Dados em %).



Fonte: HAMATSU, 2013, p. 79

A sessão seguinte versará sobre os fluxos de IDE da China para o Brasil, quais os principais investidores chineses no Brasil, e em que regiões e setores há prioridade para aplicação de recursos por parte desses.

5.3.1 Fluxos de IDE chineses para o Brasil

Para manter seu acelerado processo de crescimento econômico a China tem grande necessidade de *commodities*, tais como Petróleo, para abastecer sua economia. Nesse sentido o processo de internacionalização chinesa acaba sendo de algum modo direcionado. As empresas locais seguem rumo a outras direções com intuito de complementar as necessidades apresentadas pelo mercado interno. O Brasil busca encontrar na China mais que um parceiro comercial, um parceiro estratégico que possibilite ao país, através de seus IDE, obter ganhos que permitam evoluir economicamente, desenvolvendo as relações internacionais do país. Por outro lado, a China visa abastecer seu mercado interno, para oferecer amparo à continuidade de seu crescimento econômico acima dos níveis mundiais.

Segundo a CEBC (2013, p. 41) não há uma política definida, tanto por parte do governo brasileiro no que diz respeito a captação de investimentos chineses, quanto do governo

chinês no que diz respeito aos investimentos realizados no Brasil. Entretanto, algumas hipóteses podem ser apontadas como possíveis formas de direcionamento. O primeiro deles relacionar-se-ia ao grande volume de comércio entre os dois países, uma vez que a China tornou-se o maior parceiro comercial brasileiro no fim da década de 2000, fato que, por si só, geraria uma expectativa de que houvessem maiores investimentos dentro de um determinado período de tempo.

Um segundo fator que poderia ser sinalizado, trata da crise de 2008. Esta espalhou-se por várias partes do globo, afetando diretamente alguns mercados consumidores que a China tinha como objetivo investir. Com a lucratividade em ‘xeque’ as empresas chinesas direcionaram-se para os mercados em desenvolvimento, dentre os quais o Brasil, em busca de recuperar o espaço que almejavam encontrar na União Europeia e nos Estados Unidos – dois dos mais afetados pela crise -, principalmente. A queda do valor dos ativos das firmas dos países afetados pela crise representou para a China a oportunidade de adquirir companhias no exterior, expandindo seu campo de atuação, comprando essas empresas no todo ou parcialmente. Por fim, além da já citada procura chinesa por *commodities* ao redor do planeta, há ainda, no caso específico brasileiro, de se relatar que a ascensão de um novo e grande contingente de pessoas, com mais poder aquisitivo, nos anos 2000, pode funcionar como um ‘chamariz’, como mercado, para atração do capital chinês para o Brasil. A existência de novos mercados a serem explorados, a partir do Pré-Sal ou Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por exemplo tornou o Brasil mais interessante economicamente para a migração de cada vez mais empresas estrangeiras (CEBC, 2013, p. 41-42).

A Tabela 14 mostra um grande avanço do fluxo de IDE chinês para o Brasil, chegando ao cume no ano de 2010. Ao levar-se em conta uma comparação as médias obtidas para a primeira metade da década e para a segunda metade dos anos 2000 vê-se que houve uma expansão de US\$ 9,7 milhões para US\$ 38,4 milhões, valor substancialmente maior que o dobro. Entretanto, analisando-se a terceira coluna vê-se que até o ano de 2010 a China ainda não figurava como um dos principais parceiros brasileiros no que diz respeito aos investimentos, estando apenas em 20º no ranking dos maiores investidores, com uma participação equivalente a 0,75% do total (ACIOLY *et al.*, 2011b, p. 332-333).

Tabela 14 - Brasil: Fluxo de IDE e de IDE chinês e participação percentual- 2001/2010 (US\$ milhões)

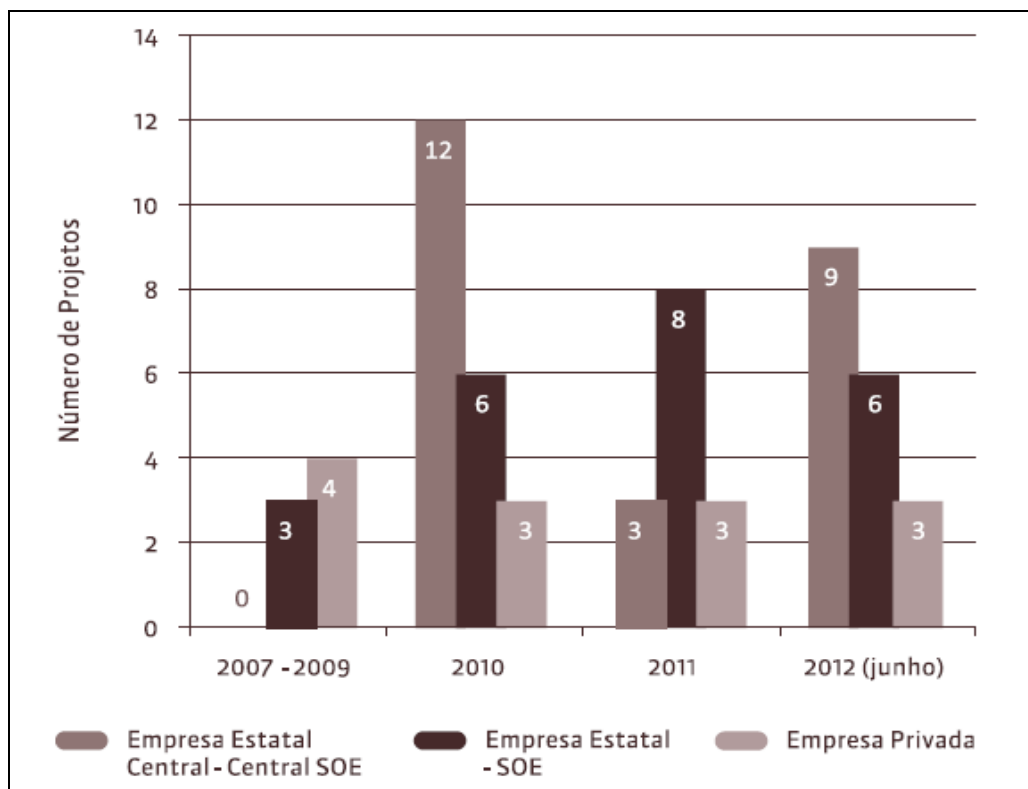
Ano	Total	China	%
2001	21.042	28,1	0,13
2002	18.778	9,7	0,05
2003	12.902	15,5	0,12
2004	20.265	4,4	0,02
2005	21.522	7,6	0,04
Média (2001-2005)	20.265	9,7	0,05
Desvio Padrão	3.511	9,0	0,05
2006	22.231	6,7	0,03
2007	33.705	24,3	0,07
2008	43.886	38,4	0,09
2009	30.444	82,0	0,27
2010	52.607	392	0,75
Média (2006-2010)	33.705	38,4	0,09
Desvio Padrão	11.854	161	0,3

Fonte: BCB *apud* ACIOLY e outros, 2011b, p.332

Na segunda metade da década de 2000 muitas empresas chinesas demonstraram interesse em ingressar no mercado brasileiro. Dentre os projetos apresentados havia o interesse de empresas diretamente ligadas ao Estado, as chamadas *Central State-Owned Enterprises* (Central SOE), que são 117 grandes corporações que atuam em setores considerados estratégicos pelo governo chinês, sendo supervisionadas por uma comissão com status ministerial denominada *Stated-Owned Assets Supervision Commission* (SASAC). No esforço de internacionalização, também estão presentes as empresas privadas chinesas, onde não há participação estatal (CEBC, 2013, p. 42).

Grande parte dos projetos de IDE vindos da China para o Brasil entre o período de 2007 a 2012 eram oriundos de empresas ligadas de algum modo ao Estado, seja Central SOE ou SOE (empresas estatais: *state owned enterprises*), somando quase 80% do total dos projetos de investimento apresentados.

Gráfico 21 - Evolução dos projetos por estrutura de propriedade (2007 - 2012)



Fonte: CEBC, 2013, p. 44

A evolução dos projetos por estrutura de propriedade pode ser visualizada no Gráfico 21, podendo-se notar que somente a partir do ano de 2010 começam a ser apresentados os projetos de investimento de empresas ligadas ao governo central, centradas nos setores de mineração e energia¹¹. Para a CBEC (2013, p. 43) o grande interesse por parte de empresas ligadas diretamente ao Estado central chinês em ingressar no Brasil “pode ser considerada um indicativo de um interesse estratégico por parte do governo chinês na relação econômico-comercial como Brasil”.

Grandes empresas chinesas trouxeram atividades para o Brasil, dentre elas algumas das consideradas fundamentais para a base de sustentação da economia chinesa. O Quadro 5 mostra alguns investimentos realizados por empresas chinesas no Brasil, entre estatais e privadas, um grande aporte de capitais foi realizado. A Sinopec, petroleira chinesa, chegou ao mercado no ano de 2010 ao adquirir 40% das operações brasileiras da Repsol, por quantia superior a US\$ 7 bilhões. Em 2011 voltou a investir, adquirindo 30% da Galp no Brasil, por US\$3.5 bilhões, realizando também investimentos no grupo

¹¹ O ANEXO E mostra a presença de empresas chinesas no Brasil, considerando projetos e entradas no período entre 2010 e os anos posteriores.

X, através da OGX. Outra companhia ligada também ao setor petrolífero, a Sinochem, comprou no ano de 2010 parcela das atividades da empresa norueguesa Statoil no Brasil, especificamente do campo de Peregrino, área do Pré-Sal.

O setor automobilístico é outro que despertou grande interesse dos chineses, a Chery, maior montadora chinesa de automóveis, se estabeleceu no interior de São Paulo, com um investimento de US\$ 400 milhões em unidade que deve começar a operar em 2014. A JAC *motors*, produtora de automóveis e chassis de ônibus e caminhões, possui cerca de 70 concessionárias no Brasil e optou pelo interior da Bahia para implantar a sua fábrica, investindo cerca de US\$ 900 milhões no pólo industrial de Camaçari, com expectativa de começar a operar, assim como a rival chinesa, também em 2014. Uma terceira empresa, Haima, também produtora de automóveis, assinou protocolo de intenções para se instalar no interior do Espírito Santo, em Linhares, com aporte inicial de US\$ 300 milhões. Também atuando no setor, mas produzindo motocicletas e motores, a *Zongshen* adotou uma estratégia diferente, associando-se à companhia brasileira CR Motors e criando uma subdivisão no Brasil chamada de CR *Zongshen*, ao custo inicial de US\$ 80 milhões.

No setor de mineração quatro empresas entraram no mercado brasileiro: *Honbridge Holdings*; *Wuhan Iron An Steel Group*; *East China Mineral Exploration & Development Burea*; *China Metallurgical Investment Australia*. Juntas essas empresas investiram quase US\$ 2bilhões, possuindo programados investimentos superiores a US\$ 10 bilhões. A primeira comprou o ‘Projeto Salinas’ do Grupo Votorantim por US\$ 390 milhões, a segunda arrematou 20% das ações da MMX por US\$ 400 milhões, sendo o foco principal da empresa investimentos no Porto do Açu, a terceira adquiriu a mineradora Itaminas, juntamente a todas as suas minas de ferro, visando o potencial de produção da empresa. A última delas, comprou 70% da Brasil Nordeste Minerações Ltda, passando a ter acesso as grandes reservas de minério na Paraíba e no Ceará (ACIOLY *et al.*, 2011b, p. 336-339; BARBOSA, 2013).

No setor de equipamentos pesados, dois investimentos merecem destaque, a *Sany Heavy Industries* e a *Xuzhou Construction Machinery Group (XCMG)*. A *Sany* se instalou na região metropolitana do Vale do Paraíba, com investimentos de cerca de US\$ 200 milhões, que consolidaram a presença da firma no país. Com as atividades iniciadas no

ano de 2007, como importadora de equipamentos, a empresa investiu na virada da década para nacionalizar sua produção. A XCMG aplicou cerca de US\$ 340 milhões em uma nova unidade fabril na cidade de Pouso Alegre, no interior Minas Gerais, com a produção e venda de máquinas pesadas iniciadas em 2014. O objetivo da empresa é ‘saltar’ do oitavo para o terceiro lugar mundial no ramo em que atua.

Outros dois setores importantes nos quais a China investe no Brasil são o de produção energética e agrícola. No setor energético a *State Grid Corporation of China* (SGCC) efetuou a aquisição de sete ativos de transmissão de energia elétrica da espanhola ACS, que estão situados em dez Estados ao redor do Brasil, possuindo quase 3 mil quilômetros de extensão. Para tanto, a empresa que ocupa o posto de segunda maior estatal chinesa e maior distribuidora de energia desembolsou cerca de US\$ 950 milhões. No setor de agronegócios quatro empresas chinesas se destacam por entrar no mercado local: *China National Agricul. Development*; *Grupo Pallas Internacional* e *Chong Qing Grain* traçam planos para adquirir terras no Brasil para produção de soja, fertilizantes, dentre outros.

Quadro 5- Empresas chinesas operando no Brasil

Empresa	Setor	Ano de Entrada
Sinopec	Petróleo	2010
Sinochem	Petróleo	2010
Chery	Automotivo	2010 (começando a operar em 2014)
JAC	Automotivo	2010 (começando a operar em 2014)
Haima	Automotivo	Assinou Protocolo de intenções para começar a operar em 2014
CR Zongshen	Automotivo	2009
Wuhan Iron An Steel Group Co.	Mineração	2009
Honbridge Holdings	Mineração	2010
East China Mineral Exploration & Development Burea	Mineração	2010
State Grid Corporation of China (SGCC)	Energia	2010
CNADC	Agricultura	2010
Grupo Pallas Internacional	Agricultura	2010
Chong Qing Grain	Agricultura	2011
Grupo Beidahuang	Agricultura	2011
Sany Heavy Industries	Equipamentos Pesados	2007
Xuzhou Construction Machinery Group (XCMG)	Equipamentos Pesados	2011

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de: ACIOLY e outros, 2011b, p. 336-339; BARBOSA, 2013; APEXBRASIL, 2012, p. 45

As empresas listadas no Quadro 5 são apenas algumas das que manifestaram interesse em atuar em solo brasileiro. No setor financeiro, um Consórcio internacional formado pelos Fundos Soberanos da China (CIC), de Cingapura (GIC) e de Abu Dhabi(ADIC) firmou acordo para obter participação nas atividades do BTG Pactual e o Banco de Desenvolvimento da China (BDC) concedeu um empréstimo à Petrobrás, que serviu de intermédio para um acordo de fornecimento entre a estatal brasileira e a estatal chinesa de petróleo Sinopec (ACIOLY *et al*, 2011b, p. 335). Outras empresas como ZTE, Huawei, Lenovo, HSBC (*Hong Kong and Shanghai Banking Corporation*) e a taiwanesa Foxconn já atuavam, de maneira bem sucedida, no mercado brasileiro antes dessa grande movimentação ocorrida ao fim da década de 2000. Além destes, que poderiam ser listados como grandes investimentos, também há de se lembrar o grande fluxo de chineses se mudando para o Brasil para abrir pequenas empresas ou trabalhar nas filiais brasileiras ou até mesmo outras empresas menores que vem em suporte as maiores.

Tabela 15 - Investimentos Chineses no Brasil por região

Investimentos Chineses no Brasil por região (2003 - 2011)		
Região	Valor (US\$)	Part. (%)
Sudeste	24.866.400.000	67,1
Sudeste/Nordeste	2.600.000.000	7,0
Sudeste/Centro-Oeste	1.726.000.000	4,7
Norte	2.283.890.192	6,2
Nordeste	2.066.766.471	5,6
Sul	195.511.429	0,5
Não Especificado	3.321.241.860	9,0
Total	37.059.809.951	100,0

Fonte: Elaboração própria, 2014 com base em dados de BRASIL, 2013

Através da Tabela 15 pode-se notar que grande parte dos investimentos chineses no Brasil tem se concentrado na região Sudeste. Segundo dados de BRASIL (2013) levando em consideração tão-somente os investimentos designados ao Sudeste, os setores de metais e petróleo, gás e carvão responderam por 94,15% do volume revelado. Ao todo, foram 23 operações divulgadas. Levando em consideração os Estados separadamente, o Rio de Janeiro obtém maior destaque.

O ingresso de investimentos externos no Brasil, por um lado, influi positivamente na economia local, promovendo grande progresso nas localidades onde estes são destinados. A instalação da XCMG, na cidade de Pouso Alegre, por exemplo, trouxe grandes benefícios ao município, com atração de outras empresas - de setores diversificados - e crescimento vigoroso do PIB municipal. Por outro lado, alguns investimentos realizados em determinados setores podem representar relativa ameaça à economia doméstica, como no caso das montadoras de automóveis. O setor no Brasil que é caracterizado por investir alto na categoria de carros populares, passou a enfrentar a forte concorrência chinesa, que chegou ao Brasil para atuar exatamente nesta segmentação, oferecendo preço e condições melhores para o consumidor, o que irá obrigar uma readaptação das firmas atuantes no mercado nacional para enfrentar a competição. Outra movimentação importante que tem chamado atenção trata das compras de terras nacionais por empresas chinesas. A aceleração das aquisições ocorridas nos Estados da Bahia e de Goiás por grupos chineses levou o governo a se mover e agir para tentar limitar as aquisições estrangeiras em solo nacional, mesmo movimento traçado por países como Canadá e Austrália (ACIOLY *et al.*, 2011b, p. 344-345, CBEC, 2012, p. 26).

A ampliação das relações econômicas e políticas entre Brasil e China está se configurando em um cenário contraditório a partir de uma totalidade fortemente complexa. Essa dinâmica traz consigo oportunidades para o Brasil no curto e médio prazo, mas que, se não forem bem aproveitadas, poderão representar ameaças, sobretudo no longo prazo, como a perda de participação das exportações brasileiras em terceiros mercados para a China, desadensamento da estrutura produtiva nacional e perda do controle estratégico sobre fontes de energia (petróleo) e de recursos naturais (terras e minas), além do aumento da vulnerabilidade externa estrutural. Não são poucos os desafios que estão postos para a construção de uma relação de benefício mútuo entre o Brasil e a China. (ACIOLY *et al.*, 2011b, p. 344).

A entrada chinesa em alguns setores ditos estratégicos tem preocupado o governo brasileiro, que começa a buscar meios de proteger o seu mercado interno, ao mesmo tempo em que torna os investimentos chineses um fator mais positivo do que negativo, no sentido de evitar prejuízos não somente as empresas nacionais como também de perder espaços estratégicos conquistados ou vislumbrados em outros países.

No quadro 6 são apresentadas algumas táticas plausíveis para que o Brasil consiga superar os obstáculos que estão sendo e serão colocados pelo aumento da presença chinesa no país. Acioly e outros (2011b, p. 347-348) versam sobre o posicionamento que o Brasil deve ocupar nas relações com a China para que não fique relegado a uma posição submissa e tire o maior proveito possível dos investimentos chineses que desembarcam dia após dia em solo brasileiro, e não somente, mas também façam valer a posição de parceria para que reclamem da China posicionamento favorável a antigas demandas brasileiras em importantes instituições do cenário global, tais como o Conselho de Segurança da ONU.

Quadro 6- Estratégias de Enfrentamento disponíveis ao governo brasileiro para se sobressair nas relações bilaterais com a China

1. Utilizar mais ativamente os instrumentos disponíveis de defesa comercial no âmbito da OMC (antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas).
2. Negociar com o governo chinês o estabelecimento de condições isonômicas para entrada de operação das empresas brasileiras na China.
3. Avançar nos instrumentos de regulamentação, regulação e fiscalização da compra de terras e de recursos naturais pelos chineses, adequando esses investimentos às estratégias de desenvolvimento e de inserção internacional da economia brasileira.
4. Criar instrumentos de regulamentação e regulação do IDE em função das prioridades da política industrial:
 - a) para os segmentos do agronegócio, do minério e aço e do petróleo, é preciso desenvolver instrumentos para que se busque agregar valor na cadeia de produção no território nacional. As empresas chinesas que operam no Brasil no segmento do agronegócio, por exemplo, não podem exportar apenas soja em grãos, mas devem contribuir para a exportação dos produtos industrializados dessa cadeia produtiva; e
 - b) para a manufatura (automóveis, eletroeletrônica, motocicletas e equipamentos), faz-se necessário requerer maior conteúdo local (firmas brasileiras) na produção de peças e componentes, sob o risco de se promover um tipo de fragmentação da produção que não traz externalidades positivas sobre outros setores/atividades e mesmo sobre a articulação produtiva das regiões brasileiras.
5. Configurar instrumentos institucionais que possibilitem uma gestão da política cambial e monetária adequada a uma visão de longo prazo - promoção das exportações e controle das importações -, embora considere também as particularidades oriundas do curto prazo - inflação. Além disso, é preciso aumentar o crescimento com estabilidade de preços, endurecendo a crítica e os instrumentos de defesa contra os efeitos deletérios da guerra cambial entre China e Estados Unidos - desvalorização do dólar em relação às outras moedas, com a exceção chinesa que adota estratégia reativa de atrelamento de sua moeda ao dólar. Esse processo provoca abundância de dólares no mercado mundial – aumento de liquidez – que se destinam, especialmente, aos países emergentes. Isso provoca valorizações das moedas locais, dificultando a competitividade de suas exportações.
6. Aprofundar a industrialização brasileira por meio da ampliação das fontes de financiamento de setores estratégicos para o desenvolvimento de atividades indutoras de mudanças e de difusão da inovação tecnológica.
7. Ampliar a cooperação tecnológica com a China no campo aeroespacial e na área de energia limpa, criando projetos específicos que permitam a transferência de tecnologia chinesa assim como realizado pelo projeto CBERS – desenvolvimento de satélites de observação da Terra.

8. Criar mecanismos que acelerem a complementaridade produtiva e integração da infraestrutura sul-americana e aprofundem as instituições regionais, especialmente o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Assim como fez a política chinesa com o Leste Asiático, a integração produtiva deve estar associada a mecanismos garantidores da presença brasileira no subcontinente com aumentos de produtividade e redução das assimetrias entre os países.

Fonte: ACIOLY e outros, 2011b, p. 347-348

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações bilaterais, como um todo, constituem um aspecto fundamental na relação entre países, sejam estes próximos geograficamente como Brasil e Argentina ou distantes como Brasil e China. A busca por uma maior integração internacional tem feito parte das principais políticas mundiais há muito tempo, e o caminho a ser traçado para obter bons acordos diverge de país para país e região para região. Historicamente, alguns estudiosos, como Ricardo (1979), propõe uma inserção aberta, liberal, outros como Prebisch e Singer (1950) pregam uma maior ‘defesa’ do mercado interno, como meio de evitar que desníveis econômicos - e de desenvolvimento - sejam prejudiciais a determinadas economias.

No decorrer desta pesquisa foram expostas avaliações acerca das relações bilaterais de comércio e investimentos entre Brasil e China, dois dos países que passaram por grande processo de transformação econômico nas últimas décadas. Modificou-se o panorama econômico, financeiro, industrial e geopolítico desses dois países em relação ao restante do mundo. Surgiu a perspectiva - gerando grande otimismo - por parte de outras economias em investir e se relacionar, de forma acentuada, com as economias do Brasil e China.

Após um longo período de relações comerciais, e até mesmo político-econômicas, inexpressivos e duas décadas de rompimento total, os anos 1970 marcaram o reinício das relações políticas entre Brasil e China. No fim desta mesma década com a abertura comercial chinesa houve uma reaproximação também no que diz respeito às relações bilaterais de comércio e investimentos, que mesmo de forma modesta e aquém do esperado pelos governos de ambos países pode ser considerado o marco inicial para as relações entre eles.

A década de 1980 sinalizou com um breve esmorecer das relações comerciais. Foi a dita década perdida para economia brasileira e de fase de consolidação do processo de abertura político-econômica chinesa. No fim desta mesma década foi a vez do Brasil dar início à sua versão de processo de abertura econômica, realizando uma guinada neoliberal que, entre outros aspectos, promoveu profundas modificações no setor

industrial brasileiro e impactou diretamente na economia local, que passou a receber investimentos externos de empresas mais competitivas do que as locais.

O começo dos anos 1990 foi de poucas mudanças para as relações entre os dois países, tendo pouco sinal de melhora na segunda metade desta mesma década com o processo de estabilização monetária brasileiro conduzido por intermédio do Plano Real. Entretanto, o que vale destaque de fato, seria o período posterior, os anos 2000, época em que a China aderiu à OMC e modificou completamente o panorama comercial e político internacional. Após a adesão chinesa à OMC, viu-se um aumento significativo da colaboração entre Brasil e China, seja no que diz respeito ao comércio, aos investimentos ou geopolítica por intermédio dos BRICS.

A China se tornou em pouco tempo, uma década precisamente, o maior parceiro comercial do Brasil ultrapassando tradicionais parceiros, como a vizinha Argentina e a Alemanha, e assumindo o posto anteriormente ocupado pelos Estados Unidos, como maior parceiro. O mesmo processo pode ser notado no que diz respeito aos investimentos diretos, nestes, a China também apresentou substancial crescimento, com suas empresas, estatais, mistas ou privadas, aumentando consideravelmente aplicações em território brasileiro, bem como, pelo lado contrário algumas poucas empresas brasileiras buscaram ampliação de seus horizontes se instalando no imenso mercado chinês.

Pode-se ter dimensão deste aumento quando se observa que no começo dos anos 1990 o Brasil exportava para a China US\$ 0,381 bilhão já no fim da década de 2000 este valor era de US\$ 30,785 bilhões. Já no que diz respeito aos investimentos, que se intensificaram após 2001, o fluxo chinês para o Brasil apresentou cerca de US\$ 28 milhões em 2001, alcançando cifras superiores a US\$ 390 milhões, ao final da década, valores que aumentaram, e seguem aumentando, consideravelmente nos anos seguintes, marcando o direcionamento de um número cada vez maior de empresas chinesas ao Brasil.

Contudo, embora esta ampliação das relações bilaterais de comércio e de investimentos tenha proporcionado muitos ganhos ao Brasil - grande parte destes através do Efeito China - capazes até mesmo de colaborar para que o país resistisse aos efeitos da maior

crise econômica vista pelo mundo nas últimas décadas, surgiu uma nova questão a ser resolvida pelo governo brasileiro, a da desindustrialização e reprimarização. Para alguns autores, como Salama (2012), o Brasil enfrenta hoje um processo precoce e acelerado de desindustrialização, principalmente em virtude da baixa capacidade competitiva do setor manufatureiro brasileiro frente ao chinês, que conta com condições distintas de produtividade, salários mais baixos que no Brasil e, por conseguinte, diferenciais de custo unitário do trabalho, dentre outros. O processo de desindustrialização brasileira pode ser visto quando observada a pauta comercial do país, onde o setor manufatureiro vem perdendo a cada dia mais espaço para a produção de bens primários. Para alguns autores, como Bresser-Pereira (2010), este processo não necessariamente representaria um malefício para as economias afetadas, contudo apontam caminhos a adotar no sentido de neutralizar os efeitos da mesma.

No que diz respeito aos investimentos há efeito parecido: locais onde as empresas chinesas se estabelecem, muitas vezes com vultuosos investimentos, apresentam um acelerado nível de crescimento e tem-se aproveitado da chegada dessas companhias para captar novas firmas interessadas, promovendo o desenvolvimento econômico local, casos de Jacareí no Estado de São Paulo e Pouso Alegre no Estado de Minas Gerais, por exemplo. Outrossim, esse aporte de IDE oriundos da China tem representado riscos a alguns setores do mercado brasileiro, como o de automóveis.

A entrada chinesa em setores do mercado considerados estratégicos pelo governo brasileiro tem levantando a questão de que além da ameaça externa que representa a concorrência dos produtos chineses há também um risco interno iminente, que coloca em perigo o controle de recursos e o desenvolvimento da indústria manufatureira brasileira. Neste cenário, vê-se que o Brasil tem encontrado dificuldades para lidar com a concorrência externa chinesa (mesmo em tradicionais parceiros comerciais como na América do Sul, e também internamente) para fazer valer uma relação de benefícios mútuos com os chineses que aqui aportam.

Para atenuar as prováveis externalidades negativas nas relações entre os dois países, o Brasil precisa adotar estratégias em sua defesa econômica. A melhor utilização de mecanismos internacionais, modernização da regulamentação atual sobre atuação em determinados mercados, nacionalização da produção, relação de isonomia para com as

empresas brasileiras, apoio aos desenvolvimentos tecnológico e industrial (ACIOLY *et al.*, 2011b, p. 347-348), além de outras são algumas das políticas e táticas, que poderiam ser adotadas pelo governo brasileiro para conseguir equilibrar as relações bilaterais de comércio e investimentos com a China, revertendo o atual cenário de preocupações e mesmo pessimismo em algumas análises.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P. (Org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana: 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989. 456 p.
- ACIOLY, L.; ALVES, M. A. S.; LEÃO, R. P. F. **A internacionalização das empresas chinesas**. 2009. Brasília. IPEA. (Nota técnica). Disponível em: <<http://www.cbcde.org.br/home/files/biblioteca/16.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- ACIOLY, L. **Brasil, China e Índia: o investimento direto externo nos anos noventa**. 245 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.
- ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. **Relações bilaterais Brasil - China: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil**. 2011a. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/5867110408_estudochinaipeamre.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M. China e Brasil: oportunidades e desafios. In: LEÃO R. P. F.; PINTO E. C.; ACIOLY L. (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011b. Capítulo 8.
- AEB. **Radiografia do comércio exterior brasileiro: passado, presente e futuro**. 2012. Disponível em: <<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2014.
- ANDRIOLI, V. M. **Maldição dos recursos naturais e exploração da camada pré-sal: ponto de decisão para o desenvolvimento brasileiro**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- APEX-BRASIL. **A internacionalização da economia chinesa - a dimensão do investimento direto**. 2012. Disponível em: <http://www2.apexbrasil.com.br/media/estudo/3BCCCHINAINVESTIMENTOS_20130524125305.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2014.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith in Beijing: lineages of the 21st century**. London: Verso. 2007.
- AQUINO, F.V.; COLOMBI, A. P. F. **A persistência da vulnerabilidade externa no atual modelo de inserção internacional brasileiro**. San Carlos de Bariloche, 2012. Disponível em: <<http://www.aahe.fahce.unlp.edu.ar/jornadas-de-historia-economica/iii-cladhe-xxiii-jhe/ponencias/Aquino%20Colombi.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- ATSUMI, S. Y. K. **Estratégias de internacionalização de empresas brasileiras: o processo de investimento externo direto**. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2006.

BARBOSA, D. 10 empresas chinesas com operação no Brasil. **Revista Exame**, São Paulo, 14 mar. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/10-empresas-chinas-com-operacao-no-brasil#1>>. Acesso em: 28 maio 2014.

BAUMANN, R., (Org.). **O Brasil e os demais BRICs - comércio e política**. Brasília, DF: CEPAL, IPEA, 2010. 180 p. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/7/39967/O_Brasil_e_os_demais_BRICs.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - BCB. **Indicadores econômicos consolidados**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INDECO>>. Acesso em: 03 dez. 2013.

BECARD, D. S. R. O que esperar das relações Brasil-China?. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, nº suplementar, p. 31-44, nov. 2011.

BELLUZZO, L.G.; CARNEIRO, R. O paradoxo da credibilidade. **Política econômica em foco (PEF)**, Campinas, São Paulo, n. 2, p. 1-10, set./dez., 2003.

BIATO JUNIOR, O. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010. 440 p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. **Estatísticas brasileiras de comércio exterior**. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br//index/home>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

_____. **Temas políticos e relações bilaterais: China**. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/asia-e-oceania/china/pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: _____. **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: FGV, 2010. p. 117-153.

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. (Org.). **Os anos LULA: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond. 2010. p. 109-131.

CEBC. **Empresas brasileiras na China: presença e experiências**. 2012. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_presenca_das_empresas_brasileiras_na_china_-_presenca_e_experiencias.pdf>. Acesso em: 23 maio 2014.

_____. **Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012**. 2013. Disponível em: <http://www.cebc.org.br/sites/default/files/pesquisa_investimentos_chineses_2007-2012_-_digital_1.pdf>. Acesso em: 24 maio 2014.

CLARK, C. **The conditions of economic progress**. London: Macmillan; New York: St. Martin's Press, 1957. 720 p.

COUTINHO, E. S.; LANA-PEIXOTO, F.V.; R. FILHO, P. Z.; AMARAL, H.F. De Smith a Porter: um ensaio sobre as teorias de comércio exterior. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 101-113, out./dez. 2005.

CUNHA, S. F. **Investimento direto externo e comércio exterior da China nos anos 1990 e 2000**. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

DUNNING, J. H.; LUNDAN, S. M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2. ed. Cheltenham (UK): Edward Elgar Publishing, 2008. 920 p.

FAUSTINO, H. C. **O modelo de base de Heckscher – Ohlin e os principais teoremas**. 1989. Disponível em: <<http://pascal.iseg.ulisboa.pt/~faustino/textos/wpmodhoteor.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2014.

FRISCHTAK, C. R. Os caminhos do desenvolvimento: antigas questões e novas perspectivas. In: SICSÚ, J. (Org.). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2009. 252p.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GIAMBIAGI, F.; ALMEIDA, P.R. Rumores exagerados sobre a “morte do Consenso de Washington”. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo, v. 3, n. 5, jul. 2004.

GONÇALVES, R. **A teoria do comércio internacional: uma resenha**. 2014. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/texto_no._3_resenha_comercio_internacional.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2014.

GURRIERI, A. **La obra de Prebisch en la CEPAL**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

HANONES, F.F. **Desindustrialização no Brasil: um processo natural ou precoce do seu desenvolvimento econômico?** 2012. 71 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, Brasília, 2012.

HAMATSU, N. K. **O processo de internacionalização das empresas de Brasil, China e Índia no período recente**. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

HARDING, H. **China's second revolution – reforms after Mao**. Washington DC: The Brookings Institution Press. 1987.

JULIBONI, M. Apenas 56 empresas brasileiras atuam na China, segundo CEBC. **Revista Exame**, São Paulo, 14 mar. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/apenas-56-empresas-brasileiras-atuam-na-china-segundo-cebc?page=1>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

KAY, C. Teorías latino-americanas del desarrollo. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, Argentina, n. 113, p. 101-113, maio/jun. 1991.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **International economics: theory and policy**. 8. ed. Boston, USA: Pearson International, 2008. 712 p.

LEDERMAN, D.; MALONEY, W. F. **In search of the missing resource curse**. 2008. Disponível em: <<http://www.cid.harvard.edu/Economia/papers/Yale%202008/Lederman%20et%20Maloney%20april%202008.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

LIMA, F.S. **As reformas estruturais na China após 1978: a abertura da economia**. 2005. 33 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LINS, V. F. **Doença holandesa: evolução do conceito e o caso brasileiro**. 2012. 88 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, Salvador, 2012.

LUI, A.K.L. **A trajetória desenvolvimentista chinesa e os aspectos do comércio entre Brasil e China**. 2010. 76 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2010.

MÓDOLO, D. B. O investimento direto externo realizado por China, Índia e Brasil: uma análise comparativa. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, v. 25, n. 2, p. 101-120, jan./jun.2011.

MORAES, A. L. M. **Liberalização econômica da China e sua importância para as exportações do agronegócio brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

MORTATTI, C. M. **Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação do modelo VAR**. 2009. 97 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), Piracicaba, 2009.

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006. (Textos para discussão, n. 108). Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/td/td-108.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2014.

OCAMPO, J. A. Mas allá del consenso de Washington: una visión desde la CEPAL. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 66, p. 7-28, dez. 1998.

OECD. **Chinese economic performance in the long run - second edition, revised and updated: 960-2030 AD.** Paris, 2007.

OLIVEIRA, A. L. S. **O investimento direto das empresas chinesas no Brasil- um estudo exploratório.** 2012. 233 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção (COPPE), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C.A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 219-232, abr./jun. 2010.

OREIRO, J. L.; MARCONI, N. **Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira.** 2012.

Disponível em:

<<http://joseluisoreiro.com.br/site/link/b88d53c8ef5a5d80cf6be747a6e11521c1007dc7.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

PAIVA, C. A. N.; CUNHA, A. C. **Noções de economia.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. 452 p.

PALMA, J. G. **Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”.** São Paulo: FIESP, 2005.

PESSOA, E.; MARTINS, M. Revisitando a teoria do ciclo do produto. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 307-329, maio-ago. 2007.

PINTO, E. C. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: LEÃO R. P. F.; PINTO E. C.; ACIOLY L. (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: IPEA, 2011. Capítulo 1.

PREBISCH, R. **The economic development of Latin America and its principal problems.** NY: United Nations, Lake Success, 1950.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento Latino-Americano.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968. 206 p. (Perspectivas do nosso tempo).

PUGA, F.; NASCIMENTO, M. **O efeito China sobre as importações brasileiras.**

Visão do desenvolvimento. dez. 2010. (BNDES, n. 89). Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/visao/visao_89.pdf>. Acesso em: 13 mar 2014.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção Os pensadores).

ROWTHORN, R.; RAMASWAMY, R. **Growth, trade and deindustrialization.** Washington D.C.: International Monetary Fund, 1999 (IM staff papers, n. 46).

ROWTHORN, R. E.; WELLS, J. R. **De-industrialization and foreign trade**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

SALAMA, P. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p.229-251, jan./jun. 2012.

SILVA, D. B. L. **O Impacto da abertura comercial sobre a produtividade da indústria brasileira**. 2004. 34 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Finança Empresarial) - Escola de Pós Graduação em Economia, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

SINGER, H. W. The distribution of trade between investing and borrowing countries. **American Economic Review**, Broadway, USA, v. 40, n. 2, p. 473-485, maio 1950.

SOUZA, A.R.S. **As relações entre a reforma do estado e a dominação do capital na china**: as transformações pós-1978.2007. 367 f. Tese (Doutorado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOUZA, F. H. **Protecionismo, salários reais e emprego no Brasil**. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

STAL, E.; CAMPANÁRIO, M. A. Empresas multinacionais de países emergentes: o crescimento das multilatinas. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, Portugal, v. 15, n. 1, p. 55-73, abr. 2010.

STIGLITZ, J. **Globalization and its discontents**. New York: W.W. Norton & Company, 2003. 304 p.

SWART, J. **Comércio internacional e desenvolvimento econômico na obra de Prebisch**. 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TAVARES, M.C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. 10. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Ensaio sobre a economia brasileira).

THORSTENSEN, V.; CASTELAN, D.R.; RAMOS, D.; MULLER, C. ; STUCCHI, J. A. ; NOGUEIRA, T. Investimentos. In: THORSTENSEN, V.; OLIVEIRA, I. T. M. (Org.). **Os BRICS na OMC**: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Brasília: IPEA, 2012.

TORRES, R. L.; SILVA, H. C. Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA ANPEC, 40., 2012. **Anais...** Porto de Galinhas: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2012. p. 1-20. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro/2012/inscricao/files_I/i8-5033012422c5212f0f02dcf0a55176d7.pdf>. Acesso em: 14 maio 2014.

TREGENNA, F. "Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally". **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, England, v. 33, p. 433-466, maio 2009.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. **Trade and development report 2008**. New York: United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/tdr2008_en.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2013.

_____. **World investment report 2011**. New York; Geneva: United Nations Conference on Trade and Development, 2011. Disponível em: <<http://www.unctad0docs.org/files/UNCTAD0WIR-20110Full0en.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

VERÍSSIMO, M. P. **Doença holandesa no Brasil**: ensaios sobre taxa de câmbio, perfil exportador, desindustrialização e crescimento econômico. 2010. 212 f. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE-UFU), Uberlândia, 2010.

VIANNA, S. T. W. **Desenvolvimento econômico e reformas institucionais no Brasil**: considerações sobre a construção interrompida. 2007. 370 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

VILLELA, E. V. M. **As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês**. 2004. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/geap/artigos/art4.PDF>>. Acesso em: 17 jan. 2013.

ANEXOS

ANEXO A - Cronologia das Relações Bilaterais

Quadro 7 - Cronologia das Relações Bilaterais

- **1974**- Estabelecimento das Relações Diplomáticas
- **1978** - Acordo Comercial (nação mais favorecida / Equilíbrio Comercial)
- **1984** - Visita do MNE Wu Xuequian ao Brasil ao Brasil
- MoU sobre cooperação em Energia Nuclear
- Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai
- **1988** - Presidente José Sarney visita a RPC
- Iniciado o CBERS (“China-Brazil Earth Resources Satellite”)
- **1993** - Visita do MNE Qian Qichen ao Brasil
- Presidente Jiang Zemin visita o Brasil
- Estabelecimento da Parceria Estratégica
- **1995** - Presidente FHC visita a China
- O Brasil declara apoio à entrada da RPC na OMC
- **1999** - Lançamento do CBERS-1
- **2000** - Visita do MNE Tang Jiaxuan ao Brasil
- A RPC torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia
- Abertura de escritório da EMBRAER em Pequim
- **2003** - Lançamento do CBERS-2
- **2004** - 30 anos do estabelecimento de relações diplomáticas
- O Ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro
- O presidente Lula visita a RPC em maio
- O presidente Hu Jintao retribui a visita em novembro
- MoU sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o ‘status’ de economia de mercado à China
- Criação da COSBAN (Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação)
- **2006** - I reunião do COSBAN, em Pequim
- Visita do Presidente do Congresso da RPC, Wu Bangguo, ocasião em que foi assinado contrato de venda de 100 aviões brasileiros à RPC
- **2007** - Reunião da Subcomissão Política da COSBAN, em Brasília
- Lançamento do satélite CBERS-2B

- I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China
- **2008** - Visita ao Brasil do Ministro do Comércio da RPC, em maio
- Visita ao Brasil do membro do comitê Permanente do Birô Político do Comitê Central do PCCh, He Guoqiang, em julho
- Visita ao Brasil do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do CNP da RPC, Li Zhaoxing, em outubro
- Visita ao Brasil do Vice-Presidente da Comissão Central da RPC, General Xu Caihou, em novembro
- **2009** - Visita ao Brasil do Vice-Presidente da RPC, Xi Jinping, em fevereiro
- Visita ao Brasil do Presidente da CPPCC, Jia Qinglin, em novembro
- Visita ao Brasil do Presidente do MNE, Yang Jiechi, em janeiro
- Visita de Estado do Presidente Lula à China
- Visita à China do Ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro); do Ministro da Saúde, José Temporão (novembro); e do Ministro-chefe da SECOM, Franklin Martins (outubro)
- A China torna-se o principal parceiro comercial do Brasil no mundo
- **2010** - Visita de Estado do Presidente Hu Jintao ao Brasil, conjuntamente com a II cúpula do BRIC, em Brasília, quando foi assinado o Plano de Ação Conjunta Brasil - China, 2010-2014.

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de BRASIL, 2010

ANEXO B - Cronologia Histórica Chinesa

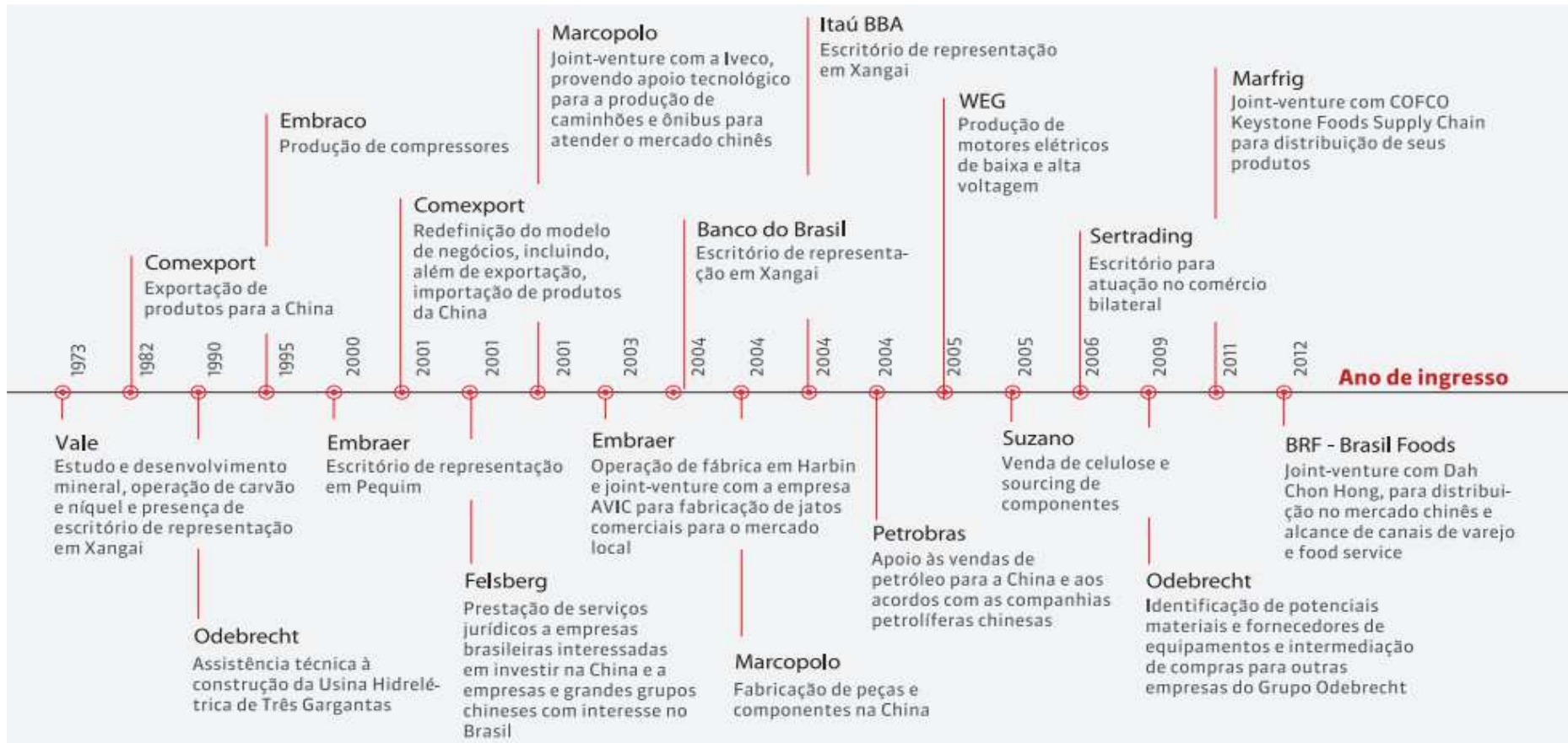
Quadro 8 - Cronologia Histórica Chinesa

221 a 210 a.C.	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang
206 a 220 d.C.	Dinastia Han
618 a 907	Dinastia Tang (considerada a mais brilhante da história chinesa)
960 a 1279	Dinastia Song
1368 a 1644	Dinastia Ming
1644	Início da Dinastia Qing (ou Manchu)
1839 a 1842	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China
1842	Tratado de Nanking abre os portos chineses aos comerciantes britânicos
1856 a 1860	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China
1894 a 1895	Primeira Guerra Sino-Japonesa, vencida pelo Japão
1900	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais
1912	Proclamação da República da China (fim de 4.000 anos de regimes monárquicos)
1921	Fundação do Partido Comunista da China (PCC)
1934 a 1935	“Longa Marcha”, por forças comunistas lideradas por Mao Zedong
1937	Japão invade a China
1949	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Zedong
1958	Programa “Grande Salto Adiante”: Coletivização da agricultura
1962	Breve disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia
1966	Início da Revolução Cultural (que perduraria até 1976)
1969	Conflito fronteiriço entre a RPC e a URSS
1971	A RPC passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em substituição a Taiwan
1972	Visita do Presidente dos EUA, Richard Nixon, à RPC
1976	Morte de Mao Zedong
1978	Abertura da RPC a investimentos estrangeiros Adoção de medidas de incentivo à economia de mercado e ao setor privado
1989	Manifestações na Praça da Paz Celestial
1993	Jiang Zemin torna-se Presidente da RPC
1994	RPC adota política de câmbio flutuante para sua moeda, o renminbi
1997	Deng Xiaoping morre aos 92 anos Hong Kong é devolvida à RPC pelo Reino Unido
1999	Macau é devolvida à RPC por Portugal
2001	A RPC torna-se membro da OMC Organização da Cooperação de Xangai – China, Rússia e países da Ásia Central

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de BRASIL, 2010

ANEXO C - Ano de ingresso das principais empresas brasileiras na China

Figura 3 - Ano de ingresso das principais empresas brasileiras na China



Fonte: CEBC, 2012, p. 36

ANEXO D - Principais restrições setoriais da política de IDE na China

Quadro 9 - Principais restrições setoriais da política de IDE na China

São encorajados:

1. Investimentos em novas tecnologias agrícolas, abrangendo desenvolvimento da agricultura, e a estrutura de fontes de energia, comunicações e indústrias de materiais importantes.
2. Tecnologias novas ou avançadas que possam melhorar a qualidade dos produtos, conservar energia e matéria-prima, elevar a eficiência tecnológica e econômica das empresas, ou que possam fabricar produtos para aliviar a escassez destes nos mercados domésticos.
3. Projetos que satisfazem as necessidades do mercado internacional, elevam o grau de qualidade dos produtos, abrem novos mercados, ou expandem e aumentam as exportações.
4. Investimentos relacionados a um abrangente uso de recursos renováveis e novas tecnologias e equipamentos para proteção do meio ambiente.
5. Investimentos que possam dar plena atividade para as vantagens do trabalho e os recursos naturais nas regiões central e ocidental.

São permitidos:

1. Investimentos diretos estrangeiros que não pertencem às categorias encorajadas, restritas e proibidas.

São restringidos:

1. Projetos que tenham sido desenvolvidos internamente, projetos cuja tecnologia tenha sido importada e projetos cuja capacidade de produção possa satisfazer a demanda doméstica.
2. Comércio nos quais o Estado ainda está experimentando a utilização de investimentos estrangeiros em setores onde o monopólio estatal ainda existe.
3. Projetos envolvendo a prospecção e a exploração de recursos minerais raros e valiosos.
4. Comércio que necessitam estar sob os planos gerais do Estado.
5. Outros projetos restringidos por leis estatais e regulações administrativas.

São proibidos:

1. Projetos que arriscam a segurança do Estado ou prejudicam interesses públicos e sociais.
2. Projetos que poluem e danificam o meio ambiente, deesorem recursos naturais ou prejudicam a saúde da população.
3. Projetos que esgotem largas áreas de terras para cultivo, que não sejam benéficas para a proteção e o desenvolvimento dos recursos do solo, ou que arrisquem a segurança e o efetivo uso de facilidades militares.
4. Projetos que fabriquem produtos utilizando tecnologia ou arte industrial chinesa.
5. Outros projetos proibidos por leis estatais e regulações administrativas.

Circular que modifica o processo de fusões e aquisições realizadas por empresas estrangeiras:

- II. Revisão do conceito de segurança para o processo de fusões e aquisições:

1. efeitos de fusões e aquisições sobre a segurança nacional, que inclui a capacidade produtiva dos produtos nacionais (serviços, equipamentos e instalações) voltados à defesa nacional;
2. impactos de fusões e aquisição sobre o crescimento contínuo da economia nacional;
3. efeitos de fusões e aquisições na ordem da vida social básica; e
4. impactos de fusões e aquisições sobre a capacidade de P&D de setores tecnológicos chave para a segurança nacional

Fonte: Elaboração própria, 2014, com base em dados de ACIOLY e outros, 2011b, p. 341-342

ANEXO E - Presença das empresas chinesas no Brasil

Quadro 10 - Presença das empresas chinesas no Brasil*

Nome	Setor de atuação	Investimentos (aquisições /fusões)			Investimentos Programados		
		Valor (Bi US\$)	Ano de atuação	Descrição	Valor (Bi US\$)	Período	Descrição
China National Agricul. Development	Agronegócio	-	-	-	0,30	Próximos anos	Compra de 100 mil hectares no Oeste da Bahia, para produzir soja para os mercados brasileiro e chinês
Grupo Pallas Internacional	Agronegócio	-	-	-	-	2010 e próximos anos	Planos de comprar entre 200 e 250 mil hectares no Oeste da Bahia e no conjunto de áreas de Cerrado do Maranhão, do Piauí e do Tocantins
Grupo Beidahuang	Agronegócio	-	-	Possui plantações de soja em 700 hec. nas redondezas de Porto Alegre/RS e em cerca de 16 mil hect em Tocantins. Importou em 2009 cerca de 1,5 milhão de ton. de soja brasileira em grão pelos portos de Paranaguá e de Santos	-	2011 e próximos anos	Intenção de construir um terminal portuário no sul do país ou no Nordeste de aumentar a posse de terras e expandir a produção no país
Chong Qing Grain	Agronegócio	-	-		4,00	Próximos anos	Companhia chinesa irá construir em Barreiras/BA uma unidade de esmagamento de soja (capacidade anual de processamento de 1,5 milhão de toneladas) e uma fábrica de fertilizantes

Wuhuan Iron and Steel (Wisco)	Siderurgia	0,3998	2009	Aquisição de ações da MMX Mineração e Metálicos SA de propriedade do empresário Eike Batista	11,00	Próximos anos	A maior parte do dinheiro será direcionada para o projeto siderúrgico no Porto do Açu, no litoral fluminense
East China Mineral Exploration & Development Burea	Mineração	1,220	2010	Aquisição da mineradora Itaminas e de suas minas de ferro (reservas de mais de 1,3 bilhão de toneladas) que produz cerca de 3 milhões de toneladas por ano, podendo chegar a 25 mt.	-	-	-
Honbridge	Mineração	0,4	2010	Votorantim Novos Negócios vendeu o projeto de minério de ferro Salinas, no norte de Minas Gerais	2,40	Próximos anos	O projeto inclui a exploração da mina, a construção de um mineroduto e de uma operação portuária
China Metallurgical Investment Australia	Mineração	-	-	Adquiriu 70% da Brasil Nordeste Minerações Ltda., o que lhe confere acesso às minas de Cajazerias (PB) e Quixeramobim (CE) que possui reservas estimadas em mais de 4 bilhões de	2,00	Próximos anos	Representantes da empresa afirmaram que estão em busca de novas minas e mencionaram que gostariam de contar com porto próprio, além da necessidade de ferrovias

				toneladas de minério			
Sinochem Group	Petróleo	3,070	2010	Uma das maiores petrolíferas da China que adquiriu 40% do campo de Peregrino, na área do pré-sal, que pertencia à norueguesa Statoil	-	-	-
China Petroleum & Chemical Corp	Petróleo	7,100	2010	Compra de 40% das operações brasileiras da espanhola Repsol, criando uma das maiores empresas privadas de energia da América Latina	-	-	-
China State Grid Corp	Energia elétrica	1,721	2010	A empresa, líder na área de energia elétrica na China, comprou sete concessionárias brasileiras de transmissão que pertenciam à espanhola Plena	-	-	-
Consórcio internacional formado pelos Fundos Soberanos da China (CIC), de Cingapura (GIC) e	Setor Financeiro	1,800	2010	Aquisição de participação de 18,6% do capital do BTG Pactual	-	-	-

de Abu Dhabi (ADIC)							
Banco de Desenvol. Da China (BDC)	Setor Financeiro	-	-	Emprestou US\$ 10 bilhões à Petrobras. Em troca, a estatal assinou um contrato de fornecimento de petróleo por dez anos com a estatal chinesa Sinopec (150 mil barris/dia no primeiro ano de 200 mil barris no período)	-	-	-
Chery	Automóveis	-	-	-	0,70	Próximos 3 anos	Maior montadora chinesa de automóveis estabelecerá uma fábrica no Brasil (Jacareí/SP) para produzir inicialmente 50 mil carros ao ano, com capacidade produtiva de 150 mil veículos.
Haima	Automóveis	-	-	Marca chinesa representada pelo grupo Districar inicia importação em 2011	0,20	Próximos 2 anos	A montadora tem planos de iniciar montagem de um sedã e um utilitário em 2013. Na primeira fase prevê-se produção de 30 mil a 50 mil unidades anuais
Sany Heavy Industries	Equip. de construção	-	-	-	0,10	Próximos anos	Construção uma fábrica de guindastes e escavadeiras no interior paulista.
Huawei	Equip. de Telecom.	-	1999	2º maior fabricante mundial de equipamentos para redes móveis. No Brasil é a empresa líder no mercado de	-	-	Em 2008, o faturamento da Huawei no Brasil atingiu US\$1 bilhão, numa crescente expansão de contratos e ampliação do trabalho de pesquisa e desenvolvimento

				banda larga fixa e móvel, e detém 70% do mercado nacional de modems USB de acesso 3G			
ZTE	Equip. de telecom	-	-	A ZTE do Brasil tem hoje sua matriz e área fabril em São Paulo em Tamboré mas também possui escritórios no Rio de Janeiro e Brasília	-	-	-
Zongshen	Motocicletas	-	-	-	-	Próximos anos	Em janeiro de 2011 foi divulgado que a empresa está construção de centro industrial em Manaus que vai abrigar uma nova fábrica de motocicletas (capacidade para 180 mil) que operará em sistema modular. Três empresas da China já confirmaram unidades para produzir chassis, assentos e peças plásticas.
Lenovo	Computador	-	-	Formada pela aquisição da antiga IBM Personal computing Division	-	-	-

Fonte: ACIOLY e outros, 2011b, p.336-339

* Programação das empresas para se instalar durante o quinquênio 2010-2015.